



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Aluisio Fernandes da Silva Júnior

**TERRITORIALIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL
PARAENSE**

Belém
2008

Aluisio Fernandes da Silva Júnior

**TERRITORIALIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL
PARAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof.º Dr.º Gutemberg Armando Diniz Guerra

Belém
2008

Aluisio Fernandes da Silva Júnior

**TERRITORIALIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL
PARAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém – PA: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Orientador:

Nome: Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Titulação: Doutor Sócio Economia do Desenvolvimento - EHESS/França.

Examinador (1):

Nome: João Márcio Palheta da Silva.

Titulação: Doutor em Geografia - UNESP/São Paulo.

Examinador (2)

Nome: Maria de Nazaré Ângelo-Menezes.

Titulação: Doutora em História Agrária - EHESS/França.

Suplente:

Nome: Pere Petit Peñarrocha.

Titulação: Doutor em História Econômica - USP/São Paulo.

Aos meus pais Rosalina Soares e Aluisio Fernandes, que proporcionaram a vida.

A Companheira Maria do Socorro Bandeira e filhos: Maria Luíza e Aluisio Neto, pelo amor, carinho, compreensão e apreço.

Aos meus irmãos pela compreensão e carinho.

Aos trabalhadores rurais que sofrem as conseqüências da concentração fundiária no país.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará - UFPA.

À Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP/UFPA.

Ao Núcleo Pedagógico Integrado - NPI/UFPA.

Ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - UFPA.

Ao Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - MAFDS/UFPA.

Aos professores do MAFDS, pela sua significativa contribuição acadêmica.

À Biblioteca do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - UFPA.

À Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará - UFPA.

À Faculdade de Geografia e Cartografia - UFPA.

Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

À Biblioteca da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

Ao Instituto de Terras do Pará - ITERPA.

Ao professor Gutemberg Armando Diniz Guerra, pela seriedade e dedicação no trabalho de orientação, crucial para execução do trabalho.

Aos professores Fernando Arthur de Freitas Neves e Ednaldo Duarte, pelo apoio e incentivo.

Aos professores Gilberto de Miranda Rocha e Pere Petit, pelo apoio e recomendação.

À professora Rosa Elizabeth de Acevedo Marin e ao professor João Márcio Palheta da Silva, pelas valiosas críticas e sugestões.

À professora Ana Cristina dos Santos Bandeira, por acreditar na pesquisa.

Ao amigo de turma e companheiro de profissão, Danny Sousa, pela colaboração cartográfica.

Ao amigo Ferreira, pelo trabalho de revisão normativa.

Ao Amigo Erismar, pela compreensão ao emprestar sucessivamente o computador.

Ao Professor Gonzaga, pela colaboração e correção do abstract.

Aos colegas de turma, que proporcionaram grandes experiências e apreço durante o curso.

A chegada de grandes empresas: Supergasbrás, Maná, Bradesco, Bamerindus, Volkswagen, e outras, ou seja, grandes empreendimentos vieram para a região, ao mesmo tempo uma quantidade enorme de trabalhadores rurais de todo o Brasil, vieram para cá, buscavam terra, terra e trabalho. Houve uma mistura de incompetência, desinformação, corrupção, que provocou a sobreposição de títulos, expedição de títulos falsos, fraudes em cartórios. As pessoas, os fazendeiros compravam terra de avião e não sabiam onde começava e terminava as fazendas.

Padre Ricardo Rezende

Ex - pároco de Rio Maria/PA.

RESUMO

A pesquisa refere-se ao estudo do patronato rural no Estado do Pará, objetivando compreender a territorialidade e representação desta categoria social, através de uma abordagem descritiva. Fez-se necessário a construção de capítulos distribuídos didaticamente para desenvolvimento da pesquisa, proporcionando o debate a priori a respeito da trajetória das organizações patronais rurais do Estado do Pará e as mais representativas do País. Na seqüência estuda a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, objeto crucial de pesquisa e principal fonte de dados e informações, a composição de suas diretorias e sua regionalização através de Núcleos e Sindicatos, essencial para abordar as territorialidades presentes na dinâmica fundiária, bem como a representação do patronato no Estado. O estudo demonstra a mudança de eixos da atividade pastoril ao longo dos anos no estado, através da representação cartográfica, o aumento significativo de sindicatos filiados junto a Federação nos últimos anos, estratégias de uso e domínio do território, através das organizações e eventos patronais e as complexas teias de relações presentes no cotidiano do patronato rural, essencial para caracterizar e estabelecer um perfil social do patronato paraense e suas diversas representações vinculadas à Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA. Demonstam-se com esse estudo, projeções voltadas para a dinâmica da organização patronal, através dos investimentos voltados para o agronegócio, marca registrada dessas organizações.

Palavras - chave: Patronato Rural. Territorialidades. Representações. Organizações Patronais. Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. Perfil Social.

ABSTRACT

The research refers to the study of rural ownership in the state of *Pará*. It aims to understand the complexity of territorial and representational social category through a descriptive approach. It has been mandatory the elaboration of a chapter didactically distributed regarding the development of the research proposing the debate of the course taken in Rural Ownership Organization in the state of *Pará* and the most representative ones in the country. Following, it has studied the Agriculture and Agrarian Federation of State of *Pará* - *FAEPA*. The crucial object of research and main source of data and information; the composition of their directories and its regionalization through Nucleus and Unions essential to approach the territoriality present in the agrarian dynamics, as well as the representation of ownership in the State. The study has shown a shifting in the shepherding activity throughout the years in the state – through cartography representation – observing a sharp increase in number of Unions associating to the Federation in the past years, the strategy of use and domain of territory through organization and ownership events and the complex web of relations present in the daily habits of rural ownership that is essential to characterize and establish a social profile of *Pará's* ownership and its several representations linked to the Agriculture and Agrarian Federation of the State of *Pará* - *FAEPA*. Therefore, it demonstrates with this study some projection towards the dynamics in ownership organization through investment directed to the agribusiness and trade among these organizations.

Key words: Rural Ownership. Territoriality. Representations. Ownership Organizations. Agriculture and Agrarian Federation of the State of *Pará* - *FAEPA*. Social Profile.

RESUMEN

La investigación se refiere al estudio de los empleadores rurales en el estado de Pará, con el objetivo de debate sobre la territorialidad y la representación de esta categoría social, a través de un enfoque descriptivo. Se hizo necesario la construcción de los capítulos didacticamente distribuido para el desarrollo de la investigación, en el debate de antemano acerca de la trayectoria de los empresarios rurales del estado de Pará y el más representativo del país. A raíz de estudios de la Federación de Agricultura y Ganadería del estado de Pará - FAEPA, objeto crucial de la investigación y la principal fuente de información y datos, la composición de sus juntas directivas y de la regionalización a través de sus núcleos y los sindicatos, que es esencial para hacer frente a la dinámica de las territorialidades presentes en la tierra, así como la representación de los empleadores en el estado. El estudio dió lugar a un cambio de eje de la actividad de los pastos a través de los años en el Estado, a través de la representación cartográfica, un aumento significativo de los sindicatos afiliados a la Federación en los últimos años, las estrategias para su uso en el territorio de la zona, a través de organizaciones y eventos Empleadores y de las complejas redes de relaciones en la vida cotidiana de los empleadores rurales, que es esencial para caracterizar y establecer un perfil social de los empleadores paraense y sus diversas representaciones vinculadas a la Federación de Agricultura y Ganadería del estado de Pará - FAEPA. Así que se muestran con este estudio, algunas proyecciones dirigidas a la dinámica de la organización patronal, a través de las inversiones que se centran en la agroindustria, la marca de estas organizaciones.

Palabras clave: Patronal Rural. Territorialidades. Representaciones. Organizaciones Patronais. Federación de Agricultura y Ganadería del Estado de Pará. Perfil Social.

RESUMÉ

La recherche se rapporte à l'étude des employeurs en milieu rural dans l'Etat de Pará, dans le but de discuter sur la territorialité et de la représentation de cette catégorie sociale, par le biais d'une approche descriptive. Ils ont besoin de la construction des chapitres didactiquement distribués pour le développement de la recherche, en fournissant à l'avance le débat sur la trajectoire des organisations des employeurs ruraux de l'Etat du Pará et d'autres le plus représentatifs du pays. En suite se présente la Fédération de l'agriculture et de l'élevage de l'état de Pará - FAEPA, sujet crucial de la recherche et la principale source d'informations et de données, la composition de leurs conseils et de leur régionalisation à travers des antennes et syndicats, essentielle pour faire face à la territorialité et dynamique foncière, ainsi que la représentation des employeurs dans l'état. L'étude a abouti à un changement d'axe de l'activité de pâturage au fil des ans dans l'Etat, à travers la représentation cartographique, une augmentation significative de syndicats affiliés à la Fédération au cours des dernières années, des stratégies d'utilisation de la superficie du territoire, par l'intermédiaire d'organisations et d'événements. Les employeurs et le tissu complexe de relations dans la vie quotidienne des ruraux employeurs, indispensable pour caractériser et d'établir un profil social des employeurs du Pará et de ses diverses représentations liés à la Fédération de l'agriculture et de l'élevage de l'état de Pará - FAEPA. Ainsi, apparaissent à cette étude, certaines projections à la dynamique de l'organisation patronale, grâce à des investissements axés sur l'agro-industrie, label de ces organisations.

Mots-clés: Patronale Rural. Territorialité. Représentations. Organisations des dirigeants. Fédération de l'agriculture et de l'élevage de l'État de Pará. Profil Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Municípios da Ilha de Marajó com registro de presença do Sindicato Industrial e Agrícola Paraense - 1908.	37
Figura 2 Municípios associados ao Sindicato Industrial e Agrícola Paraense em 1905.	42
Figura 3 Difusão de tecnologias nas sedes municipais vinculadas ao Sindicato Industrial e Agrícola Paraense- 1908-1909.	44
Figura 4 Distribuição espacial das associações rurais do Estado do Pará - Período de 1951 a 1954.	49
Figura 5 Estado do Pará - Eixos Rodoviários.	52
Figura 6 Sindicatos de produtores rurais associados à Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA/1989.....	78
Figura 7 Núcleos Regionais da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará.	91
Figura 8 Atual configuração dos sindicatos de produtores rurais vinculados a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.....	95
Figura 9 Assassinatos de lideranças sindicais por municípios dos núcleos sindicais da FAEPA.....	114
Foto 01 Projeto geral do posto Zootechnico, Soure/Marajó, 1918.....	43
Foto 02 Primeiro presidente da FAEPA, José Manoel Reis Ferreira	70
Foto 03 Sede Própria da FAEPA - Avenida Conselheiro Furtado, n.º 3.374	71
Foto 04 Palácio da Agricultura, atual sede da FAEPA, inaugurada em 08/10/2004.	72
Foto 05 Segundo presidente da FAEPA, Carlos Pinto de Almeida.....	74
Foto 06 Terceiro presidente da FAEPA, Vicente Balby Reale Júnior	75
Foto 07 Quarto presidente da FAEPA, Celso de Mattos Leão.	77
Foto 08 Quinto presidente da FAEPA, Clodomir de Lima Begot	79
Foto 09 Sexto presidente da FAEPA, José Maria Pinheiro Conduru.....	80
Foto 10 Sétimo presidente da FAEPA, Carlos Barbosa Pereira Lima	81
Foto 11 Oitavo presidente da FAEPA, Carlos Fernandes Xavier	83
Foto 12 I Encontro ruralista do Pará	98

Foto 13 Cavalgada pelas principais vias de Belém	99
Foto 14 Concentração dos Produtores Rurais após a carreta no Palácio dos Despachos.	100
Foto 15 Reintegração de posse no Sudeste Paraense.	101
Foto 16 Equipamentos utilizados na produção de soja em Uruará/PA.	104
Foto 17 Ciclo de produção da soja, vicinal 180 norte, PA 370 (Uruará/Santarém)..	105
Foto 18 Corpo da missionária assassinada em 12/02/2005, Anapú-PA.....	106
Quadro 1 Proprietários Rurais do Marajó, 1908.	38
Quadro 2 Difusão de Tecnologia no Estado do Pará, no período de junho de 1908 a maio de 1909.....	45
Quadro 3 Associações do Estado do Pará na década de 1950	48
Quadro 4 Associações vinculadas à Associação Rural de Pecuária do Pará	67
Quadro 5 Composição da mesa que deu origem a Federação das Associações Rurais do Estado do Pará	68
Quadro 6 Primeira diretoria eleita da FAREP, em 8 de setembro de 1951	69
Quadro 7 Conselho de representantes, instituído pela Confederação Rural Brasileira - CRB, de 1965 a 1968.....	73
Quadro 8 Diretoria eleita para o triênio (1968-1971)	75
Quadro 9 Chapa vencedora para o triênio (1980-1983)	79
Quadro 10 Chapa eleita para o triênio 1986-1989.	80
Quadro 11 Chapa vencedora para o triênio 2004-2007.	82
Quadro 12 Chapa vencedora para o triênio 2007- 2010.	84
Quadro 13 Presidente e seus respectivos períodos	86
Quadro 14 Núcleos segundo a distribuição das microrregiões geoeconômicas do Estado do Pará utilizado pela FAEPA	89
Quadro 15 Regionalização em Núcleos segundo a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.....	90
Quadro 16 Regionais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI.	94

Quadro 17 Quadro Evolutivo das Organizações e Eventos Patronais no Estado do Pará.....	97
Quadro 18 Violência no Sudeste Paraense.	111
Quadro 19 Assassinato de lideranças	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Atividade Profissional Principal (Patronato Rural Paraense - Faepa) ..	117
Tabela 02 Identificação de Deputados Estaduais e Federais com Vínculo com a FAEPA.....	119
Tabela 03 Autorizações de Uso de Bem Público, emitidas em 2003/2004 ao IBAMA	124
Tabela 04 Autorizações de Uso de Bem Público, emitidas em 2005/2006 ao IBAMA	125
Tabela 05 Autorizações de Uso de Bem Público, emitidas em 2006 à SECTAM..	126
Tabela 06 Distribuição do Número de Imóvel, segundo a categoria de Imóvel Rural (Grande Propriedade - a partir de 50 Imóveis).....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ	– Associação Brasileira de Criadores de Zebu.
ADA	– Agência de Desenvolvimento da Amazônia.
ADEPARÁ	– Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará.
ADISP's	– Autorização do Uso de Bem Público.
AEA	– Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia.
AGU	– Advocacia Geral da União.
ALEPA	– Assembléia Legislativa do Pará.
APJ	– Academia Paraense de Jornalismo.
ARPP	– Associação Rural de Pecuária do Pará.
BASA	– Banco da Amazônia S/A.
CENTUR	– Centro Cultural e Turístico do Estado do Pará.
CME	– Comando de Missões Especiais.
CNA	– Confederação Nacional de Agricultura.
CNF	– Conselho Nacional do Café.
CNI	– Confederação Nacional da Indústria.
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.
CPT	– Comissão Pastoral da Terra.
CRB	– Confederação Rural Brasileira.
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EUA	– Estados Unidos da América.
FAEPA	– Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará.
FAREP	– Federação das Associações Rurais do Estado do Pará.
FETAGRI	– Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará.
FEPLANA	– Federação das Associações dos Plantadores de Cana do Brasil.
FUNDEPEC	– Fundo de Desenvolvimento de Pecuária de Corte.
GETAT	– Grupo Executivo de Terra do Araguaia - Tocantins.
HSBC	– Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo.
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSS	– Instituto Nacional de Seguro Social.
IPASEP	– Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará.

ITERPA	– Instituto de Terras do Pará.
JUCEPA	– Junta Comercial do Pará.
MAFDS	– Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
MPEG	– Museu Paraense Emílio Goeldi.
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NAP	– Núcleo dos Advogados do Povo.
NAEA	– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
OCB	– Organização das Cooperativas Brasileiras.
PDT	– Partido Democrático Trabalhista.
PFL	– Partido da Frente Liberal (Democratas).
PIN	– Política de Integração Nacional.
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária.
PP	– Partido Progressista.
PPS	– Partido Popular Socialista.
PPGG	– Programa de Pós-Graduação em Geografia.
PR	– Partido da República.
PRB	– Partido Republicano Brasileiro.
PSB	– Partido Socialista Brasileiro.
PSC	– Partido Social Cristão.
PSDB	– Partido Social Democrata Brasileiro.
PT	– Partido dos Trabalhadores.
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro.
PV	– Partido Verde.
SAC	– Serviço de Assistência ao Cooperativismo.
SAGRI	– Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará.
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas.
SECTAM	– Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem.
SERMTAB	– Sindicatos dos Trabalhadores Empregados Rurais de Moju.
SINAQUIC	– Sindicatos dos Aquicultores do Estado do Pará.
SINDCCOPA	– Sindicato dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Pará.
SINDICORTE	– Sindicato Paraense de Pecuária de Corte.

SINDIFAUNA – Sindicato dos Criadores de Peixes Ornamentais e de Consumo, de Animais Terráneos, de Animais, Ornamentos, Aves, Répteis, Batráquios e Anfíbios para Ornamento e Consumo de Plantas Ornamentais, Medicinais e Ervas do Estado do Pará.

SINDIPALMA – Sindicatos dos Produtores de Palmáceas Econômicas do Estado do Pará.

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura.

SOCIPE – Sociedade Cooperativa de Pecuária do Pará.

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

SRB – Sociedade Rural Brasileira.

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária.

TJE – Tribunal de Justiça do Estado.

UBA – União Brasileira de Avicultores.

UDN – União Democrática Nacional.

UDR – União Democrática Ruralista.

UFPA – Universidade Federal do Pará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARÁ: UMA REFLEXÃO TEÓRICO - METODOLÓGICA	26
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS NO BRASIL	26
2.2 REFLEXÕES SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS NO ESTADO DO PARÁ	34
2.3 TERRITÓRIO E PODER: DA OLIGARQUIA DO PASSADO AO PATRONATO DO PRESENTE	53
3 FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - FAEPA	64
3.1 A CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - FAEPA	64
3.1.1 Composição das Diretorias da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - Faepa	68
3.2 REGIONALIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - FAEPA	87
3.2.1 Núcleos Sindicais.....	88
3.2.2 Sindicatos Patronais.....	92
3.2.3 Organizações e eventos patronais	96
4 TERRITORIALIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL NO ESTADO DO PARÁ.....	103
4.1 TERRITORIALIDADE PATRONAL E OUTRAS TERRITORIALIDADES.....	103
4.2 REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL NO ESTADO	108
4.3 PERFIL SOCIAL DO PATRONATO RURAL PARAENSE	116
4.3.1 Critérios e indicadores utilizados para delinear o perfil do patronato rural paraense	116
5 CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

Estudar a estrutura agrária brasileira tem sido o desafio de pesquisadores e estudiosos preocupados em compreender as desigualdades presentes no campo, mantidas devido à estrutura fundiária concentrada, tornando-se uma das expressões da desigualdade. A Amazônia enquanto complexo regional de grandes proporções territoriais tem sido palco de conflitos de repercussão local, nacional e internacional, em função da luta pela posse da terra, entre atores e organizações sociais inseridos nesse processo. A rápida estruturação e o controle institucional da Região Amazônica colocaram em xeque a atuação do Estado em viabilizar a apropriação privada de terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital, além da capacidade de organização.

A temática sugerida enquanto objeto desta pesquisa tem sido abordada por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Desta forma, revisar autores que discutem a questão agrária tem sido trabalho freqüente e rotineiro para compreender e analisar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos anos. Abordagens críticas com relação à Amazônia, discutindo posicionamentos de atores na dinâmica de redefinição do espaço, enfocando o rápido movimento de apropriação dessa região e a maneira como se desenvolvem os conflitos intrínsecos à sociedade brasileira, tem sido tema de discussão em eventos locais e globais.

É proeminente no discurso acadêmico, tanto quanto no político, o confronto entre trabalhadores rurais e fazendeiros, sob a identificação absolutizada de sem-terra, para os primeiros, e latifundiários, para os últimos. Na prática, trabalhadores rurais compreendem uma gama de pessoas que exercem atividades agrícolas, seja como assalariados, seja como posseiros, meeiros, arrendatários, produzindo em áreas inferiores a três (03) módulos rurais, com predominância de mão-de-obra familiar, e cultivos diversificados desde o extrativismo, passando pelas culturas e criações de subsistência (feijão, arroz, milho, mandioca, abóbora, aves, suínos, caprinos, ovinos, bovinos) até pomares de fruteiras e essências florestais. O patronato, por sua vez, é compreendido como empresários com extensões de terras superiores a três (03) módulos rurais, empregadores de mão-de-obra assalariada, cultivos e criações especializadas. Muitas vezes são ausentes dos seus estabelecimentos, gerenciados por terceiros.

Entender a estrutura fundiária através do patronato rural, representada pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA é ter a oportunidade de aprofundar na discussão a respeito da evolução das organizações patronais rurais no Estado. Isto permite conhecer a forma de organização da Federação e as manifestações dos atores que compõem os núcleos sindicais e seus respectivos sindicatos, através das diferentes representações, ou seja, proprietários, fazendeiros, empresários rurais, produtores rurais e ruralistas. A espacialização dos sindicatos patronais em diferentes momentos históricos favorece à compreensão da configuração espacial e à identificação das causas e conseqüências apresentadas durante a expansão das atividades econômicas presentes na história dessas organizações no Estado.

Nesse contexto, é importante entender as políticas traçadas pelos órgãos governamentais para o Estado do Pará ao longo dos anos, tentando identificar os rastros ou seqüelas deixadas pelas mesmas, buscando compreender as mudanças que proporcionaram contradições, conflitos e violência, entre os atores envolvidos com a questão agrária, sejam eles públicos ou privados, pessoas físicas ou jurídicas.

Estudar os agentes sociais, a luta pela terra e o processo de reforma agrária implica compreender a heterogeneidade das transformações sociais no espaço agrário paraense, tanto pelo papel do Estado, através das políticas de reforma agrária e de colonização de novas terras, pela análise dos modelos de desenvolvimento, quanto das ações coletivas no espaço agrário geradoras de práticas e de lutas sociais. Os conflitos pela posse e uso da terra, presentes em todas as regiões do Estado em umas mais latentes que em outras, são marcados por atos violentos, o que significa uma ação generalizada contra as formas de luta pela terra das populações rurais paraenses. Desta forma, a literatura acadêmica e jornalística apresenta uma ampla conflitualidade e um aumento da violência nos espaços sociais agrários do Estado do Pará, nos quais existem fortes violações de direitos humanos.

Através do estudo da territorialidade e representação do patronato rural paraense, percebe-se que grande parte dos autores desenvolve suas pesquisas com um olhar direcionado para a estrutura fundiária visando compreender o campesinato brasileiro e paraense através das relações sociais presentes entre as personagens que compõe esta dinâmica. Os elementos centrais de suas análises geralmente são os sindicatos de trabalhadores rurais, o posseiro, o agricultor familiar

em suas diferentes representações, e em menor intensidade as oligarquias, os fazendeiros e empresários agropecuários, apesar de haver relação entre as diferentes classes.

O que motivou o interesse pelo trabalho sugerido, foi compreender e analisar através de uma pesquisa exploratória e descritiva a territorialidade e representação do patronato rural paraense, a partir dos dados existentes e disponíveis na Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, pinçando áreas de conflitos intensos, e a forma como o Estado conduziu e conduz durante anos o fortalecimento dos atores sociais presentes no associativismo rural, por meio dos sindicatos de produtores rurais.

A pesquisa se propôs a problematizar de forma crítica, o patronato rural paraense ao longo dos anos, visando compreender e demonstrar as diferentes territorialidades presentes neste espaço, bem como oferecer informações a respeito do resultado da pesquisa a quem interessar, buscando a participação de segmentos sociais, visando o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, proporcionando ganhos em suas reivindicações e coesão política.

Uma das intenções deste trabalho foi testar questões norteadoras desenvolvidas durante o projeto de qualificação no que se refere à atuação da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA. Esta intenção se explica porque autores que discutiram a temática anteriormente não se preocuparam em levantar um perfil social dos filiados desta Federação, por não se conhecer os atores sociais que compuseram a presidência da Federação, dos Núcleos Sindicais e Sindicatos de Produtores Rurais.

A necessidade de estudar o patronato rural paraense a partir da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, e dar resposta às referidas questões, surgiu desde a participação no projeto de interiorização desenvolvido pela Universidade Federal do Pará - UFPA via Colegiado de Geografia, hoje Faculdade de Geografia e Cartografia, exigindo estudos que proporcionem entender a dinâmica acima, através de leituras e análises de autores e pesquisadores na tentativa de fortalecer um diálogo que supre as lacunas que se apresentam, bem como construir um referencial teórico eficaz para a análise dos problemas regionais. O Programa de Pós-Graduação em Geografia poderia suprir a lacuna acima. Entretanto, a procura por outro Programa de Pós-Graduação amplia a relação deste Programa (PPGG) com outros Núcleos que trabalham temáticas específicas como o Mestrado em

Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e a integração dos mesmos.

A docência em nível de graduação exige estudo sistemático, congruente, tendo como eixo norteador o tripé: pesquisa, ensino e extensão. Visando minimizar os eventuais problemas relacionados com a temática sugerida e as disciplinas ministradas no projeto, recorreu-se ao Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará - UFPA, o Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - MAFDS.

A escolha de pesquisar a territorialidade e representação do patronato rural paraense através da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, no referido Núcleo, se deu em função da busca de subsídios teóricos e práticos que proporcionassem o entendimento da complicada malha de relações que envolvem diferentes personagens na dinâmica regional amazônica. Tal interesse se deu devido à perspectiva de qualificação enquanto quadro docente, além de ser um programa voltado para um público-alvo que demanda assistência, o agricultor familiar, pois várias publicações disponibilizadas em seus acervos estimulam o debate sobre o futuro dessa atividade no Brasil e principalmente na Amazônia, buscando alternativas para os agricultores locais através de um enfoque que venha a proporcionar melhoria de vida social, econômica e ecológica. O debate acima reconhece a relação conflituosa entre o agricultor familiar e o patronato rural paraense, atores político-sociais presentes na dinâmica fundiária, sendo o segundo tema central da pesquisa e responsável pela concentração de terras no Estado.

Neste momento criou-se um paradoxo, pois discutir a categoria político-social do patronato em um Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, com ênfase na agricultura familiar, a rigor, recai em contradição, que se entende como pseudo, porque o estudo da agricultura familiar está estreitamente relacionado com a temática em voga, pois o agricultor familiar se relaciona com o patronato quando atua na cadeia de produção e comercialização, quando usa a malha viária, ou quando estabelece vínculo empregatício.

Fator relevante que reforçou a importância de escolha deste Núcleo se deu em função do estreitamento existente entre este e os movimentos sociais que estão presentes no Estado do Pará ao longo de várias décadas. Esta parceria tem sido de grande importância para ambos os lados, pois a partir da implementação dos cursos

de Graduação e Pós-Graduação, pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento local. O poder de decisão que antes era centralizado nas cabeças e mãos de poucas pessoas, ou seja, da oligarquia local, do patronato, é discutido e encaminhado de forma democrática, fruto do processo de conscientização construído em função da parceria citada anteriormente. O movimento social ganhou pujança, contribuindo para fortalecer a luta dos trabalhadores marginalizados no Estado.

A realização da pesquisa no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - MAFDS surge como uma proposta de contextualização do patronato no Estado do Pará, servindo de fonte de informação para os agricultores familiares no fortalecimento de suas lutas e organização política, pois no decorrer da pesquisa evidenciou-se a relação presente entre as categorias político - sociais em destaque com concepções antagônicas, uma lutando pela posse da terra e outra utilizando novas estratégias para manter posse e uso da terra, em determinados casos conseguidas na ilegalidade como foi descrita na epígrafe deste trabalho.

Durante o processo de construção da pesquisa encontraram-se dificuldades em elaborar um pensamento cronológico sobre a história da organização patronal no Estado do Pará, devido ao difícil acesso às informações e à estrutura fechada de órgãos públicos e privados, o que se não impediu a construção de uma investigação de caráter exploratório, deixou lacunas no decorrer da pesquisa. O objetivo proposto voltou-se para demonstrar e analisar a evolução das organizações patronais rurais com vínculo com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, sua estratégia de uso e domínio do território, materializado em atividades econômicas como o extrativismo da borracha (*Hevea brasiliensis Willd. ex Adr. de Juss*), da castanha (*Bertholletia excelsa H. B e K*), da madeira, a pecuária bovina ou a implantação de monoculturas.

Por tratar-se de uma pesquisa cuja principal importância é estabelecer uma descrição sobre a história das organizações patronais rurais, tornou-se crucial, na primeira etapa, um recuo histórico, para situar as primeiras organizações patronais rurais no país e no estado, exigindo uma dinâmica reflexiva sobre as fontes bibliográficas encontradas nos acervos da biblioteca da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, Biblioteca central da Universidade Federal do Pará - UFPA, Biblioteca do Núcleo de Ciências Agrária e Desenvolvimento Rural –

NEAF/CA, Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA, Biblioteca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental - EMBRAPA, Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG e Biblioteca Arthur Viana do Centro Cultural e Turístico da Fundação Cultural do Estado do Pará, Tancredo Neves - CENTUR.

Concernente à Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, segunda etapa da pesquisa, realizou-se investigação a respeito da origem, composição de suas diretorias, forma de organização espacial através da regionalização (núcleos sindicais e sindicatos), organização e eventos patronais. O desenvolvimento deste tópico foi possível devido às informações coletadas na Federação, através de leituras e análises de dados disponibilizados na biblioteca (livros, revistas, jornais), entrevistas e conversas com funcionários. Vale ressaltar que foi solicitado junto a esta Federação atas de encontros, de reuniões, estatutos, ficha sindical e outros registros importantes desta Entidade, porém o acesso às fichas sindicais e atas de reuniões foi negado.

Durante a construção desta etapa realizou-se um trabalho rotineiro junto a esta instituição, reconstituindo as mudanças ocorridas e diluídas entre os documentos apresentados para análise, contrastando com outras informações oriundas de outros centros de pesquisas, em busca de informações fidedignas e congruentes, pois alguns dos documentos disponibilizados apresentaram informações distorcidas ou com ausência de dados. Nos documentos da Federação foi comum encontrar datas, nomes, dados estatísticos incompletos, assim como informações superficiais de eventos realizados pela Federação ao longo de sua existência. Desta forma, fez-se necessária a utilização de dados biográficos, geralmente utilizados em notas de rodapé, e iconográficos de personagens que contribuíram e contribuem para o processo de construção da história do patronato no Brasil e no Estado do Pará ao longo dos anos, principalmente presidentes que encabeçaram as composições das chapas vencedoras desta Federação, em função da ausência de informações a respeito dessas lideranças patronais em outras fontes.

A terceira etapa da pesquisa propõe uma discussão sobre a territorialidade e representação do patronato rural no Estado do Pará, enfatizando a territorialidade patronal e outras territorialidades, como o patronato se auto-define, através de sua

representação na projeção de constituição de um perfil social desta categoria político-social.

No que diz respeito à territorialidade patronal e outras territorialidades demonstrou-se que a dinâmica fundiária é composta por diferentes grupos ou atores sociais, situados em um mesmo espaço. Realizou-se um estudo centrado nas relações de poder presentes entre o patronato rural e outras categorias, geralmente agricultores familiares em suas diferentes representações. Com relação à representação do patronato rural no Estado, mencionaram-se as categorias profissionais vinculadas com as atividades desenvolvidas pelo patronato desde o início do século XX e sua relação com o Governo e a Federação que os representa.

Para construção do perfil social do patronato rural paraense realizaram-se entrevistas com membros da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, ligados aos núcleos sindicais e seus respectivos sindicatos. Essas entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido e flexível, proporcionando acúmulo de informações importantes para a construção do mesmo. Além das entrevistas coletaram-se dados no Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, selecionando-se os grandes proprietários de terras do Estado e sua relação com a Federação em estudo.

Os pressupostos metodológicos utilizados nesta pesquisa possibilitaram a construção de três (03) capítulos fontes de informações a respeito da territorialidade e representação do patronato rural paraense, contribuição acadêmica que não esgota a temática, mas poderá servir de suporte para futuras pesquisas relacionadas à categoria político-social do patronato rural no Estado do Pará.

A identificação dos municípios de origem dos membros das diretorias da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA ao longo de sua existência, e de forma exaustiva, demonstra a forma de representação territorial adotada pelo patronato até o início da década de 1990. Em que medida ela é de fato um demonstrativo de representatividade da Federação? Este é um dos pontos chave desta dissertação. Para sua elaboração, contou-se com fontes variadas, desde a documentação presente na Federação, a referências verbais feitas por filhos de ex-presidentes como Clodomir de Lima Begot e José Maria Pinheiro Conduru, além de diretores atuais desta entidade, como Carlos Fernandes Xavier (presidente), Paulo Acatauassú Teixeira (diretor) e Iacira Leite Sedrim (diretora).

2 A TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARÁ: UMA REFLEXÃO TEÓRICO - METODOLÓGICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS NO BRASIL

A trajetória de luta pela sindicalização e fortalecimento dos produtores rurais brasileiros reflete a própria história do Brasil e de sua agricultura. As mudanças da sociedade nela se espelham e é possível acompanhar a participação das lideranças agrícolas nos processos políticos, econômicos e sociais nos diferentes períodos que compõem a história do país. Devido ao quadro de estagnação da agricultura durante o Império (1822 a 1889) e a República Velha (1889 a 1930), nesta última o Governo resolveu extinguir o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, deixando a atividade agrícola para segundo plano. Tal medida contribuiu para o fortalecimento de setores ligados à classe patronal, e iniciou debate voltado para a organização profissional e econômica do setor agrícola por meio de sindicatos. A Sociedade Nacional de Agricultura - SNA surge em 1897, no Rio de Janeiro, “com o objetivo de lutar pelo retorno dos brasileiros aos campos, ao trabalho agrícola, reconquistar o prestígio junto aos órgãos competentes, unindo o patronato, através de uma confederação”. Fala-se pela primeira vez em confederar o setor rural brasileiro, definido na pesquisa como todo e qualquer segmento pertencente ao patronato rural com mais de três (03) módulos rurais, seja pessoa física ou jurídica. Para estimular a união do setor rural, a Sociedade Nacional de Agricultura - SNA iniciou uma campanha para disseminar associações de agricultura por todo o país (HERÉDIA, 2001).

O discurso acima foi apresentado à sociedade brasileira como alternativa para a crise com que os segmentos dominantes agrícolas do Sudeste do país passaram a conviver com o fim da escravidão. A fundação da Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, era de caráter político-ideológico, como escreve Mendonça (2005, p. 438):

O objetivo da agremiação era tornar-se um centro mobilizador de forças e formador de opiniões junto à classe dominante agrária, visando a “congregar coletivos e individuais esforços para integrar o Brasil no conceito de país essencialmente agrícola” (MENDONÇA, 2005, p. 438).

A Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, na sua gênese apresenta-se como uma entidade agremiadora das “frações dominadas” da classe dominante agrária brasileira da Primeira República. Entende por frações dominadas segmentos patronais que defendiam uma política de diversificação agrícola do país em detrimento dos “malefícios da monocultura”, articulando grandes proprietários de complexos agrários menos dinâmicos e o Estado, sendo contrária à hegemonia da grande burguesia cafeeira paulista junto à recém-inaugurada República. Na análise de sua galeria de presidentes da Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, assim como na composição de suas principais diretorias, evidencia-se que a atividade social e setorial/regional de seus membros tinha em comum o fato de não estarem vinculados ao complexo cafeeiro de São Paulo, bem como de derivarem do eixo Sul-Norte/Nordeste-Sudeste do país, consistindo todos eles em proprietários rurais dessas regiões (MENDONÇA, 2005, p. 441).

Heinz (2006, p. 124), enfatiza que a Sociedade Nacional de Agricultura é a primeira entidade criada no Brasil com ambições de representação nacional dos interesses agrários, mesmo lembrando que entidades locais (como os *Clubs* da Lavoura, do período imperial) e regionais já haviam sido criadas na segunda metade do século XIX, existindo pelo menos um registro de organização representativa de interesses agrícolas ainda na primeira metade do século XIX: a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (1832).

Em 1901, o I Congresso Agrícola Brasileiro foi realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, com o objetivo principal de formar a Confederação dos Produtores Rurais do Brasil. No ano seguinte, 1902, ocorreu o II Congresso Agrícola Brasileiro, com o objetivo de fundar novas associações regionais, sociedades de agricultura, comércios rurais, ou clubes agrícolas locais. Em 1905 a Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, havia instituído o Comitê Central dos Sindicatos Agrícolas e, em seguida o Sindicato Central dos Agricultores do Brasil. Três anos depois o país já registrava a fundação de 54 associações especificamente rurais, nos estados de Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), **Pará** (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP) e Sergipe (SE), se destacando as Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1908), que em 1909,

recebeu a denominação de Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul - FARSUL (HERÉDIA, 2001, p. 13,14).

A entidade apresentara estratégias de atuação que variaram desde seu papel ativo na organização institucional de proprietários rurais com menor peso político, passando pela propaganda e formação de opinião junto à chamada “classe agrícola”, até sua imposição como órgão de consulta e prestação de serviços tanto ao Estado, quanto a seus associados. De 1909 até o Estado Novo (1937-1945), houve interação constante entre a Sociedade Nacional da Agricultura - SNA e o Estado, através do Ministério da Agricultura, funcionando como uma correia transmissora dos quadros ministeriais e formulando diretrizes de política agrícola. A nomeação por Getúlio Vargas do fazendeiro, industrial e político paulista Fernando Costa, primeiro ministro da Agricultura diplomado em Agronomia do país, marca uma série de perdas da Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, junto a este Ministério. A partir de 1930, a disputa política foi acirrada entre a Sociedade Nacional de Agricultura - SNA e a entidade paulista Sociedade Rural Brasileira - SRB, fundada em 1919 e que até a década de 1980 articulou segmentos, demandas e estratégias bem distintos da Sociedade Nacional da Agricultura - SNA (MENDONÇA, 2005, p. 440).

Para Heinz (2006, p. 126-7), durante o período mencionado, o debate é centrado numa clivagem entre dois pólos opostos da representação dos interesses fundiários no país: de um lado, aquele que se pode chamar estatista, representado, sobretudo pela Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, que almejava dotar o espaço rural do país de uma estrutura ampla e uniforme, e, de outro, denominado de privatista, representado pela Sociedade Rural Brasileira - SRB que buscava, com raras exceções, pôr um freio nessas iniciativas e manter distância da cultura sindical corporativa.

A criação da Sociedade Rural Brasileira - SRB (1919), entidade paulista que priorizava e defendia os interesses específicos do patronato rural, principalmente no que se refere à intocabilidade da grande propriedade, causou desconforto político-ideológico entre as instituições em debate. Caracterizou-se pela defesa dos interesses de amplas faixas dos setores proprietários de terras. Defendeu principalmente os interesses dos produtores de café e de algodão de São Paulo. Destacou-se por apresentar sua luta anti-reforma agrária, tendo como seu extremo a União Democrática Ruralista - UDR (1985), a mais agressiva das agremiações, que

admitia o uso da violência como recurso legítimo em defesa da propriedade. Durante o Estado novo (1937-1945), defenderam uma economia liberal. Desconfiavam da industrialização promovida pelo Estado. Acreditavam que o Brasil deveria ser um país essencialmente agrícola e que a industrialização apenas intensificaria o sacrifício da agricultura. No ano de 1964, após a deposição de João Goulart ganharam legitimidade civil. A partir de 1970, amplia sua base, atuando em nível nacional, utilizando como meio de divulgação a *Revista da Sociedade Rural Brasileira*. Em 1985, a Sociedade Rural Brasileira - SRB, participa como opositora ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado no governo de José Sarney (1985-1990). Atualmente (2008), busca opor-se às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reforçando a construção de uma boa imagem do proprietário rural, destacando que o produtor rural é o ator responsável em alimentar a cidade, contribuindo para o crescimento da nação (MENDONÇA, 2005, p. 445).

Em 24 de outubro de 1945, depois de extenso debate de um grupo de trabalho, formado por representantes do governo e dos produtores rurais, foi promulgado o Decreto Lei nº 8.127, que tratava da organização do setor rural. O movimento associativo na atividade agrícola progrediu: no início de 1950, tinham sido registradas 200 associações e oito (8) federações estaduais. Em meados de 1951, a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, afirma seu apoio à organização da Confederação Rural Brasileira - CRB, que seria o órgão máximo da agricultura no país. Dentre os idealizadores da Confederação Rural Brasileira - CRB destacam-se Arthur Torres Filho¹, presidente da SNA; Íris Meinberg², presidente da

¹ Nasceu no Rio de Janeiro, foi o primeiro presidente da Confederação Rural Brasileira - CRB, presidiu a Sociedade Nacional de Agricultura - SNA na década de 1920, Professor da Escola Nacional de Agronomia - ENA, Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia - SBA em 1927. Consultar Mendonça (1999).

² Nasceu na cidade de Três Pontas, Minas Gerais em 19/02/1908, mudou-se para Barretos com os pais e constituíram patrimônio como a fazenda Barreiro Grande Prestou vestibular para faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Formou-se em 1930, foi Promotor Público da cidade de Silveiras, e retornou a Barretos nomeado Promotor Público. Em 1934 fundou em de Barretos o Sindicato de Criadores e intencionalistas. Em 1937 chefiou a delegação dos Pecuaristas do Brasil Central. Em meados de 1939 e 1940 foi membro da Comissão Estadual do Estado de São Paulo. Em 1940 promoveu o primeiro Congresso de Pecuarista do Brasil Central, surgindo a União das Associações Agropecuárias da Região. De 1942 a 1945 foi comissionado junto ao gabinete do Secretário de Agricultura. Em 1945 foi promovido a 2º curador de Massas Falidas da capital de São Paulo e candidatou-se à Câmara Federal pelo Partido Social Democrata – PDS elegendo-se como 8º Suplente. Presidiu a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo - FARESP, hoje

Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, Josafá Macedo³, presidente da Federação do Rio Grande do Sul e Luiz Simões Lopes⁴ que presidiu a assembléia de fundação da Confederação Rural Brasileira - CRB (HERÉDIA, 2001, p. 15-6).

Em 1951, o número total de federações estaduais chegou a treze (13): Rio de Janeiro (RJ), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Minas Gerais (MG), São Paulo (SP) Rio Grande do Sul (RS), Maranhão (MA), Goiás (GO), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Santa Catarina (SC) e Ceará (CE). Ou seja, pouco mais de 50% dos vinte e quatro (24) estados da federação possuíam representações organizadas e formalizadas. As federações citadas, além da Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, participaram em 26 e 27 de setembro de 1951, no Rio de Janeiro, da fundação da Confederação Rural Brasileira – CRB. Discussão sobre a presidência da entidade uma vez mais evidenciava as dificuldades de implementação de um projeto associativo federativo que não levasse em conta o peso político e econômico das elites agrárias paulistas. O impasse na primeira eleição foi resultado dessa situação. Os dois candidatos eram o gaúcho Luiz Simões Lopes, vice-presidente da Sociedade Nacional da Agricultura - SNA e liderança nacional do patronato, cuja trajetória fora marcada pela evolução política do pós-1930 e por sua participação junto a apoiadores das mudanças operadas na sociedade brasileira do período, e o paulista Íris Meinberg, deputado federal pela União Democrática Nacional - UDN, presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo - FARESP e um

FAESP (1946-1952). Presidiu a União Agropecuária do Brasil Central em 1945. Exerceu mandato de Deputado Federal pela União Democrática Nacional – UDN, em 1951. Em 1967 presidiu a Confederação Rural Brasileira – CRB. Morreu em São Paulo, 31 de julho de 1973. Consultar Mendonça (1999) e Heinz (2006) e <http://guiadebrasil.com.br/histórico/fundadores/iris/iris.html>. Acessado em 18/02/2008.

³ Nasceu no Rio Grande do Sul e presidiu a Federação das Associações Rurais deste Estado - FARSUL

⁴ Nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul em 1903. Em 1921 ingressou na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba-SP, dois anos depois se transferiu para a Escola Mineira de Agricultura e Veterinária de Belo Horizonte, concluindo seu curso em 1924. Trabalhou no Ministério de Agricultura na década de 1920, em 1930 foi nomeado oficial-de-gabinete do Secretário da Presidência da República até 1937. Em 1938 colaborou para a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Em 1944 assumiu a Presidência da recém criada Fundação Getúlio Vargas – FGV. De 1951 e 1952 dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil – CEXIM. Em 1945 foi eleito o 1º Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA entre 1966 e 1979. Liderança nacional do patronato, cuja trajetória política fora muito marcada pela evolução política do pós-1930. Presidiu a Assembleia de Federações da Confederação Rural Brasileira - CRB em 1951. Morreu no Rio de Janeiro em 1994. Ver Heinz (2006). Mendonça (1997 e 1999) e http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografia/ev_bio_luissimaolopes.htm.

dos articuladores das modificações efetuadas na lei de sindicalização de 1944 e das tentativas de reforma da Lei nº 8.127, de 1945. De fato, a eleição do primeiro presidente da Confederação Rural Brasileira - CRB acabaria, numa solução de compromisso, pela indicação de um terceiro candidato, o gaúcho Mário de Oliveira, considerado um ilustre zootecnista (HEINZ, 2006, P. 130-1).

Substituído antes de um ano pelo ruralista e ex-secretário de Agricultura do Estado de São Paulo Alkindar Junqueira, assumindo o cargo em janeiro de 1953, o sucessor de Junqueira foi o pecuarista Íris Meinberg, deputado federal e ex-presidente da Federação das Associações Rurais de São Paulo. O deputado iniciou uma série de sucessivos mandatos que o mantiveram como presidente da Confederação Rural Brasileira de 1953 até 1967. O balanço de uma década de existência da Confederação Rural Brasileira - CRB proporcionou várias experiências rurais no Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Fortaleza e Belém do Pará, além de grande número de concentrações, encontros e reuniões específicas. Incentivou a criação do órgão máximo de classe do cooperativismo brasileiro através da União das Cooperativas do Distrito Federal - UCDIF, em 31 de agosto de 1956, que mais tarde se transformaria na Organização das Cooperativas Brasileira - OCB, com sede em Brasília (HERÉDIA, 2001, p. 16-7).

Parafraseando Herédia (2001, p. 29), os anos 1960 representavam um grande desafio para o setor rural brasileiro. A reforma agrária, que atravessaria décadas tirando a tranqüilidade dos produtores rurais, estava em plena efervescência. Mais do que nunca, era preciso unir o setor rural. A Confederação Rural Brasileira - CRB, ainda como entidade civil, conclamava os empresários rurais a uma atitude mais firme para vencer as dificuldades que se apresentavam. O discurso do presidente da Confederação Rural Brasileira - CRB cobrava mais empenho dos ruralistas em seus respectivos municípios, como mostra a citação a seguir:

Em editorial na "Revista Gleba" em 1962, o presidente da Confederação Rural Brasileira (CRB), Íris Meinberg, afirmava que muitas associações rurais não representavam de fato a classe, pois não congregavam os produtores mais destacados de seus municípios, não realizavam reuniões com a frequência indispensável, não promoviam campanhas nem desenvolviam as realizações reclamadas pelos meios agrícolas. Os empresários agrícolas precisavam cooperar no sentido de se estabelecer, nos campos, maior justiça econômico-social (HERÉDIA, 2001, p. 29).

A insatisfação da liderança indica a insuficiente representatividade da categoria. O crescimento da indústria na década de 1960 era significativo, e os problemas agrários tornavam-se cada vez mais explosivos, pois a concentração regional dos pólos industriais empobrecia áreas que dependiam de exportação agrícola. As tensões cresciam no campo, em função da pressão dos movimentos sociais, exigindo uma reforma agrária urgente, como demonstra o lema das Ligas Camponesas (MEDEIROS, 1989): *Reforma agrária, na lei ou na marra!* Para agravar a crise entre os produtores rurais, o presidente João Goulart em 13 de março de 1964, estabeleceu o decreto de criação da Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA, que previa o confisco dos latifúndios improdutivos de mais de 500 hectares, situados a menos de 10 quilômetros das rodovias e ferrovias federais, a proposta de reforma agrária e a intenção do governo de fazer o pagamento das desapropriações de terras por meio de título de dívida pública. O decreto trouxe um clima de revolta por parte dos produtores rurais que reagiram à proposta do governo, lutando para extinguir a Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA, o que acabou acontecendo pouco tempo depois. Um divisor de água ocorreu na VI Concentração Rural, realizada em 1962, no Rio de Janeiro (Maracanãzinho). A categoria patronal se pronunciou, com firmeza, na Declaração de Princípios, em favor da investidura das entidades ruralistas na função de Sindicatos Patronais na sua área de atuação. Em 1963, é normatizado o Sindicalismo Rural a partir do Estatuto do Trabalhador Rural, que estabeleceu a cobrança sindical. De acordo com o estatuto, criado pela Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, as associações rurais e seus órgãos superiores, reconhecidos nos termos e sob a forma do Decreto Lei nº 8.127, poderiam, se a respectiva assembléia geral assim se manifestasse, dentro de 180 dias, ser investidos nas funções e prerrogativas de órgão sindical do respectivo grau, na sua área de atuação, como entidades de empregadores rurais. A nova condição sindical da Confederação Rural Brasileira - CRB foi formalizada no "*Diário Oficial da União*", de 5 de janeiro de 1964, pelo Decreto 53.516, de 31 de janeiro de 1964, que reconheceu a Confederação Rural Brasileira - CRB, sob a denominação de Confederação Nacional de Agricultura - CNA, como entidade sindical de grau superior, coordenadora dos interesses econômicos da lavoura, da pecuária e similares, da produção extrativa rural, em todo o território nacional, na conformidade do Estatuto do Trabalhador Rural (HERÉDIA, 2001, p. 31-46).

Na verdade os produtores rurais pretendiam uma Confederação que pudesse se infiltrar no Ministério da Agricultura, para garantir seus interesses. A Confederação Nacional da Agricultura - CNA, entidade sindical patronal agrícola de grau superior incorporou de forma vertical, as federações rurais em nível de Estado (uma por unidade da federação) e as associações rurais em nível de Município (uma por município), fortaleceram os produtores rurais proporcionando-lhe vantagens junto ao governo federal (RAMOS e CARVALHO, 2005, p. 120-1).

Nos anos de 1970, a Confederação Nacional de Agricultura - CNA foi dirigida pelo senador do Estado do Amazonas Flavio Brito. Durante sua gestão houve a transferência definitiva de sede da Confederação para a Capital do País - Brasília, em novembro de 1975. Neste mesmo ano, Brito organizou o I Encontro Nacional de Agropecuária, durante o governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), recebendo a colaboração de Alysso Paulinelli, ministro da Agricultura e futuro presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, nos anos seguintes (1988-1990). Os produtores rurais estavam preocupados com os rumos que o país tomava. O Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, fundado em setembro de 1984, em Cascavel, Paraná, reacenderia as ocupações de terra. A proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pela Nova República, sob o comando do Instituto de colonização e Reforma Agrária - INCRA desagradou os produtores rurais, e ao mesmo tempo, uniu fortemente a classe rural brasileira visando manter seus privilégios. (HERÉDIA, 2001, p.45, 46).

De acordo com a Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, fundada em 20 de setembro de 1967, entidade civil não governamental, sem fins lucrativos, organizada para ajudar a promover a realização do processo agro-reformistas no Brasil, bem como contribuir para incrementar o padrão de vida da população rural, melhorando a produção, a distribuição dos alimentos e produtos agrícolas, aumentando as possibilidades de empregos, contendo a deterioração ambiental e assegurando o respeito aos direitos fundamentais do homem (1987), a União Democrática Ruralista - UDR, representava a Sociedade Rural Brasileira - SRB, surgida em março de 1985 como reação à proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA apresentado pelo governo José Sarney (1985-1990).

A União Democrática Ruralista - UDR funcionou como estratégia de curto prazo, cuja principal ação foi o bombardeio sobre o PNRA e entre médio e longo prazo fazendo propaganda, críticas ao Governo Federal de um lado e aos setores

progressistas de outro, dando apoio ao trabalho dos constituintes eleitos e comprometidos com seus princípios. A Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, considerada a mais progressista das entidades patronais, após ser derrotada na discussão que contemplou o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, sendo que suas sugestões não foram contempladas na versão final deste Plano, redirecionou sua atuação política para novas causas, com destaque para a questão ecológica (RAMOS e CARVALHO, 2005, p. 120).

Em 29 de julho de 2005, em Brasília, durante a manifestação “Tratoração - o alerta do campo”, os produtores rurais cobravam do governo federal alternativas para a “crise na agricultura” envolvendo problemas como a perda de renda no setor rural, mostrando que os anos passaram e suas estratégias foram renovadas, visando manter seus privilégios. De acordo com Moraes (1987, p. 17- 33), os produtores rurais durante décadas sempre buscaram alternativas para solucionar seus problemas através da criação de sociedades, clubes, partidos, confederações, uniões, ligas, sindicatos, etc. Procuraram representação para lutar em prol de seus direitos, não demonstrando preocupação com o custo social da modernização conservadora, a concentração de terra por eles produzida, fortalecendo os conflitos entre as personagens inseridas no espaço rural. De acordo com Ramos e Carvalho (2005, p. 121), a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, afirma contar com cerca de 2 mil sindicatos e 1 milhão de filiados em sua base, atuando como aglutinadora de organizações como a Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, a Sociedade Rural Brasileira - SRB, a Associação Brasileira de Criadores de Zebu - ABCZ, a União Brasileira de Avicultores - UBA, a Federação das Associações dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA, o Conselho Nacional do Café - CNF e a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, dentre outras de menor expressão no nível nacional.

2.2 REFLEXÕES SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS NO ESTADO DO PARÁ

Na Região Norte do Brasil, desde tempos coloniais a Ilha de Marajó destacou-se por apresentar a formação de fazendeiros como Antônio de Sousa Macedo, Secretário de Estado do rei D. Afonso VI, que recebeu a Capitania por doação de

juros e herdade. O sucessor de Antônio de Sousa Macedo foi seu filho, Luís Gonçalo de Sousa Macedo, considerado o 1.º barão da Ilha Grande de Joanes, em 1754. Sucedeu a este na donataria e no título de barão, seu filho Antônio de Sousa Macedo, 2.º barão da Ilha Grande de Joanes, que foi substituído pelo filho Luís de Sousa Macedo, considerado o 3.º e último barão da Ilha Grande de Joanes, conservando a estrutura familiar e fundiária de posseção da ilha. (TEIXEIRA, 1953 p. 34)

O Decreto de 29 de abril de 1754, que extinguiu a donataria e reuniu a Capitania aos bens da Coroa e Fazenda Real, criou o cargo de inspetor geral da Ilha, nomeando em 1757, Florentino da Silveira Frade. No século seguinte de acordo com Teixeira (1953, p. 38), em meados de 1825, o número de fazendas na costa norte correspondia a 56 e nos campos 92, destacando-se como proprietários instituições religiosas como as ordens dos mercedários e jesuítas e alguns cidadãos de famílias ilustres da Ilha, considerados fazendeiros. A indústria pastoril crescia e concomitante a este crescimento o furto de gado, situação que proporcionou, entre outras medidas, a criação de grandes sindicatos e poderosas milícias privadas, lideradas por fazendeiros, com destaque para a Associação de Fazendeiros de Marajó, de Muaná e Cachoeira do Arari (TEIXEIRA, 1953, p.34). A **Figura 1 e o Quadro 1** destacam os municípios e os principais fazendeiros da Ilha de Marajó, com registro de presença do *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1908, responsáveis por 405.431 reses bovinas.

Devido não termos acesso às informações referentes à área apresentada, no **Quadro 1** estabeleceu-se uma estimativa (1U.A/5 ha/ano) com relação a capacidade de suporte das pastagens, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, sob orientação do Engenheiro Agrônomo Guilherme Calandrini de Azevedo. De acordo com o pesquisador a estimativa levou em consideração o período apresentado no quadro (1908), a pastagem nativa do Arquipélago e o deslocamento do gado.

O pesquisador frisou que com a utilização de tecnologia recomendada para um período mais recente do que o quadro faz referência, na década de 1970, houve um aumento da taxa de fertilidade, redução da mortalidade do rebanho, obtenção de novilhos para abate com 350 kg aos três (03) anos e meio de idade e aumento da capacidade de suporte das pastagens nativas para (1 U.A/2,5 ha ano). Atualmente (2008) o aumento da produção por área tem sido substancial, podendo ultrapassar

800 kg peso vivo/ha/ano, em função do clima, da forrageira utilizada e da fertilidade do solo. Esta última estimativa atende outras áreas do Estado do Pará.

O fato é que, em estimativa baseada na relação entre efetivo bovino e área, as fazendas ocupavam mais de 2 milhões de hectares, o que é demonstração cabal do domínio territorial dos criadores de bovinos da Ilha de Marajó.

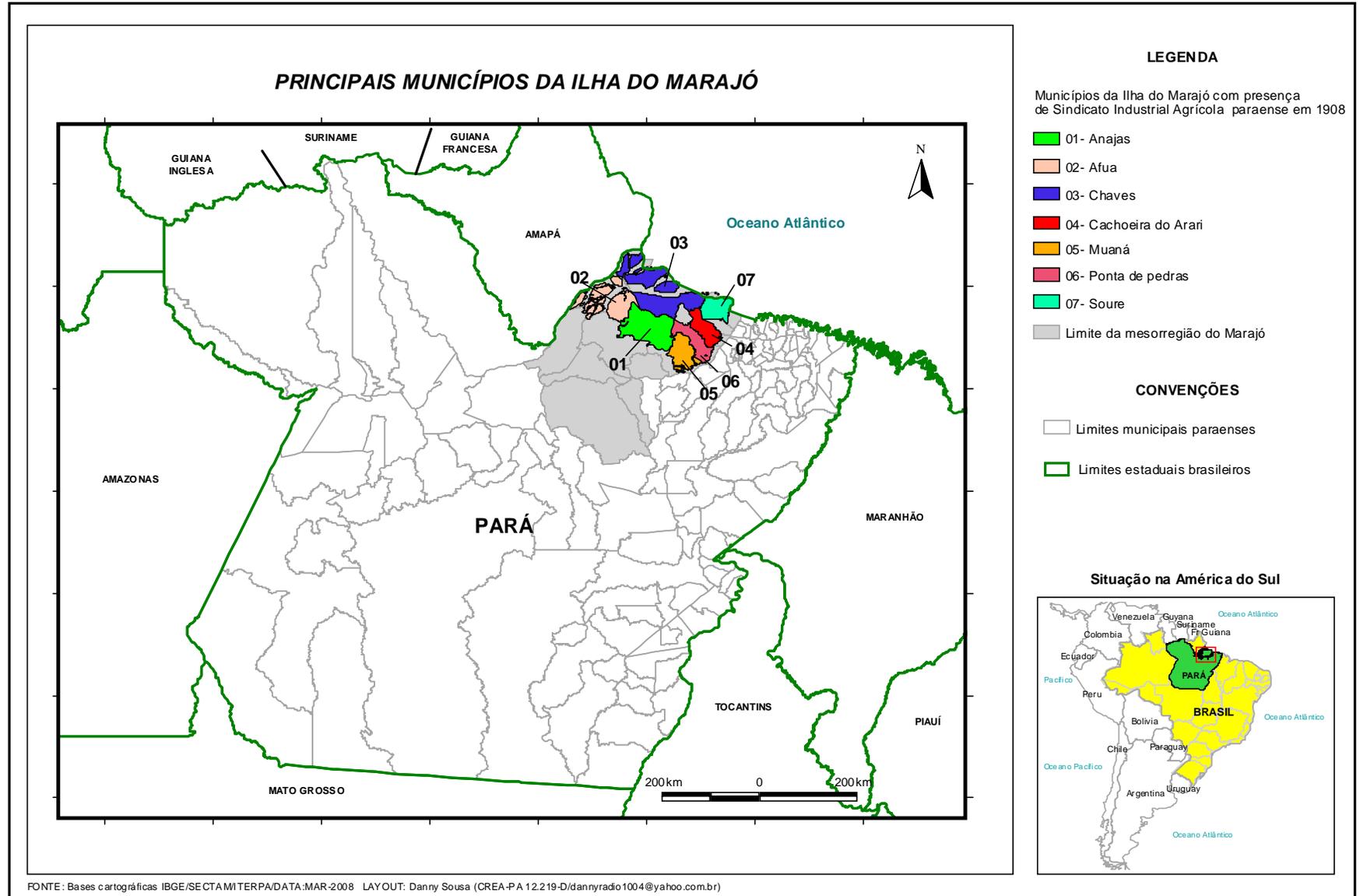


Figura 1 Municípios da Ilha de Marajó com registro de presença do *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* - 1908.
Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2007), dados da FAEPA (2004). Elaborado por AFSJ e DSS.

Quadro 1 Proprietários Rurais da Ilha de Marajó, 1908.

Proprietário Rural	Município	Reses Bovinas	n.º de Fazendas	Estimativa de área em Ha
Manuel Emídio Marques	Muaná	13140	58	65700
Simão Ferreira Monteiro	Muaná			
Rodrigo Lopes de Azevedo	Muaná			
João Câncio da Silva Brito	Muaná			
Joaquim Pereira Boulhosa	Ponta de Pedras	9173	33	45865
Leonardo Lobato Tavares	Ponta de Pedras			
Henrique Lobato	Ponta de Pedras			
Bento Lobato de Miranda	Cachoeira do Arari	162572	116	812860
Vicente José de Miranda	Cachoeira do Arari			
José Maria da Cunha	Cachoeira do Arari			
Manuel Lobato	Cachoeira do Arari			
Raimundo Bezerra da Rocha Morais	Soure	101050	64	505250
Artur Bezerra da Rocha Morais	Soure			
Antonino da Cunha Mendes	Soure			
Francisco de Paula Mendes	Chaves	112021	55	560105
Manuel Rui Sêco	Chaves			
Carlos Hesketh	Chaves			
Antônio de Sousa Baraúna	Afuá	7475	22	37395
Francisco Antônio de Resende	Anajás			
Vicente Ferreira Brito	Anajás			
TOTAL		405431	348	2027175

Fonte: Teixeira, 1953. Elaborado por AFSJ. Colaboração de Guilherme Calandrini de Azevedo para os dados de área.

Durante o período mencionado as atividades pastoris eram desencadeadas com maior freqüência no Arquipélago Marajoara e em algumas áreas do Baixo Amazonas, devido a condições físicas e climáticas da região (propícia à criação de gado), privilegiada posição geográfica ao tipo de transporte utilizado (embarcações de vapor e de velas), que proporcionavam a condução de gado (legal e ilegal) em pé e charqueado. A falta de linhas rodoviárias e ferroviárias dificultava o acesso a outras regiões do Estado. Os povoados, vilas e núcleos populacionais estavam às margens dos rios, fator importante para destacar a supremacia dos meios de

transportes aquáticos utilizados nestas regiões. Outro fator determinante voltou-se para a organização da estrutura fundiária, sendo o fazendeiro personagem central deste processo. A partir de 1905, no Governo de Augusto Montenegro (1901-1909) a oligarquia do Arquipélago de Marajó, através do Senador José Ferreira Teixeira funda e preside o *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*. Merece atenção o fato da fundação desta organização ocorrer no auge da exploração da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), quando a Amazônia representara importante contribuição à economia nacional por uma atividade que associava a exploração extrativa na floresta, à transformação industrial mais avançada em termos de sofisticação tecnológica. O caráter extrativo da *Hevea* não aparece representado no nome do sindicato que se pretende primeiro industrial e depois agrícola. É o caráter de indústria, que ocorre no beneficiamento da *Hevea*, quem toma relevo, demonstrando a preocupação com a representação de modernidade que a atividade agropecuária pode assumir. Ao assumir o cargo de Senador, José Ferreira Teixeira beneficiou a Indústria Agropecuária, além da realização de congressos de fazendeiros, cujos trabalhos resumidos em conclusões foram publicados pela revista *A Lavoura Paraense* (1907), boletim da diretoria de Agricultura do Estado. Essas conclusões traziam resultados para estimular e orientar a indústria pecuária paraense. No que se refere à atividade agropecuária, o Senador José Ferreira Teixeira defendeu a criação de três (03) campos experimentais agrícolas, no Baixo Amazonas, no Marajó, e no Tocantins; em que promoveu o fomento, organização e regulação da produção do algodão no Pará; estimula a criação de posto de seleção de gado nacional “crioulo”; envolveu-se na organização do serviço de defesa sanitária animal do Pará; concessão de terras devolutas a quem se obrigasse a instalar e manter fazendas de criação na Guiana Brasileira; organização e instalação de indústrias de aproveitamento de sementes oleaginosas; auxílio ao sindicato agropecuário de Soure-Marajó, para instalação de um posto zootécnico; instalação de uma escola doméstica para formação de “donas de casa”; criação de um patronato agrícola; entre outros serviços que beneficiavam os grandes proprietários de terras. Aumentou a confiança dos capitalistas na indústria de criação, novos e valiosos elementos conquistaram a pecuária marajoara e de outras zonas do Pará (TEIXEIRA, 1953, p. VIII).

O *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* promoveu a propaganda da agropecuária no Estado, resultando na criação dos Sindicatos Agrícolas de Ourém,

Irituia, Abaetetuba, Cametá, Maracanã e Bragança. Em 1907, o Sindicato reuniu o Congresso dos Fazendeiros do Pará, cujas conclusões serviram de orientação para intervenções na Pecuária do Estado. Este Sindicato fundou a Estação Experimental de Igarapé-Açú e estimulou a criação da Secção de Agricultura do Estado do Pará, proporcionando a expansão significativa desta atividade que, a priori, estava voltado para o Arquipélago Marajoara. A **Figura 2** indica os Municípios associados ao *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense*, em 1905, destacando no início deste século a expansão da atividade pastoril, outrora situada no Arquipélago Marajoara, agora em direção ao Nordeste Paraense e ao Baixo Tocantins (TEIXEIRA, 1953, p.43-44).

A expansão não estagnou a produção de gado no Arquipélago Marajoara, mais dinamizou esta atividade em outras regiões do Estado. O Nordeste Paraense, assim como a Amazônia em geral ganhou relevância devido à produção de látex, matéria-prima utilizada em função do processo de vulcanização que ocorrera nos Estados Unidos e Inglaterra em 1839. Os países citados passaram a industrializar produtos derivados da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex ADR. de Juss) como os pneus dos automóveis e bicicletas e outros acessórios importantes para a montagem desses bens, proporcionando a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, concluída no governo de Augusto Montenegro (1901-1909), sendo implantados vários núcleos ao longo da mesma.

Desta forma, a substituição do barco pela locomotiva modificou a dinâmica de ocupação do Nordeste Paraense, transferindo milhares de pessoas brasileiras e estrangeiras para esta região. A crise do comércio da borracha acelerou o processo de ocupação. As atividades secundárias à extração da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex ADR. de Juss) desenvolvida pelos seringueiros passam a atuar como atividade principal, com destaque para a agricultura, utilizada por meio do sistema de corte - e - queima que, segundo Ludovino (2002) citado por Veiga et al (2004, p. 39), a maioria das propriedades tem menos de 50 hectares, ou seja, predominando a agricultura familiar. A partir dos anos 1930, a construção de rodovias locais facilitou a integração entre esta região e Belém, além das rodovias federais BR 010 (Belém-Brasília) e a BR 316 (Pará-Maranhão) em meados de 1959 (ver a Figura 5), impulsionando o fluxo migratório na região pela segunda vez. Os fazendeiros do Arquipélago de Marajó e de outras regiões do Estado optaram pelo Nordeste Paraense, devido à facilidade de escoamento do gado e sua distribuição nas redes

de açougues em Belém, aumentando a concentração fundiária e a sindicalização dos Municípios do Nordeste Paraense (VEIGA et al, 2004, p. 41).

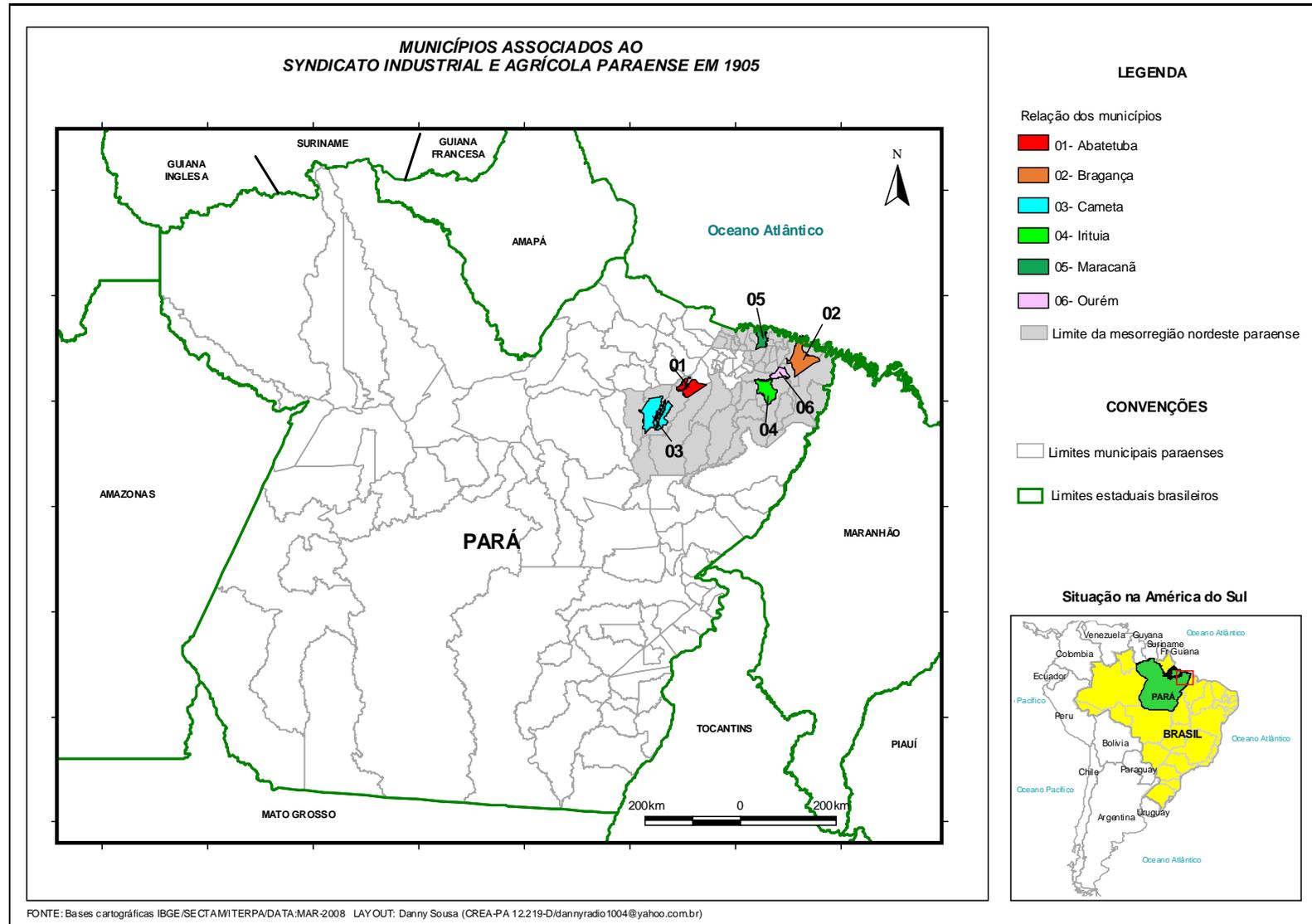


Figura 2 Municípios associados ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1905.
Fonte: Teixeira, 1953. Elaborado por AFSJ e DSS.

A relação entre a patronagem rural e o Estado foi fortalecida desde o início do século XX, na República Velha, como demonstra *A Lavoura Paraense*, publicada mensalmente e editada durante cinco anos, entre 1907 e 1912, suspensa no governo de Enéias Martins (1913-1917). Os técnicos e produtores rurais manifestavam interesses enquanto categorias profissionais, geralmente vinculadas a órgão público. Organizavam-se em prol de seus interesses, ou seja, uma preocupação pelo aumento da produtividade incorporando novas tecnologias, elemento importante para aproximar as referidas categorias em nível nacional e internacional através das representações de maquinários agrícolas e sementes selecionadas originárias de outros estados ou países. Desta forma, a **Figura 3** e o **Quadro 2** ressaltam a difusão de tecnologias, com a fundação de sedes municipais via *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*, aumentando a sua representatividade no Estado. A aquisição de arados, arames, sementes e a compra de uma usina de descarregar e enfardar algodão representa a utilização de novas tecnologias no Estado, descentralizando as atividades agropastoris desenvolvidas na Ilha de Marajó (GUERRA, 1999, p.3,4).

Se as preocupações com melhorias tecnológicas são evidenciadas pelas matérias produzidas e publicadas em *A Lavoura Paraense* (1912) e na *Revista Comercial do Pará* (1918), não existem indicadores de transformações sociais importantes, demonstrando o crescimento do assalariamento e respeito às leis trabalhistas no campo. A oligarquia absorve tecnologia, mas não há indicativo de mudanças nas situações de dominação.

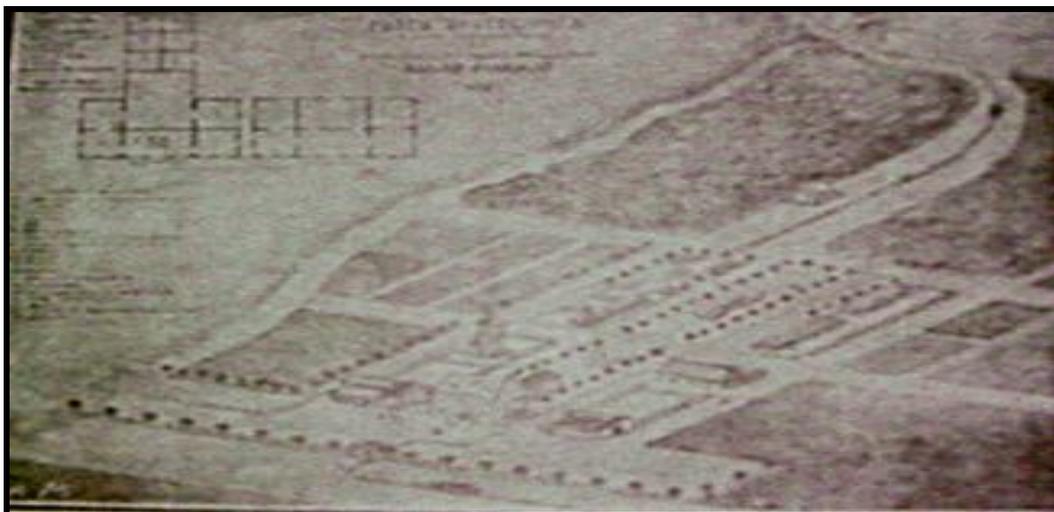


Foto 01 Projeto geral do posto Zootecnico, Soure/Marajó, 1918.

Fonte: Revista Comercial do Pará (1918).

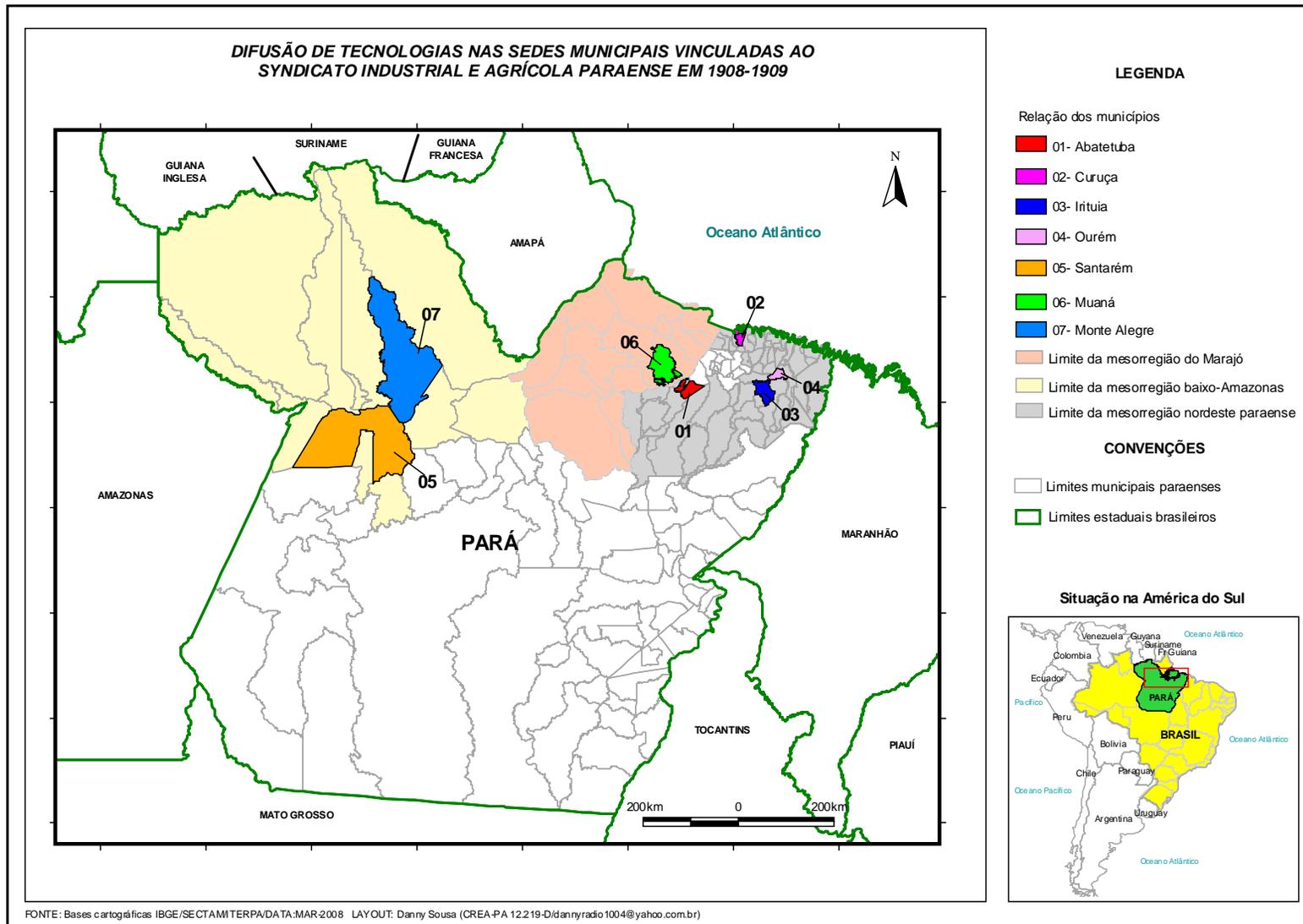


Figura 3 Difusão de tecnologias nas sedes municipais vinculadas ao *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense*, 1908-1909.
Fonte: Base cartográfica do IBGE (2007). Dados de Guerra (1999). Elaborado por AFSJ e DSS.

Quadro 2 Difusão de tecnologias no Estado do Pará, no período de junho de 1908 a maio de 1909.

Local	Tipos de Tecnologias
Ourém	Aquisição de arados
Irituia	Aquisição de arados
Abaeté	Aquisição de arados e sementes
Muaná	Aquisição de arados e sementes
Monte Alegre	Usina de descaroçar e enfardar algodão
Santarém	Usina de descaroçar e enfardar algodão
Curuçá	Aquisição de sementes
Marajó	Arames e materiais para construção de cercas

Fonte: Guerra (1999). Elaborado por AFSJ.

Durante o período referente a 1910 - 1930, onde ocorreu intenso processo de descentralização da pecuária no Estado, os municípios da Ilha de Marajó mantiveram sua produção e receberam incentivos do Governo, através da ação parlamentar do Senador José Ferreira Teixeira em dois (02) mandatos que corresponderam entre os períodos de 1913-1930. Nascido em 22 de julho de 1865 no Município de Muaná, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife (PE) em 1889 tornou-se este senador em representante dos interesses dos pecuaristas no Estado e no País. Durante sua vida pública assumiu vários cargos como já citamos anteriormente quando nos referimos ao *Syndicato Agrícola e Industrial Paraense*, com destaque para o projeto do Posto *Zootechnico do Syndicato Agro-Pecuário Soure-Marajó* (1918), ver **(Foto 01)** e campos anexos de demonstrações e experiências de Agricultura, voltado para construção da primeira escola prática de agricultura mecânica, criação racional e leiteria do Estado do Pará. Esta benemérita associação se propôs a criar postos de monta em todos os municípios que os auxiliasse com cessão de trinta (30) hectares de terras e certo número de sócios (REVISTA COMERCIAL DO PARÁ, 1918).

A economia do período era sustentada basicamente pela produção da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K) e cacau (*Theobroma cacao* L). Entretanto, a partir de 1920 com a abrupta queda dos preços da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) no mercado internacional, que proporcionou em 1921 que a castanha-do-pará

(*Bertholletia excelsa* H. B e K) passasse à frente da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) como produto de exportação mais valioso do Pará. Para Weinstein (1993, p. 289):

O Estado do Pará, e a Amazônia como um todo, não sofreu qualquer transformação social ou econômica fundamental em consequência da expansão da borracha. A região saiu da era da borracha ainda por um sistema de produção que se assemelhava muito aos modelos coloniais de exploração econômica e por um conjunto hierárquico de relações sociais, que de modo algum, representava um distanciamento significativo da estrutura de classe tradicional. Contudo, a ausência de uma “grande transformação” não nos deve levar ao equívoco de crer que não haja ocorrido mudança alguma de importância duradoura no correr do período de sessenta anos (60), durante os quais a borracha foi o principal produto de exportação da Amazônia. Em primeiro lugar, mudou-se sensivelmente a composição da própria elite, embora não drasticamente. Fora os pecuaristas de Marajó e do baixo Amazonas e de um punhado de produtores de cana-de-açúcar nas proximidades da capital, a classe alta do Pará voltou-se predominantemente para atividade mercantil. Quer fossem importadores, exportadores, varejistas ou pequenos industriais com interesses comerciais paralelos, os cidadãos mais ricos do Pará, quase sem exceção, antes obtinham sua riqueza do comércio do que da terra. Até mesmo os mais destacados pecuaristas participavam amplamente do mercado de carne e de outros produtos, em vez de apenas criarem gado.

No que diz respeito ao reconhecimento e apoio governamental aos pecuaristas durante o período mencionado não era equivalente aos problemas financeiros e ecológicos herdados pela queda da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) e que precisavam ser sanados. A não ser pelo financiamento de uma “fazenda modelo” e pelo subsídio a uma linha de navegação entre Marajó e Belém como cita Weinstein (1993, p. 285), o governo abandonou de vez os criadores a seus próprios recursos. Este fato proporcionou aos pecuaristas um controle do rebanho e a especulação do preço da carne, desencadeando em 1923 a grave escassez do produto em Belém (WEINSTEIN, 1993, p. 285).

Embora a produção e comercialização da carne no Estado não se aproximasse dos lucros advindos do negócio da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), a pecuária se firmou como fonte de renda firme e segura, sendo que os pecuaristas de Marajó prosperaram graças à inflação do preço da carne, servindo de fonte de empréstimos para socorrer os envolvidos com a produção da borracha já em baixa. Entre os pecuaristas tradicionais de Marajó, Weinstein (1993 p. 285) cita as famílias tradicionais dos Lobato, dos Pombo e dos Bezerra. Durante o período descrito a produção e comercialização da Borracha (*Hevea brasiliensis*

Willd. ex Adr. de Juss), da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K), do cacau (*Theobroma cacao* L) e da pecuária, ou seja, a economia local esteve centralizada nas mãos das famílias tradicionais denominadas oligarquias, regime político ou forma de dominação de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram sendo exercido apenas por elementos desse grupo. Do ponto de vista puramente formal, distingue-se da democracia e monarquia (SANDRONI, 2001), sendo substituídas paulatinamente a partir dos anos de 1930 por outra categoria político-social denominada de patronato, conhecidos como empresários, produtores rurais, ruralistas, fazendeiros, pessoas físicas ou jurídicas com extensões de terras superiores a três (03) módulos rurais, empregadores de mão-de-obra assalariada, cultivos e criações especializadas ligados ao *agribusiness*.

A partir de 1940, o patronato rural era representado pelas Cooperativas Agrícolas e a Associação dos Seringalistas da Amazônia, envolvidos na reativação da produção da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial em função dos denominados acordos de Washington. De acordo com Petit (2003, p. 62) em março de 1942, os governos dos EUA, Grã-Bretanha e Brasil assinaram diferentes tratados de cooperação militar e econômica, que ficaram conhecidos como os Acordos de Washington. Num desses tratados, estabelecia-se a importância de incentivar a produção de borracha na Amazônia brasileira para suprir às necessidades civis e militares desse produto dos Países Aliados que tinham perdido, para o Japão, o controle dos seringais asiáticos. A formação de Cooperativas se realiza com apoio do Serviço de Assistência ao Cooperativismo - SAC, órgão do Departamento da Agricultura do Estado do Pará, dirigido respectivamente pelo agrônomo Luiz Fernando Ribeiro⁵ e o seringalista José Manoel Ferreira Reis, este último presidente da Associação dos Seringalistas da Amazônia. Dentre as Cooperativas criadas durante este período, a mais importante foram a Sociedade Cooperativa da Pecuária do Pará - SOCIPE (1932), e as cooperativas agrícolas da Região Bragantina e do Baixo Amazonas (FERNANDES, 1999 p.85-6).

⁵ Diretor-Presidente da Cooperativa Central de Créditos, Diretor geral do Departamento de Agricultura do Estado do Pará na década de 1940. Consultar Fernandes (1999).

Durante o Estado Novo (1937-1945), o país passou por um reordenamento econômico e político, proporcionando um projeto de desenvolvimento, pautado no desenvolvimento urbano-industrial, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, com o objetivo de integração econômica da região ao restante do país. Os produtores rurais não satisfeitos com o novo modelo estabeleceram diretriz voltada para mobilizar seus representantes, criando novas organizações de proprietários rurais, abrindo novas fronteiras no Sul e Sudeste do Estado do Pará. De acordo com Fernandes (1999, p. 87) o **Quadro 3**, retrata as associações rurais do Estado do Pará em 1950 e a **Figura 4** demonstra a distribuição espacial das associações rurais do Estado do Pará, no período de 1951 a 1954, destacando-se o Município de Marabá como nova fronteira, no Sudeste do Estado.

Quadro 3 Associações rurais do Estado do Pará na década de 1950.

Nome da Entidade	Data da Fundação
Associação Rural de Ananindeua	01/04 /1951
Associação Rural de Igarapé – Açú	24/05/1951
Associação Rural de Marabá	17/07/1951
Associação Rural de Vigia	02/03/1952
Associação Rural de São Caetano de Odivelas	14/03/1952
Associação Rural de Curuçá	24/05/1954

Fonte: Fernandes (1999).

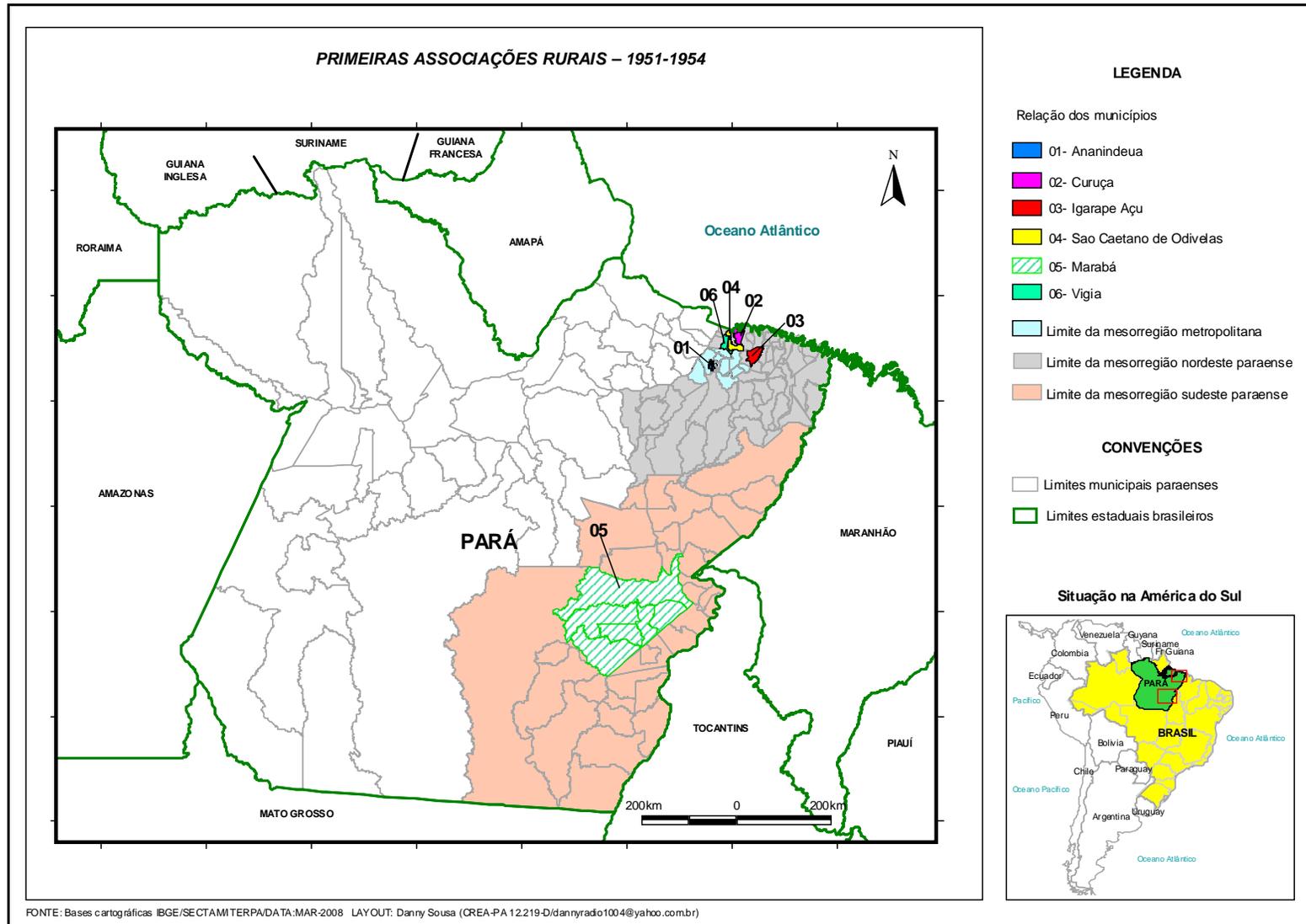


Figura 4 Distribuição espacial das associações rurais do Estado do Pará - Período de 1951 a 1954.
Fonte: Fernandes, 1999. Elaborado por AFSJ e DSS.

A razão central da formação das entidades do setor rural não era a defesa da estrutura agrária, mas sim a necessidade desses grupos interferirem no processo econômico que se estruturava, em novas bases naquele momento, para a região, alavancado pelo Plano de Valorização da Amazônia. A organização política representada pelas associações municipais do Nordeste do Estado e as organizações provenientes de Marajó, não correspondiam aos interesses da categoria patronal localizada em outras áreas de atuação, como o Sul e Sudeste do Estado.

Em 1964, sob a batuta dos militares, alteram-se as normas que regiam as organizações classistas no Brasil. Em decorrência disso, as Associações Rurais Municipais se transformam em Sindicatos e a Federação das Associações Rurais assume a denominação de Federação da Agricultura do Estado do Pará, tema que iremos aprofundar a seguir. Em 25 de maio de 1968, o patronato rural de Paragominas, Sul do Pará e Vale do Araguaia consideradas novas fronteiras, criam a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, com sede em São Paulo, funcionando como uma espécie de interlocutora privilegiada dos interesses dos empresários frente às instâncias estatais (FERNANDES, 1993 p. 117-8). A abertura da Belém-Brasília, em 1959, abre perspectivas de territorialização no Estado do Pará, configurando novas áreas de fronteiras. Paragominas é expressão desse processo, significando área de intensa exploração madeireira, depois pecuária, com enormes conflitos entre levas de migrantes predominantemente do Pará, Goiás e Minas Gerais, cujas iniciais permitiram a construção acróstica do nome do município.

A substituição das atividades pastoris desencadeadas no Nordeste Paraense para as áreas consideradas novas fronteiras ocorre, de fato, entre 1951 e 1954, quando Getúlio Vargas reassumiu o governo, estruturando o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, pautado em um programa do governo federal voltado para impulsionar a industrialização no País. A década de 1960, ocasiona grandes retrocessos à luta dos camponeses, que vê na ascensão do regime militar seu sonho frustrado, em detrimento de uma política econômica voltada para incentivos e políticas de mercado, políticas creditícias de juros baixos, política de ocupação do território nacional, com acesso fácil à terra, política fiscal que contemplou proprietários inadimplentes. Todas as medidas acima beneficiaram grandes

proprietários de terras ligados ao setor industrial de outras regiões do país, que adquiriram grandes extensões de terras no Estado do Pará. Na década seguinte os projetos de infra-estrutura dinamizaram a economia da região, facilitando a entrada e saída de produtos pelas rodovias PA-150, Transamazônica (BR-230), BR-158 (trecho Mato Grosso - Pará), Belém - Brasília (BR-010) e uma rede de estradas secundárias (Ver **Figura 5**). Segundo Emmi (1999, p.17), durante esta década a conjuntura regional indica sintomas de decadência das oligarquias locais enquanto grupos dominantes, cedendo espaço para empresas estatais e privadas que se instalaram na Região e para camponeses ávidos por terra, disputando o espaço por ocupações e apossamento.

Neste momento se tornam evidentes transformações do perfil das classes dominantes no Estado do Pará. De atividades organizadas sobre contratos verbais, pagamentos em gêneros e mecanismos de dominação baseados em uma dívida imaginária para atividades assalariadas, seja na base de diárias, seja de empreitada, define-se uma relação capital e trabalho baseado em padrões contemporâneos. Isto não elimina a ocorrência de aberrações como o trabalho em condições aviltantes, as semelhantes ao escravismo. O financiamento oficial de ocupação regional ocorre sob a égide da modernização das relações de trabalhos. As oligarquias se convertem em patronato.

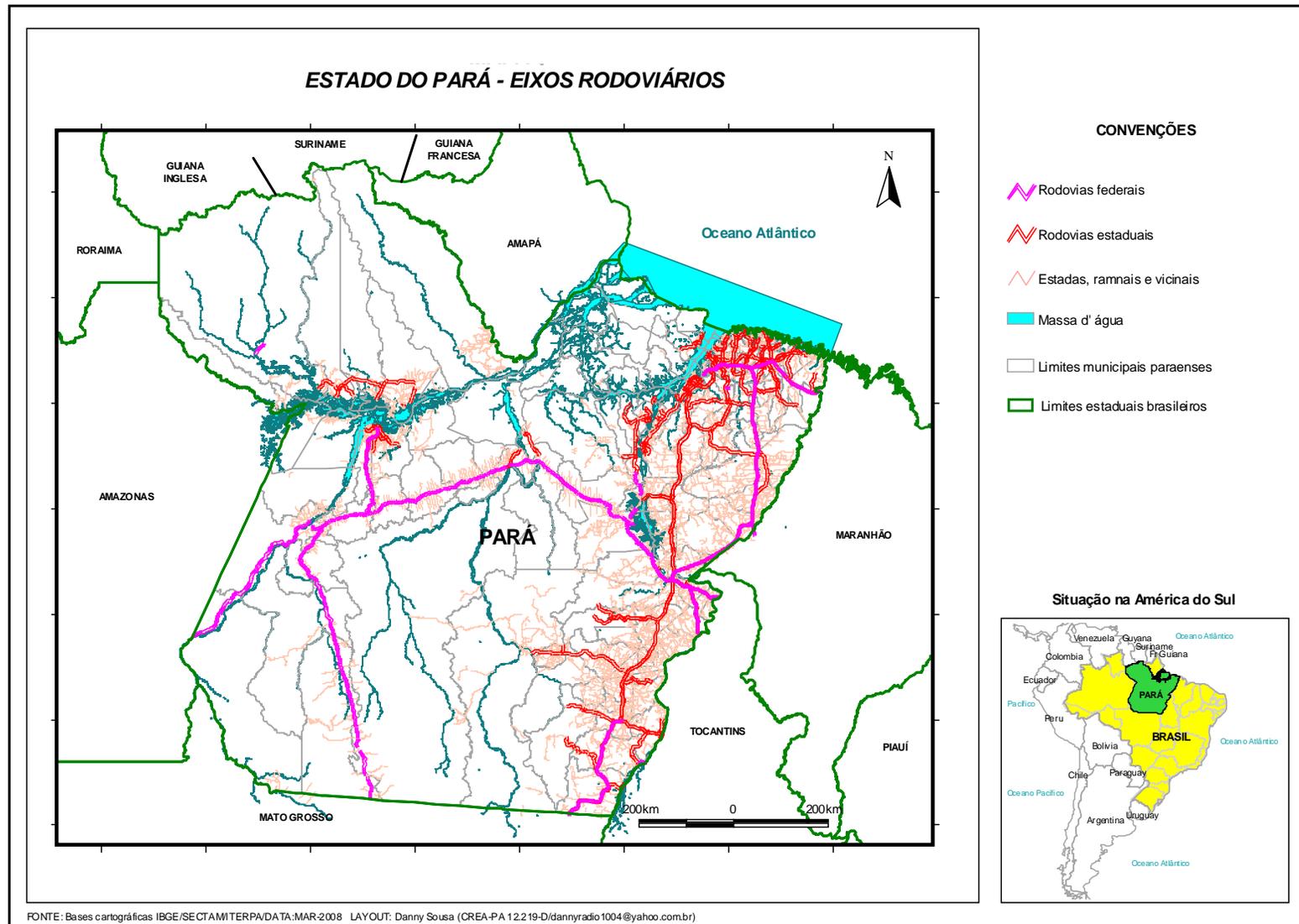


Figura 5 Eixos rodoviários do Pará.
Fonte: Instituto de Terras do Pará (ITERPA, 2008).

2.3 TERRITÓRIO E PODER: DA OLIGARQUIA DO PASSADO AO PATRONATO DO PRESENTE

A discussão neste item volta-se para uma abordagem teórico-metodológica a respeito do território, poder, oligarquia e patronato. As duas primeiras categorias político-sociais serão abordadas com ênfase nos autores da ciência geográfica, não em sua plenitude, de forma abrangente, mas como uma forma de contribuição dessa ciência com o objeto da pesquisa.

O conceito de território foi empregado a priori pelas Ciências da Natureza, com destaque para a Biologia. Durante o século XIX, Augusto Comte divulgou a doutrina positivista como base de sustentação para as Ciências Humanas modernas, contrapondo as idéias teológicas da Idade Média. As Ciências Humanas como a Geografia, a História, a Economia, a Psicologia, a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia procuraram nas teorias das Ciências da Natureza o status de cientificidade.

Devido à amplitude do conceito de território, empregado por várias áreas do conhecimento citadas no parágrafo acima, o Geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que inclui a interação sociedade-natureza) (COSTA, 2004, p. 37). Na própria Geografia é possível verificar a polissemia do conceito, quando se remete à leitura de Costa (2004), ao citar no verbete do dicionário *Les mots de la Géographie*, organizado por Roger Brunet e outros (1993), enumerando seis definições para território.

Dentre os clássicos da Geografia, Friedrich Ratzel dedicou seus estudos a vários desdobramentos tendo como referência o objeto central que é o estudo das influências que as condições humanas exercem sobre a evolução das sociedades. Entretanto, a constituição da Geopolítica é o desdobramento que interessa, pois é dedicada ao estudo da dominação dos territórios, a partir da ação da categoria sócio-profissional como o patronato rural sobre o espaço, visando formas de defender, manter e conquistar o território, operacionalizando e legitimando o seu domínio.

Na percepção ratzeliana, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, vista nas necessidades de moradia e alimentação. Desta forma, o progresso significa um maior uso dos recursos do meio, ou seja, uma

relação mais próxima com a natureza. De acordo com Moraes (2003, p.60), é por esta razão que a sociedade cria o Estado. Ratzel enfatiza, “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. Assim Moraes (2003, p. 60) salienta:

A perda do território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implica a necessidade de aumentar o território, logo de conquistar novas áreas (...) o conceito de “espaço vital” representa uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais.

O conceito de território e espaço vital em Ratzel, aproxima-se daquele utilizado pelas Ciências da Natureza, pois define e delimita as áreas de domínio de uma determinada espécie animal ou vegetal, com destaque para a Zoologia e a Botânica. Entretanto, não podemos negligenciar a relação homem-natureza, associada à idéia de necessidade, o que permite a definição de território a partir da relação prática entre sociedade e natureza. De acordo com Friedrich Ratzel citado por Moraes (2000, p. 19) o território pode ser:

Um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Segundo ele, no mundo moderno constituem áreas de dominação “estatal” e, mais recentemente, “estatal nacional”. Pode-se dizer, portanto, que o exercício de uma soberania impõe uma territorialidade a certas parcelas delimitadas da superfície terrestre. Esse processo, de “formação de territórios” é afirmado por Ratzel como parte substancial da “tríplice repartição” do objeto antropogeográfico. O território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que o localiza também num lugar importante no universo de preocupação da Geografia Política e da Geopolítica.

Diante deste contexto, para Ratzel o território pode ser considerado um espaço de poder, geralmente estabelecido pelas sociedades organizadas em forma de Estado, na busca de conquistar territórios.

Na concepção de Raffestin (2003, p.143) para chegarmos á definição de território é necessário compreender que o espaço antecede o território. Enfatiza que o território é formado a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela

representação), o ator “territorializa” o espaço, lhe dá sentido, lhe empresta significado.

Além dos autores citados, Costa (2004) indica outros geógrafos que se dedicaram ao estudo do território como Souza (2002), Santos (1994), Sack (1986), Lefebvre (1984) e outros. Entretanto, em função das questões priorizadas nesta pesquisa, empregaremos a concepção de território utilizada por Costa (2004), que é enfocada numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos.

Costa (2004), ao discutir o conceito de território e territorialidade que é central para a geografia, aponta diferentes concepções empregadas por diversas áreas do conhecimento. Mesmo dentro da ciência geográfica como citamos anteriormente, a respeito da polissemia deste conceito, por envolver a espacialidade humana, o autor tem a preocupação de sintetizar noções de território através de três vertentes básicas:

Política (referida às relações espaço e poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através da qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (COSTA, 2004, p.4).

As dimensões política, cultural, econômica e “natural”, esta última não presente na citação, porém mais antiga e pouca veiculada nas Ciências Sociais, embora importante para distinguir os diferentes usos do conceito de território não é suficiente para se analisar os fundamentos filosóficos que essas dimensões proporcionam. Sendo assim, segue-se a recomendação de Costa (2004) em discutir um conjunto de perspectivas teóricas, em que a conceituação de território é abordada através do:

Binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: 1. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); 2. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

Binômio espaço-tempo, em dois sentidos: 1. seu carácter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); 2. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) período (s), grupo (s) social (is) e/ou espaço (s) geográfico (s) (COSTA, 2004, p.41).

Diante do contexto apresentado, a noção de território requer estudos a respeito de relações de poder e de conflitos de poder. Os conceitos apresentados destacaram que o território é o espaço onde as relações de poder e conflitos de poder se acirram, provocando nos atores envolvidos nesta relação, a sensação de perda de domínio. Sendo assim, empregamos o conceito de Arendt (2001, p. 36):

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (potestas in populo, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, “seu poder” também se esvanece.

Arendt enfatiza que algumas metáforas são utilizadas no senso comum para designar o termo poder, sendo atribuído termos como: vigor, força, autoridade e violência. Os termos indicam os meios em função dos quais o homem domina o homem, desta forma são empregados como sinônimo, pois apresentam a mesma função. Entretanto, a autora abre uma discussão no que diz respeito à clareza dos conceitos utilizados no campo científico. Nesta perspectiva, o poder se diferencia radicalmente dos outros conceitos. Por exemplo: a distinção entre poder e vigor. Este último se volta para uma realidade essencialmente individual, em atributo inerente a uma coisa ou a uma pessoa que pode ou não ser utilizado na relação com outros indivíduos, apresentando um carácter eminentemente particular, pode oferecer sempre uma ameaça ao poder. A violência, outro termo que Arendt discute sendo

inerente ao ato de “fazer”, “fabricar”, e “produzir” e, na seqüência de sua exposição, identifica a violência com o ato de “matar”, e “violar”.

Para Raffestin (1993, p. 52-64), a palavra apresenta ambigüidade, a partir do momento que pode ser escrita de forma maiúscula (P) ou minúscula (p). Quando se apresenta de forma maiúscula, assume a concepção de Foucault (1976), equiparada a um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado, faz-se presente à soberania do Estado. Entretanto, pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder (p). O poder (p) se esconde atrás do Poder (P), afirmando a ambigüidade, pois o segundo é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. E o segundo é perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela ameaça que representa, pois é visível, maciço e identificável. Desta forma, o poder é parte intrínseca de toda a relação.

Para Claval (1979, p.11), poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Destaca que o poder se traduz nas relações de uma *forma pura* através de uma relação perfeitamente assimétrica, ou seja, aquele que ordena nada deve aos que dirige; *natural*, quando reconhece a natureza legítima da autoridade; *dos jogos de influência*, surgindo das relações em que cada um dá e recebe e *de dominação inconsciente*, quando a liberdade de alguns é reduzida sem que eles o percebam.

As categorias estudadas acima fazem sentido neste estudo uma vez que tratam de estabelecimento de um poder sobre um território, ambos em formação. O patronato rural, herdeiro de relações de dominação da oligarquia disputa a hegemonia com outras categorias em um espaço conflitado, cobiçado, dinâmico. Ao longo dos anos, a oligarquia e o patronato rural paraense apresentam estratégias visando uso e domínio do território, materializados em atividades econômicas ou ciclos como o extrativismo da borracha (*Hevea brasiliensis Willd. ex Adr. de Juss*), da castanha (*Bertholletia excelsa H. B. e K*), da madeira, a pecuária bovina e a implementação de monoculturas, voltadas para o agronegócio, estabelecendo relações de poder e conflitos de poder entre as personagens que compõem a estrutura agrária paraense. Entretanto, faz-se necessário estabelecer uma relação entre oligarquia e patronato rural, pois os termos são empregados com o mesmo significado na pesquisa, somente quando retrata os donos dos meios de produção e

a parcela da sociedade que ao longo dos anos sempre foi beneficiada com políticas oriundas do Estado, aumentando a concentração de terras e as desigualdades sociais no campo. Na região estudada, os termos apresentam peculiaridades e características diferentes, quando submetidos a uma análise crítica.

No decorrer deste capítulo, apresentam-se três eixos evolutivos significativos com relação ao uso e domínio do território, em que a categoria patronal, representada pela oligarquia ou patronato rural desenvolveu suas atividades político-econômicas, foram respectivamente: o Arquipélago de Marajó, o Nordeste e o Sudeste Paraense, cada eixo com características próprias de uso e domínio do território.

Diante deste contexto, os estudos de Emmi (1999), servem de referência, pois analisam os “truncos familiares” ou oligarquia presente no Sudeste do Estado do Pará, através da *Oligarquia do Tocantins e os domínios dos castanhais*. Para a autora a oligarquia é formada de famílias tradicionais, detentora de enormes áreas de castanhais que utilizaram instrumentos políticos e econômicos para aumentar os seus domínios. O capital comercial aproximou os exportadores da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K) do poder político, o que resultou na constituição dos grandes latifúndios indispensáveis para a sustentação e para o desenvolvimento desse poder. Difere das oligarquias presentes no Arquipélago de Marajó e no Nordeste brasileiro, onde a propriedade fundiária se constitui como elemento fundamental na afirmação do poder, representado na personagem do coronel.

Para Emmi (1999, p.15), a associação que se deu entre controle econômico e controle político, no caso da castanha (*Bertholletia excelsa* H. B e K), deu uma conotação particular à relação que existiu entre a propriedade da terra e o poder político. Não podemos omitir as dificuldades encontradas por esses segmentos, visando a conquista do poder, pois a resistência dos trabalhadores que atuavam nos castanhais públicos servem para explicar a luta pela posse da terra nesta região.

Na concepção de Emmi (1999), a oligarquia local tem seus laços presos ao capitalismo comercial e fortalecidos pelo domínio das terras, presente desde a época do esplendor da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex ADR. de Juss) ganhando pujança com o extrativismo da castanha (*Bertholletia excelsa* H. B e K) sustentando a economia local. Em meados de 1950, o quadro fundiário do principal município da região, Marabá, poderia ser apresentado de forma simplificada, dividida, por terras de índios e camponeses de um lado, em redução e latifúndios dos exploradores de

castanhas, em continua expansão. A partir da década de 1970, amplia-se a participação de todas estas categorias, todas em expansão, o que favorece o conflito.

A concorrência pela propriedade da terra introduzida pelo capital financeiro e industrial, proveniente do Centro-Sul, estabeleceu um perfil para a região envolvendo novos tipos de relações sociais e formas de associação do poder econômico e político. Até 1960, a oligarquia da castanha (*Bertholletia excelsa* H. B e K) pôde exercer o poder econômico e político de maneira absoluta. Com relação à perda do poder local, Emmi destaca:

Mas é exatamente na concorrência pela propriedade da terra que começa a se manifestar ou, pelo menos, a se prefigurar o declínio do poder político dessas famílias. Isso se dá a partir da década de 1970, quando, como resultado da Política de Integração Nacional-PIN, a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas capitalistas estatais (como a Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada) ou privadas (como Banco Bamerindus, hoje HSBC), ou ser apropriada para a construção da Rodovia Transamazônica com vistas à colonização pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e posteriormente pelo Grupo Executivo de Terra do Araguaia Tocantins-GETAT, ou ainda para ser tomada pelos garimpeiros sob a fiscalização do Serviço Nacional de Investigação-SNI, como na Serra Pelada. Com essa expansão da fronteira para o Norte, inaugura-se na região nova forma de associação do poder econômico e de poder político, características da fase do capitalismo financeiro. A mudança na configuração da estrutura da terra é acompanhada de uma mudança nas relações do poder político. Abre-se uma nova página na história de Marabá (EMMI, 1999, p.16 -17).

Do ponto de vista epistemológico, aproximo-me da concepção de Emmi (1999), que ao discutir o termo oligarquia, fundamentou seu conceito em Garcia (1977), que considera oligarquia como estrutura de poder característica de um capitalismo atrasado, com fortes traços pré-burgueses em sua forma de dominação, atrelada às pessoas, famílias tradicionais e na personagem dos coronéis que segundo Leal (1986, p. 19-39) é estabelecido um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Conquanto suas conseqüências se projetou sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e

a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno (LEAL, 1986, p. 251).

Atuando como um sistema político, o coronelismo é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. Situação presenciada na Primeira República (1889-1930), o coronelismo alcançou sua expressão mais aguda. Para Costa (2000, p. 72-3) no que diz respeito a incentivos fiscais e poder oligárquico local, a política de desenvolvimento da ditadura para a Amazônia, pautados na Operação Amazônia, excluiu as oligarquias regionais ligadas à propriedade do solo rural, privilegiando a partir do seu instrumento fundamental - os incentivos fiscais - quase absolutamente a grande empresa ou latifundiário de outras regiões do país.

A situação gerou desconforto e instabilidade das relações elites locais/poder central, acentuando a crise em 1981, despertando sentimentos regionalistas envolvendo setores das elites locais, representados por empresários urbanos (indústria e comércio), fazendeiros de Marajó, comerciantes de castanha (*Bertholletia excelsa* H. B e K) e foreiros de Marabá, através de um movimento auto intitulado “*neocabano*”, pressionando os poderes centrais, em detrimento dos interesses regionais. Os incentivos fiscais passaram, a capitalizar velhas e decadentes oligarquias paraenses e a latifundizar outras frações da elite local (COSTA, 2000, p. 74-5).

Desta forma, verifica-se a distinção entre oligarquia e patronato, termos que a priori apresentam semelhanças, porém são empregados em momentos históricos diferentes, por personagens que buscam os mesmos fins, mas com perfis diferentes.

Antes de iniciar a discussão sobre o termo patronato, abre-se um parêntese a respeito do termo setor rural, pois os termos se encontram intrinsecamente relacionados. O termo setor rural geralmente é empregado pelos produtores filiados aos sindicatos de produtores rurais, hierarquicamente empregado pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA. As lideranças do setor rural representado pelos produtores rurais desempenham atividades agropecuárias no campo ou na cidade. São pessoas físicas ou jurídicas, proprietárias ou não de terras, que exploram a atividade econômica rural, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados, pessoas que trabalham de forma não eventual na atividade rural para o empregador rural sob sua subordinação e mediante remuneração como os bóia-frias, volantes, tiradores de

leite, vaqueiros, safristas e roçadores. Outra forma de caracterizar a definição acima pode ser através da parceria rural entre os produtores rurais e as seguintes personagens: parceiro, meeiro, arrendatários e comodatários, considerados pela Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, como segurado especial, exercendo suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como os respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de dezesseis anos.

Devido às contradições e os problemas existentes no setor rural, entende-se o patronato rural como uma categoria política representada por entidades (Confederação, Sociedade, Sindicato, Associação, Cooperativa) que congregam diferentes atores sociais como produtor rural, ruralista, fazendeiro, empresário agropecuário e proprietário rural, com o objetivo de defender os direitos, reivindicações e interesses comuns, independentemente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal. Este termo é empregado na pesquisa fazendo referência a um contexto histórico marcado pela substituição da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP para Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA. Desta forma, do ponto de vista teórico, seguimos a concepção de Bruno (1997, p. 5 e 6), ao fazer referência ao patronato:

Hoje as classes dominantes no campo buscam se auto-representar e se autodefinir como “produtores e empresários rurais”. Por traz destas palavras há toda uma ofensiva política e ideológica diferente de momentos anteriores, porque expressa novas formas de dominação e de exploração burguesa.(...) Nós, os produtores e empresários rurais seria assim o reorganizador dos símbolos e do agir dos dominantes: antigas palavras que buscam impetrar novas significações e referências às noções de competência e do ser moderno.

Através deste discurso e da omissão de amplas parcelas das demais classes sociais, o patronato passou a instituir a figura do latifúndio produtivo, associado ao termo moderno como sinônimo de produção e reprodução cada vez mais subordinada ao capital, voltados para os padrões produtivos da agroindústria. Este discurso defende a tecnologia como modelo do desenvolvimento agrícola. Para Bruno (1997), não existe um padrão monolítico, único da grande propriedade rural, das classes e grupos dominantes do setor rural. Entretanto, algumas características

são consideradas prioritárias para a manutenção de poder e da dominação desses representantes.

O imperativo de uma maior organização e a ampliação da representação que lhes possibilite um maior poder de barganha junto ao Estado e perante a sociedade;
A necessidade de construção de um novo discurso político e ideológico;
A prioridade na definição de novas estratégias de política agrícola mais favoráveis aos seus interesses; e
A defesa absoluta do monopólio fundiário (BRUNO, 1997, p.17).

Devido às contradições e a intensa disputa pelo controle da representação patronal evidente no interior das federações, sindicatos, associações e cooperativas, existe uma homogeneização do patronato no que se refere à preocupação com o processo de renovação política, elemento importante que busca a ampliação das bases sociais e políticas de sustentação do patronato. A concepção política para as novas elites rurais, volta-se na atualidade para uma diversificação da organização patronal, defendendo a necessidade de um “comando único, politicamente homogêneo” (BRUNO, 1997, p. 19). A discussão acima pode ser exemplificada pela atividade desenvolvida recentemente em Belém, no período de 11 a 13 de junho de 2007. Presenciou-se na capital do Estado do Pará, uma das formas de expressão do patronato paraense, através do “I Grito da Produção”, também conhecida como manifestação do “Tratoração”. Participaram deste encontro produtores rurais de diversos sindicatos, e principalmente daqueles com problemas relacionados à ocupação de terras. O setor rural dominante foi representado pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA que representa os produtores rurais, entendidos por ela como proprietários, excluindo posseiros, arrendatários, meeiros e trabalhadores rurais sem terras; pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e pelo Fundo de Desenvolvimento de Pecuária de Corte - FUNDEPEC. Os produtores rurais levaram uma pauta de reivindicação do “setor produtivo” para os poderes Executivo e Legislativo do Estado, objetivando discutir uma política voltada para o setor rural que favorecesse o desenvolvimento da região e garantisse condições para se produzir com segurança.

A representação de um segmento moderno e produtivo foi simbolizado pelo patronato por meio da exibição de tratores agrícolas. Uma das fragilidades para a manutenção das terras apropriadas é a acusação de não serem estas terras produtivas, e não cumprirem, portanto um dos requisitos básicos da função social

que, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (art. 186), consiste em um aproveitamento racional e adequado, utilização dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. Caso essas exigências não sejam cumpridas compete a União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária.

Os produtores rurais expuseram em sua manifestação os seus símbolos - maquinários modernos, contra as ocupações de trabalhadores rurais sem terra, desprovidos de capital e de capacidade de negociação nos padrões de enftentamento patronal.

Os produtores pediram ao Governo do Estado o cumprimento imediato das liminares, além de ação contínua para determinar e dar cumprimento às reintegrações. De acordo com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA existem cerca de oitenta (80) propriedades ocupadas. Outro problema encontrado pelo patronato refere-se ao esbulho possessório, que para esta categoria representa a ação predatória de ocupações nas propriedades, saques, depredações, cárcere privado de funcionários e roubos. (FAEPA, 2007b). Na verdade o esbulho possessório é visto de forma unilateral como ocupação sobre terras de pretensos proprietários defendidos pela Federação. Entretanto, a grilagem de terras realizadas pelos produtores rurais não é considerada uma ação predatória.

O encontro realizado pelo patronato, surtiu efeito imediato, pois na semana seguinte, data que marcara a segunda quinzena do mês de junho, o Governo do Estado enviou para o Sul e Sudeste Paraense, tropas do batalhão de choque da Polícia Militar com o objetivo de solucionar os problemas apresentados pelo patronato no nível regional.

3 FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - FAEPA

3.1 A CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - FAEPA

O plano para organizar os profissionais da agricultura em nível nacional foi responsabilidade do engenheiro agrônomo Kurt Repsold, a partir de 1943. O resultado deste estudo proporcionou o Decreto Lei nº. 7.449, de 9 de abril de 1945, que previa a estrutura organizacional rural constituída de associações rurais nos Municípios, sociedades rurais nos Estados e União Rural Brasileira em nível nacional. Objeções a alguns dispositivos desse Decreto Lei, entre os quais às denominações de Sociedades Rurais nos Estados e União Rural Brasileira em nível nacional, deu origem ao Decreto-Lei nº 8.127, promulgado por Getúlio Vargas em 24 de outubro de 1945, que substituiu as nomenclaturas de “Sociedades Rurais” por “Federações de Associações Rurais” nos Estados e “Confederação Rural Brasileira” no lugar de “União Rural Brasileira”. O Decreto-Lei nº.127 foi questionado pelos opositores durante a deposição Vargas (1945) que insistiam na revogação do mesmo, argumentando que era discricionário, porém a Sociedade Nacional de Agricultura-SNA conseguiu manter o mesmo, que passou a ser reconhecido pelo Ministério da Agricultura em 8 de fevereiro de 1946. Em seguida com o retorno de Vargas (1951), foi possível a criação da Confederação Rural Brasileira - CRB. Os artigos polêmicos apresentados pelos opositores representados pelo deputado Altino Arantes como discricionário segundo a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA, 2004, p.13-16) foram respectivamente:

Artigo 6º

Esse decreto estabeleceu que “as pessoas naturais ou jurídicas que se dedicam às atividades rurais contarão, para sua organização, com as seguintes, instituições”:

Associações rurais, que a este decreto-lei se adaptarem ou em virtude dele forem criadas;

Federação das Associações Rurais e as entidades investidas de suas funções e prerrogativas; e

Confederação Rural Brasileira.

Artigo 17°**Discriminou as atribuições das associações rurais:**

Congregar, em seu seio, todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas de origem animal e vegetal;

Colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exerçam atividades rurais;

Articular os elementos da classe rural, a fim de promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura;

Manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;

Manter um centro de informação sobre a vida agropecuária do município;

Instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a “Casa Rural de...” (segue-se o nome do município), para sede social;

Manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;

Sustentar e defender perante a federação os interesses e aspirações de seus sócios;

Prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;

Difundir noções de higiene visando, principalmente, à melhoria das condições do meio rural;

Promover o ensino profissional de interesse agropecuário diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais;

Organizar museus ou exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;

Pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agropecuários;

Colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

Auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;

Organizar serviços de arbitragem nos meios rurais e, bem assim, de avaliações e peritagens, respeitada a legislação em vigor;

Executar, se essa tarefa lhe for cometida, serviços de controle leiteiro e de registro genealógico;

Estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural, e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses econômicos;

Realizar periodicamente, com a assistência do governo, exposições agropecuárias distritais, municipais ou regionais; e

Desempenhar atribuições que, por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público.

Artigo 18°**O artigo 18° desse Decreto-Lei trouxe as atribuições das Federações, das Associações Rurais:**

Colaborar no estudo dos problemas atinentes à vida rural;

Articular as associações rurais do Estado ou do Território Federal respectivo, promovendo entre elas entendimentos e efetiva colaboração;

Orientar as atividades das associações rurais dentro das diretrizes estabelecidas de conformidade com os interesses econômicos gerais da unidade federativa;

Cooperar para a efetivação, no Estado, no Território Federal ou em determinada região, dos planos econômicos indicados pela Confederação Rural Brasileira;

Pleitear os direitos e interesses da classe rural;

Estudar e sugerir aos governos locais e, por intermédio da Confederação Rural Brasileira, ao governo federal, as medidas consideradas necessárias ao desenvolvimento agropecuário do Estado ou do Território;

Organizar um centro de informações, sobre a vida agropecuária do Estado ou do Território;

Instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio a “Casa Rural de...” (segue-se o nome do Estado ou do Território), para sede social;
Orientar e promover a organização de associações rurais;
Dirimir e resolver as questões que se suscitarem entre as associações rurais; e
Promover a realização de congressos e exposições agropecuárias (FAEPA, 2004, p. 13-16).

Diante deste contexto, o Estado do Pará se organizou para realizar a transição. O responsável pela criação das associações e da federação foi o engenheiro agrônomo Eduardo Ferreira da Ponte⁶. Os produtores rurais a priori, achavam que o Estado estava criando mecanismo de controle das atividades agrícolas. E de fato, estava. O surgimento de uma legislação pertinente às organizações profissionais e de caráter sindical é um procedimento do estado moderno no sentido de identificar e legitimar os interlocutores da sociedade civil. Passada a desconfiança foram surgindo às primeiras entidades. As primeiras a serem criadas foram as Associações Rurais de Pecuária do Pará - ARPP, presidida por Loris Olímpio Correa de Araújo⁷. O **Quadro 4** descreve as associações vinculadas à Associação Rural de Pecuária do Pará-ARPP (FAEPA, 2004, p.17).

⁶ Engenheiro Agrônomo chefe do Serviço de Economia Rural e Delegado do Ministério da Agricultura no Estado, responsável pela criação das Associações e da Federação no Estado do Pará.

⁷ Paraense residente em Belém presidiu as Associações rurais de Pecuária do Pará - ARPP (1951), foi vice-presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará (1951). Secretário Geral do Prefeito de Belém Abelardo Condurú em 1943.

Quadro 4 Associações vinculadas à Associação Rural de Pecuária do Pará - ARPP, em 1951.

Presidente	Associação	Local da Sede	Fundação
José Manoel Reis Ferreira	Associação Rural dos Seringalistas	Belém	s/informação
Kotaro Tugi	Associação Rural dos Juteiros	Baixo Amazonas	10/11/1951
Anthodio de Araújo Barbosa	Associação Rural dos Plantadores de Pimenta-do Reino	Tomé-Açú	30/09/1949
Raimundo Dickson Ferreira	Associação Rural de Ananindeua	Ananindeua	01/04/1951
José Alves Lemos	Associação Rural de Castanhal	Castanhal	s/informação
Clodomiro Dutra	Associação Rural de Igarapé-Açú	Igarapé-Açu	24/05/1951
Raimundo Neves	Associação Rural de Capanema	Capanema	s/informação
Simpliciano Ribeiro	Associação Rural de Bragança	Bragança	s/informação
Raimundo da Costa Chaves	Associação Rural de Óbidos	Óbidos	s/informação
Antonio Cristo Alves	Associação Rural de Curuçá	Curuçá	24/05/1954
José Panplona	Associação Rural de Soure	Soure	s/informação
Najib Multran	Associação Rural dos Castanheiros do Pará	Marabá	15/07/1951
Paulo Bentes de Carvalho	Cooperativa Agrícola de Caratateua	Caratateua (Outeiro)	18/05/1951
Armando Toda	Cooperativa Agrícola Bragantina de Granjeiros	Bragança	18/07/1951
Nestor Pinto Bastos	Cooperativa da Indústria do Pará	Belém	16/04/1932

Fonte: Faepa (2004). Jucepa (2008) e Homma (2007). Adaptado por AFSJ.

Os produtores rurais tinham interesse em fortalecer suas relações com os órgãos governamentais. Perceberam que o associativismo (associações, sindicatos) era a saída para articular este setor ao Estado, visando o desenvolvimento e melhora das atividades rurais, assim como diminuir as adversidades presentes no setor rural paraense. No dia 3 de setembro de 1951, ocorreu a primeira reunião preparatória para a criação da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP, aglutinando personalidades do mundo rural paraense e representantes do governo. No dia 8 de setembro do mesmo ano, fundou-se a Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP. O evento teve a participação de autoridades federais, estaduais e municipais e representantes de 12

associações rurais e 13 cooperativas agrícolas do Estado. O **Quadro 5** demonstra as autoridades presentes no evento (FAEPA, 2004, p.19-20).

No que concerne à política nacional, o getulismo surge no Brasil com uma proposta de modernização, deslocando o poder de oligarquias rurais para estruturas modernas de estado e sociedade civil, que passa fundamentalmente pela representação de categorias e não de aristocratas, pessoas, coronéis. No primeiro período Vargas (1930-1945), quebra-se parte do poder dos coronéis, mas o estado é apropriado por caciques políticos que se aliam ao líder gaúcho. É nesse período, entretanto, que ganha força a intervenção do estado na regulação das relações capital x trabalho. No segundo período, ambas as categorias, patronais e laboriosas, se organizaram para um confronto através de suas representações.

Quadro 5 Composição da mesa que deu origem a Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP, em 1951.

Nome	Cargo
Antônio Martins Júnior	Presidente da Associação Comercial do Estado do Pará
Coronel Otávio Massa	Comandante da Oitava Região Militar e representante do Presidente da República Getúlio Dorneles Vargas.
João Botelho	Secretário Geral do Estado, representante do Governador do Estado do Pará (Alexandre Zacarias de Assumpção)
Carlos Lucas de Sousa	Secretário da Municipalidade, representante do Prefeito de Belém (Lopo Alvarez de Castro)
Antônio Lopes Roberto	Diretor do Departamento de Agricultura do Estado
Afonso Wisniewski	Instituto Agrônomo do Norte
Adauto Ribeiro Soares	Diretor do Departamento de Assistência aos Municípios, vinculado ao Governo do Estado.
Eduardo Ferreira da Ponte	Chefe do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura
Bruno de Menezes	Chefe do Serviço de Cooperativismo de acordo com a solicitação do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.
Custódio Araújo Costa	Convidado para secretariar trabalhos
Ricardo Borges	Convidado para secretariar trabalhos
Afonso Cavaleiro	Convidado para secretariar trabalhos

Fonte: Faepa (2004). Adaptado por AFSJ.

3.1.1 Composição das Diretorias da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - Faepa

Após os esclarecimentos sobre o projeto de estatuto da Federação, ocorreu a votação para eleição dos integrantes dos órgãos diretivos da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP. Vinte e quatro (24) representantes de associações rurais e cooperativas votaram, exceto a de Ananindeua. De acordo com o **Quadro 6**, temos a primeira diretoria eleita e imediatamente empossada da

Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP, durante o período de 1951 a 1963, ocupando 4 mandatos (1951-1954, 1954-1957, 1957-1960 e 1960-1963). A tradição de longos mandatos vai se repetir nas organizações patronais, conforme se demonstra mais adiante neste trabalho.

Quadro 6 Primeira diretoria da FAREP, 08 de setembro de 1951.

Nome	Cargo	Município
José Manoel Reis Ferreira	Presidente	Belém
Loris Olimpio Araújo	1º Vice Presidente	Belém
Nestor Pinto Bastos	2º Vice Presidente	Chaves
Paulo Bentes de Carvalho	1º Secretário	Caratateua/Belém
Lauro Correa	2º Secretário	Ponta de Pedras
Rafael Ferreira Gomes	1º Tesoureiro	Chaves
Najib Mutran	2º Tesoureiro	Marabá
Benedito de Castro Frade	Conselho Deliberativo	Ponta de Pedras
Raimundo da Costa Chaves	Conselho Deliberativo	Ponta de Pedras
Clodomiro Dutra de Moraes	Conselho Deliberativo	Chaves
Irval Lobato	Conselho Deliberativo	Soure
Alberto Miguel Bitar	Conselho Deliberativo	s/informação
Simpliciano Ribeiro	Conselho Deliberativo	Cachoeira do Arari
Jaime Dacier Lobato	Conselho Deliberativo	Soure
Anfrísio Nunes	Conselho Deliberativo	Altamira
Raimundo Neves	Conselho Deliberativo	Soure
Raimundo Cristo Alves	Conselho Deliberativo	Curuça
Alberto Garcia Soares	Conselho Deliberativo	s/informação
Luis Belo	Conselho Deliberativo	s/informação
Tibúrcio Barbosa	Conselho Deliberativo	Soure
Aderbal Tapajós Correa	Conselho Deliberativo	Ponta de Pedras
Raimundo Dickson Ferreira	Conselho Deliberativo	Ananindeua
Leão Álvares de Castro	Conselho Fiscal	Ponta de Pedras
Anthodio de Araújo Barbosa	Conselho Fiscal	Tomé-Açú
Satochi Sawada	Conselho Fiscal	Tomé-Açú
Jose Ribeiro Alves	Conselho Fiscal (Suplente)	Chaves
José Maria Lisboa Cavalcante	Conselho Fiscal (Suplente)	Chaves
Assad Couri	Conselho Fiscal (Suplente)	s/informação

Fonte: FAEPA (2004). Adaptado por AFSJ.

A origem territorial dos membros da diretoria é um demonstrativo de predominância dos fazendeiros da Ilha de Marajó na liderança da entidade. Dos

vinte e oito (28) cargos, quinze (15) são de pessoas sediadas em município da Ilha de Marajó (Chaves, Ponta de Pedras, Soure e Cachoeira do Arari) explicitando uma territorialidade específica e associada fortemente ao imaginário produtivo sobre aquele espaço. Os que aparecem representados com origem de Belém não excluem a possibilidade de uma retaguarda na mesma ilha.

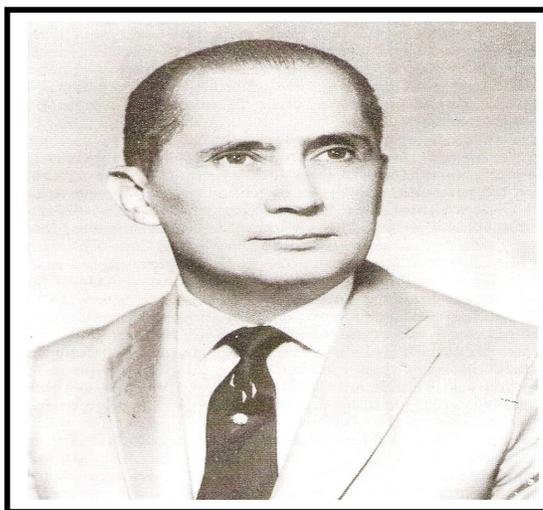


Foto 02 José Manoel Reis Ferreira, primeiro presidente da FAEPA.
Fonte: FAEPA (2004).

Depois da posse, a diretoria da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP se reuniu no dia 17 de setembro de 1951, na sede da Associação Comercial do Pará. Estavam presentes os membros dos conselhos fiscal e deliberativo, além do chefe do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura no Pará. O objetivo deste encontro era articular a representação desta Federação junto ao ato de fundação da Confederação Rural Brasileira - CRB, que ocorreria em 26 de setembro, no Rio de Janeiro, além de tentar propor o melhoramento de assistência creditícia em favor dos fazendeiros e pequenos criadores junto ao Ministro da Fazenda e ao Banco de Crédito da Amazônia. Estes contatos demonstram o nível de articulação dos fazendeiros com outros segmentos, quando não o pertencimento e imbricação de seus membros em mais uma categoria.

Os primeiros tempos de existência da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP foi marcada por problemas financeiros. A partir da

participação nas taxas incidentes sobre a comercialização de produtos rurais, com destaque para a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K), houve um incremento das atividades desenvolvidas por esta entidade, que mais tarde foram suspensas, restando à mesma apenas a cota da partilha da contribuição sindical, ampliando as dificuldades financeiras e dificultando o sonho de uma sede própria (FAEPA, 2004. p. 23).

Verifica-se que a construção da autonomia das organizações é um elemento que merece reflexão. A dificuldade de recursos financeiros não deveria ser pontuada para categoria com reconhecido acesso econômico e político que, em princípio, facilitaria sua estruturação. A dependência de setores governamentais e o aparelhamento do estado é um dado a se analisar. Imóveis cedidos pelo governo do estado é um indicativo dessa relação de dependência e aparelhamento.

A primeira sede da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP foi endereçada na Rua Senador Manoel Barata, nº 50 e pertencia ao Governo do Estado. Mais tarde neste local foi erguido o prédio da sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IPASEP. O endereço da segunda sede desta entidade passou a ser um imóvel da Travessa Humaitá, também do Governo do Estado. Somente em setembro de 1973 foi que a entidade passou a funcionar com sede Própria, adquirida por compra com recursos da Federação no valor de CR\$ 47.500,00 localizada na Avenida Conselheiro Furtado, nº 3.374, na Presidência de Vicente Balby Reale Júnior.

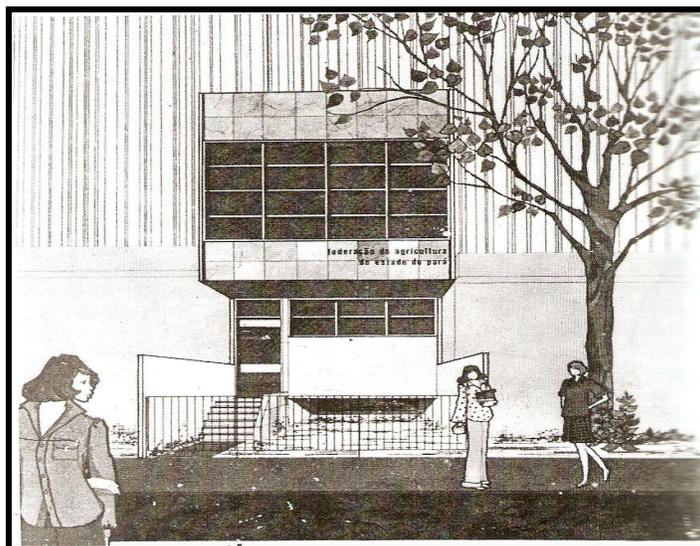


Foto 03 Sede Própria da FAEPA - Avenida Conselheiro Furtado, n.º 3.374
Fonte: FAEPA (2004).

Atualmente (2008) a sede da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, conhecida pelos produtores rurais como Palácio da Agricultura, localiza-se na Travessa Dr. Moraes, esquina com a Avenida Governador José Malcher. De acordo com o Presidente da Federação Carlos Fernandes Xavier, o prédio representa com dignidade o agronegócio paraense e servirá de espaço para que as lideranças sindicais e empresariais possam desenvolver um trabalho a altura do *agribusiness* paraense, comprado com recursos próprios da Federação. A arquitetura arrojada e imponente da sede demonstra uma visão diferente da tradicional dependência e atrelamento que vigorou até os anos 90 do século passado. O prédio possui andares com amplo estacionamento, auditório e restaurante, localizado em uma área central da cidade, com fácil acesso.



Foto 04 Palácio da Agricultura, atual sede da FAEPA, inaugurada em 08/10/2004.
Fonte: Revista Pará Rural (2004).

A Federação defende nos seus estatutos colaboração com os Poderes Públicos, como Órgão Técnico e Consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com os produtores rurais, além de criar, organizar e manter serviços de consultoria técnica e jurídica que possam ser de utilidade para os sindicatos filiados e prestar assessoria especializada nas matérias de interesse geral do setor produtivo rural. Declara nos seus estatutos o objetivo de promover estudos visando à orientação e ao aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e produtividade, e colaborar com as demais entidades congêneres no sentido de manter a paz social

no campo. A paz como bandeira se contrapõe à tática de explicitação do conflito adotado pelos oponentes abrigados nos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos dos trabalhadores rurais sem terra - MST, comissão pastoral da terra - CPT, e partidos de esquerda.

De acordo com a Lei 1.459 de 29 de julho de 1957, a Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP passou a ser considerada Órgão Consultivo do Poder Público e reconhecida como entidade de utilidade pública. No ano de 1963, a Confederação Rural Brasileira - CRB decretou intervenção na administração desta entidade, de acordo com o depoimento registrado na Biblioteca da Federação do terceiro ex-presidente da entidade Vicente Balby Reale Júnior, em que a Federação corria o risco de ser extinta. O Decreto nº 19.882, de 24 de outubro de 1945 (Regulamento do Decreto Lei 8.127) que estabelecia que a Federação das Associações Rurais devia ser constituída de, no mínimo, três Associações Rurais, para depois se transformarem em sindicatos.

O Pará possuía três Sindicatos de Produtores Rurais e um (Ananindeua) corria o risco de ser fechado, devido às dificuldades financeiras em função da inadimplência de seus sócios. Se isso acontecesse, a Federação do Pará teria que ser extinta, situação não concebível para a Confederação Rural Brasileira - CRA. Diante deste contexto, não houve alternativa se não decretar a intervenção na Federação, em 1963 na Presidência do então deputado José Manoel Reis Ferreira, líder do governo na Assembléia Legislativa (FAEPA, 2004, p. 26-7). Decretada a intervenção na Federação, a Confederação Rural Brasileira-CRB, tratou de nomear uma **Junta Governativa** (1963-1965), dirigida por Alair Antônio da Silva (Presidente) e Vicente Balby Reale Júnior (Secretário). De 1965 a 1968, a Federação foi dirigida por um **Conselho de Representantes**, composto de acordo com o **Quadro 7**.

Quadro 7 Conselho de Representantes, instituída pela Confederação Rural Brasileira - CRB, de 1965 a 1968.

Nome	Cargo	Município
Clodomir de Lima Begot	Conselho de Representantes	Ananindeua
Geraldo Santos Lobo	Conselho de Representantes	Curuçá
Marcos de Quadros Martins	Conselho de Representantes	Maracanã
José Furtado Belém Junior	Conselho de Representantes	Vigia
Deodoro Nominando de Ataíde	Conselho de Representantes	São Caetano de Odíveas

Fonte: FAEPA (2004). Adaptado por AFSJ

A origem dos membros da junta sugere perda da representabilidade dos fazendeiros da Ilha de Marajó, considerados grande maioria na composição da primeira diretoria da Federação. Demonstra que a diretoria da organização representava pessoas e não organizações de base, nos municípios de onde se originavam.

De acordo com a Lei nº 4.214 o Ministério do Trabalho e Previdência Social outorgou no dia 2 de março de 1965 a denominação de Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, com sede em Belém substituindo a Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP, que tinha vínculo com o Ministério da Agricultura. Desta forma, a Carta Sindical, reconhece a entidade de grau superior, coordenadora das categorias econômicas de empregadores rurais, constituída por tempo indeterminado para fins de estudos, de coordenação, de proteção e representação legal das categorias do ramo da agricultura.

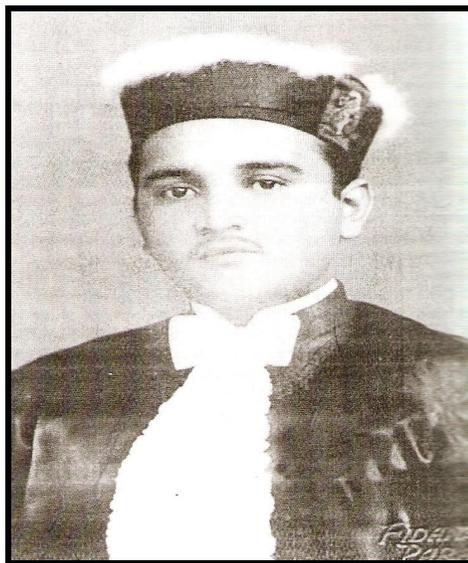


Foto 05 Carlos Pinto de Almeida, segundo presidente da FAEPA.
Fonte: FAEPA (2004)

Durante o período de intervenção por parte da Confederação Rural Brasileira - CRB, a instabilidade fez parte do cotidiano da entidade paraense que conheceu seu segundo presidente, Carlos Pinto de Almeida (1966). A vida institucional da entidade voltaria ao normal somente em 1968 quando o Conselho de Representantes da Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA se reuniu em sua sede social provisória na Rua Manoel Barata, nº 50, para deliberar sobre a

reforma estatutária da mesma. Durante este evento foi anunciado que o Ministério do Trabalho e Previdência Social havia homologado o novo estatuto da entidade. O artigo 15 deste estatuto, dizia que esta seria administrada por uma diretoria composta por um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, dois tesoureiros e mais quinze pessoas eleitas para o mandato de três anos (1968-1971), com tantos suplentes quantos fossem os titulares. No dia 16 de fevereiro de 1968, foi eleita a seguinte diretoria (**Quadro 8**).

Quadro 8 Diretoria executiva eleita para o triênio (1968-1971)

Nome	Cargo	Município
Vicente Balby Reale Júnior	Presidente	Belém/Marabá
Jose Furtado Belém Júnior	1º Vice-Presidente	Vigia
Marcos dos Quadros Martins	2º Vice-Presidente	Maracanã
Clodomir de Lima Begot	1º Secretario	Ananindeua
Teófilo Brito da Silva	2º Secretario	Curuça
Cypriano Rodrigues das Chagas	1º Tesoureiro	São Domingos do Capim
Deodoro Nominando de Ataíde	2º Tesoureiro	São Caetano de Odivelas

Fonte: FAEPA (2004) adaptado por AFSJ

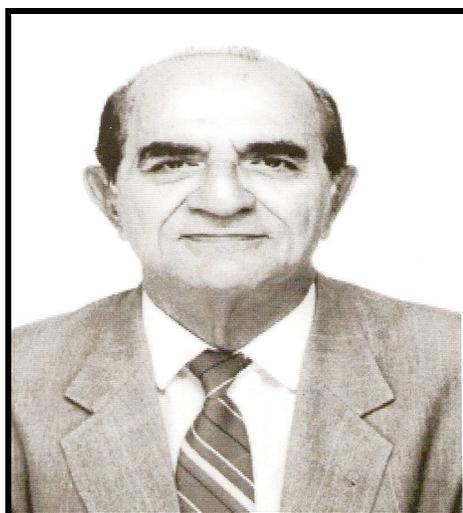


Foto 06 Vicente Balby Reale Júnior, terceiro presidente da FAEPA.

Fonte: FAEPA (2004)

Esta diretoria teve como **Delegados representantes:** Vicente Balby Reale Junior, Cypriano Rodrigues das Chagas e João Anísio Ferreira (efetivos) e Marcos dos Quadros Martins, Teófilo Brito da Silva e Dionor Maranhão (suplentes). Esta

diretoria permaneceu até 1980, dirigindo os triênios (1971-1974, 1974-1977, 1977-1980). A composição da diretoria executiva e a origem de seus membros indicam uma proximidade e distancia entre os municípios que favorecem a uma identidade regional e permite a leitura sobre onde se materializa/espacializa/territorializa o poder e liderança dos patrões do campo. Tanto quanto na diretoria anterior, os fazendeiros da Ilha de Marajó estão deslocados do centro do poder da categoria profissional que a Federação representa. Belém e sua área metropolitana, o Nordeste Paraense e o Sudeste ganham proeminência a partir de então.

A partir de 4 de dezembro de 1973 ocorrerá outra mudança no estatuto da Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, sendo homologado pelo Ministério do Trabalho em 28 de janeiro de 1974. O documento trazia a constituição da entidade por tempo indeterminado e com a missão de estudar, coordenar, proteger e representar legalmente as categorias econômicas do ramo da agricultura, de conformidade com o Plano Básico de Enquadramento Sindical previsto na legislação vigente. Desta forma, o estatuto obrigatório padrão dos sindicatos e federações imposto pelo regime militar previa, no modelo, a colaboração com os poderes públicos. A entidade teria que colaborar com os poderes públicos e demais associações no sentido de promover a solidariedade social e a subordinação aos interesses nacionais. Em julho de 1979, foi criado o primeiro quadro de funcionários da Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA indicando um crescente processo de profissionalização da gestão da representação profissional. Em novembro do mesmo ano Vicente Balby Reale Júnior perde o mandato de Presidente, em virtude de ter transferido seu domicílio para a cidade de Marabá, a serviço do Governo do Estado. Assumiu a Presidência o vice Celso de Matos Leão (FAEPA, 2004, p. 29 e 30).

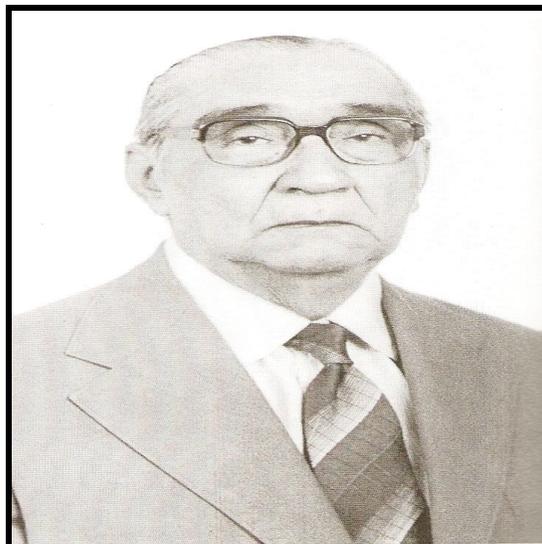


Foto 07 Celso de Mattos Leão, quarto presidente da FAEPA.
Fonte: FAEPA (2004)

Durante o período de 1980 a 1986, que correspondem a dois triênios (1980-1983, 1983-1986) assumiu a Diretoria da Federação Clodomir de Lima Begot, no ano de 1981, compondo a chapa representada no **Quadro 9**. Durante a sua presidência, a Federação completou 30 anos de existência e contava com apenas 17 sindicatos de produtores rurais filiados à entidade. O Estado do Pará contava com oitenta e oito (88) municípios. De acordo com a **Figura 6**, os sindicatos filiados eram: Altamira, Ananindeua, Benevides, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açu, Marabá, Muaná, Paragominas, Peixe-Boi, Santarém, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, Tomé-Açu e Vigia. Esse número permaneceu inalterado até a gestão de Carlos Barbosa Pereira Lima, em 1989.

Nesta configuração encontram-se municípios estratégicos, polarizando a atividade sindical patronal, o que não foi significativo para as demandas da categoria, forçando à criação de estratégia semelhante à de seus oponentes, sindicatos de trabalhadores rurais, presentes em cento e quarenta e dois (142) municípios.

No que concerne ao Município de Marabá, seus limites foram alterados em 1986 com a criação dos Municípios de Parauapebas e Curionópolis, em 1991 com a criação dos Municípios de Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte e novamente em 1993 com a criação do Município de Canaã dos Carajás (SILVA, 2000, p. 222). Desta forma, a **Figura 6** faz referencia ao período de 1981 a 1989, considerando o limite do antigo Município de Marabá, que compreende os novos municípios criados a partir de 1986 desdobrando-se até 1993.

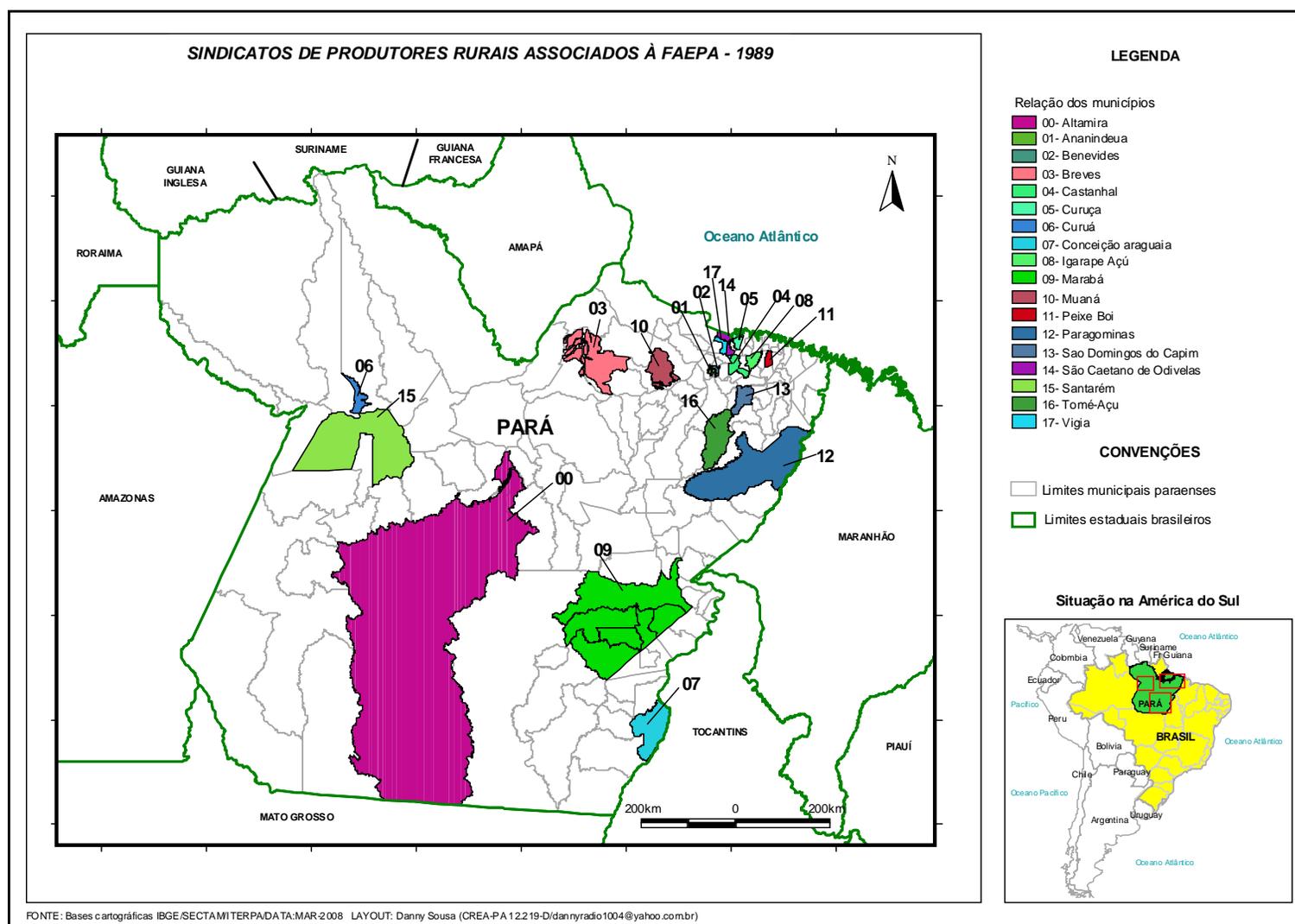


Figura 6 Sindicatos de produtores rurais associados à Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA/1989.
Fonte: Base cartográfica do IBGE (2007), dados FAEPA (2004). Elaborado por AFSJ e DSS.

Quadro 9 Chapa vencedora para o triênio (1980-1983).

Nome	Cargo	Município
Clodomir de Lima Begot	Presidente	Ananindeua
José Rubens Cordeiro Gonçalves	1º Vice Presidente	Santa Izabel
João Anísio Ferreira	2º Vice Presidente	Marabá
Ludimar Calandrine Sidônio	1º Secretario	Ananindeua
Raimundo Xavier Virgolino Giordano	2º Secretario	Benevides
Pedro Correa Sodré	1º Tesoureiro	São Domingos do Capim
Carlos Fernandes Xavier	2º Tesoureiro	Paragominas

Fonte: Faepa (2004). Adaptado por AFSJ.



Foto 08 Clodomir de Lima Begot, quinto presidente da FAEPA.

Fonte: FAEPA (2004)

No final do mandato de Clodomir de Lima Begot, no ano de 1985, ocorreram novamente alterações no estatuto da entidade, elevando o número de membros da diretoria de 7 para 15, com um presidente e 4 vice-presidentes, acrescentado-se 5 diretores vogais. Durante o triênio (1986-1989) foi eleito Presidente da Federação José Maria Pinheiro Conduru, que faleceu em dezembro de 1987, assumindo a Presidência Carlos Barbosa Pereira Lima.



Foto 09 José Maria Pinheiro Conduru, sexto presidente da FAEPA.
Fonte: FAEPA (2004)

Quadro 10 Chapa eleita para o triênio 1986-1989.

Nome	Cargo	Município
José Maria Pinheiro Conduru	Presidente	Igarapé-Açú
Carlos Barbosa Pereira Lima	1° Vice Presidente	Castanhal
João Anísio Ferreira	2° Vice Presidente	Marabá
Manoel Ivair Chaves	3° Vice Presidente	Santarém
João Matogrosso Alves Filho	4° Vice Presidente	Altamira
Fernando Acatauassu Nunes	5° Vice Presidente	Soure
Pedro Correa Sodré	1° Secretário	São Domingos do Capim
Shigeo Takahasshi	2° Secretário	Tomé-Açú
Clodomir de Lima Begot	1° Tesoureiro	Ananindeua
Basileu Barbosa Moreira	2° Tesoureiro	São Caetano de Odivelas

Fonte: Faepa, 2004. Adaptado por AFSJ.

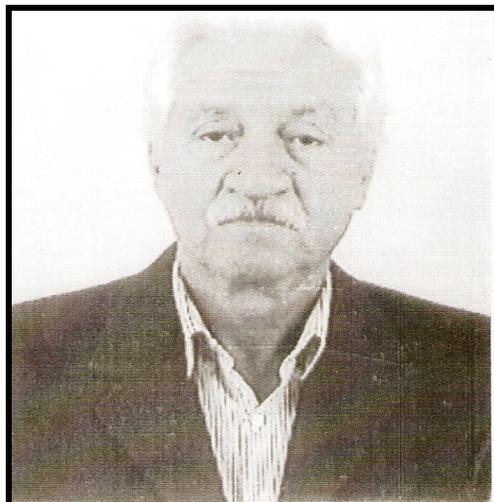


Foto 10 Carlos Barbosa Pereira Lima, sétimo presidente da FAEPA.
Fonte: FAEPA (2004)

Em meados de 1989, assume a presidência da Federação Carlos Fernandes Xavier, atual dirigente da Instituição (2008). A partir de 11 de março de 1996, a entidade obteve a isenção de quaisquer impostos ou taxas incidentes sobre os bens a ela doados, por Organizações Públicas ou Privadas, Nacionais ou Internacionais, prescrito no Decreto nº 756, de 11 de agosto de 1996 (FAEPA, 2004, p. 31). Continuando no cargo por sucessivos mandatos (1989-1992, 1992-1995, 1995-1998, 1998-2001, 2001-2004, 2004-2007), a chapa encabeçada por Carlos Fernandes Xavier venceu outra eleição em 12 de março de 2004 para o triênio (2004-2007), compondo-se dos membros representados no **Quadro 11**. Verifica-se neste quadro um perfil de representatividade regional que reser o Marajó na composição da diretoria executiva, o que deixara de ocorrer desde a intervenção em 1963.

Quadro 11 Chapa vencedora para o triênio 2004-2007.

Nome	Cargo	Município
Carlos Fernandes Xavier	Presidente	Belém / Paragominas
Vilson João Schuber	1º Vice Presidente	Itaituba
Carlos Alberto de Lima Chermont	Vice Presidente	Chaves
Diogo Neves Sobrinho	Vice Presidente	Marabá
Jahir Seixas Gonçalves	Vice Presidente	Tucuruí
Luciano Guedes	Vice Presidente	Redenção
Josaphat Paranhos de Azevedo Filho	1º Secretário	Capitão Poço
Janso Batista do Couto	2º Secretário	Belém
Rubens Nazareno Ferreira Brito	1º Tesoureiro	Belém
Fernando Acatauassu Nunes	2º Tesoureiro	Soure
Aylton Moreira da Silva	Vogais	Castanhal
José Carlos Gabriel	Vogais	Paragominas
Adinor Batista dos Santos	Vogais	Santarém
Agamenon da Silva Menezes	Vogais	Novo Progresso
José Nelson de Araujo	Vogais	Capanema
Paulo Sergio Botelho Soares	Suplente da Diretoria	Afuá
Gastão Carvalho Filho	Suplente da Diretoria	Paragominas
Marcos Bahia Begot	Suplente da Diretoria	Ananindeua
José Ribamar Rodrigues Siso	Suplente da Diretoria	Igarapé-Açu
Carlos Alberto da Silva Franco	Suplente da Diretoria	Benevides
Jaime Barbosa da Silva	Suplente da Diretoria	Obidos
Júlio Adolfo da Silva Filho	Suplente da Diretoria	Jacundá
Margarida Fernandes da Silva	Suplente da Diretoria	Curionópolis
Iacira Leite Sedrim	Suplente da Diretoria	Santa Izabel
Luís Guilherme Rocha	Suplente da Diretoria	Ipixuna do Pará
Francisco Alberto de Castro	Suplente da Diretoria	Altamira
Guilherme Minssen	Suplente da Diretoria	Ipixuma do Pará
Sérgio Ribeiro Corrêa	Suplente da Diretoria	Marabá
Crácio de Belém Queiroz	Suplente da Diretoria	Rio Maria
Juarez Alves da Silva	Suplente da Diretoria	Itaituba

Fonte: FAEPA (2004). Adaptado por AFSJ.



Foto 11 Carlos Fernandes Xavier, oitavo presidente da FAEPA.
Fonte: FAEPA (2004).

O quadro acima sofreu poucas modificações para o triênio 2007 – 2010, de acordo com o **Quadro 12**.

Quadro 12 Chapa vencedora para o triênio 2007- 2010.

Nome	Cargo	Município
Carlos Fernandes Xavier	Presidente	Belém / Paragominas
Vilson João Schuber	1º Vice Presidente	Itaituba
Carlos Alberto de Lima Chermont	Vice Presidente	Chaves
Jahyr Seixas Gonçalves	Vice Presidente	Tucuruí
Diogo Naves Sobrinho	Vice Presidente	Marabá
Luciano Guedes	Vice Presidente	Redenção
Josaphat Paranhos de Azevedo Filho	1º Secretário	Capitão Poço
Agamenon da Silva Menezes	2º Secretário	Novo Progresso
Rubens Nazareno Ferreira Brito	1º Tesoureiro	Belém
Luis Carneiro de Oliveira	2º Tesoureiro	Paragominas
José Nelson de Araújo	Vogais	Capanema
Adinor Batista dos Santos	Vogais	Santarém
Gilberto Nascimento Brito	Vogais	Castanhal
Francisco Alberto de Castro	Vogais	Altamira
Iacira Leite Sedrim	Vogais	Santa Izabel
Clovis Rodrigues de Carvalho	Suplente da Diretoria	Itaituba
Kedson Alessandri Lobo Neves	Suplente da Diretoria	Baixo Amazonas
Paulo Acatauassu Teixeira	Suplente da Diretoria	Marajó
Paulo Sergio Botelho Soares	Suplente da Diretoria	Afuá
Guilherme Minssen	Suplente da Diretoria	Ipixuna do Pará
Jaime Barbosa da Silva	Suplente da Diretoria	Obidos
Williams Wendt Faraco	Suplente da Diretoria	Belém
Carlos Alberto da Silva Franco	Suplente da Diretoria	Belém
Armando Teixeira Soares	Suplente da Diretoria	Belém
Joel Rodrigues Bitar da Cunha	Suplente da Diretoria	Santa Bárbara do Pará
José Raimundo Fialho dos Santos	Suplente da Diretoria	Tucuruí
Givaldo Gomes de Araújo	Suplente da Diretoria	Medicilândia
Fernando Acatauassu Nunes	Suplente da Diretoria	Soure
José Carrinatti	Suplente da Diretoria	Paragominas
Benedito Dutra Luz de Souza	Suplente da Diretoria	Tracuateua

Fonte: FAEPA (2007a). Adaptado por AFSJ.

O produtor rural, Carlos Fernandes Xavier, oitavo presidente da Federação (1989 - até os dias atuais), no início de seu mandato demonstrara preocupação com a ampliação de representação sindical rural nos municípios paraenses, estabelecendo metas para ampliar o número de sindicalizados. Obteve êxito, com a

sindicalização que ultrapassou a casa dos 100 Sindicatos, chegando a 128 associados à FAEPA.

Recentemente, destacou em cerimônia realizada no dia 18 de abril de 2007, quando tomou posse novamente para o triênio (2007-2010) que sua preocupação volta-se para um plano de trabalho tendo como principais linhas de ação o apoio à reforma agrária e a formação de sindicatos modelos, alavancando o agronegócio paraense, através da modernização agrícola, comercialização, mantendo-se a estrutura fundiária concentrada (FAEPA, 2007). A **Figura 8** demonstra a atual configuração dos sindicatos patronais vinculados à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA. O **Quadro 13** expressa todos os presidentes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA e seus respectivos períodos.

Durante o período de 1964 a 1965, a Federação foi presidida por uma junta governativa e de 1965 a 1968 por um conselho de representantes. No ano de 1966, somando ao conselho, houve a presidência de Carlos Pinto de Almeida.

Quadro 13 Presidente e seus respectivos períodos

Período	Presidente	Duração de mandato
1951 – 1954	José Manuel Reis Ferreira	13 anos
1954 – 1957	José Manuel Reis Ferreira	
1957 – 1960	José Manuel Reis Ferreira	
1960 – 1964	José Manuel Reis Ferreira	
1964 – 1965	Junta Governativa com Alair Antonio da Silva (presidente) e Vicente Balby Reale Júnior (secretario).	04 anos
1965 – 1968	Conselho de Representantes, constituído por Clodomir de Lima Begot (Ananindeua), Geraldo Santos Lobo (Curuçá), Marcos de Quadros Martins (Maracanã), José Furtado Belém Júnior (Vigia) e Deodoro Nominando de Ataíde (São Caetano de Odivelas). Em 1966 assumiu a presidência Carlos Pinto de Almeida	
1968 – 1971	Vicente Balby Reale Júnior	11 anos
1971 – 1974	Vicente Balby Reale Júnior	
1974 – 1977	Vicente Balby Reale Júnior	
1977 – 1979	Vicente Balby Reale Júnior	
1979 – 1980	Celso Mattos Leão (assumiu a presidência em função da transferência domiciliar do presidente Vicente Balby Reale Júnior para Marabá)	01 ano
1980 – 1983	Clodomir de Lima Begot	06 anos
1983 – 1986	Clodomir de Lima Begot	
1986 – 1987	José Maria Pinheiro Conduru +	01 ano
1987 – 1989	Carlos Barbosa Pereira Lima	03 anos
1989 – 1992	Carlos Fernandes Xavier	21 anos
1992 – 1995	Carlos Fernandes Xavier	
1995 – 1998	Carlos Fernandes Xavier	
1998 – 2001	Carlos Fernandes Xavier	
2001 – 2004	Carlos Fernandes Xavier	
2004 – 2007	Carlos Fernandes Xavier	
2007 - 2010	Carlos Fernandes Xavier	

Fonte: FAEPA, 2004 / 2007a.

Verifica-se no **Quadro 13**, três (03) mandatos abrangendo períodos de mais de dez (10) anos, demonstrando o domínio de grupos no comando da entidade nas décadas de 1950 e início de 1960; final da década de 1960 a final da década de 1970 e do final da década de 1980 ao final da década de 2010, configurando o período mais longo de gestão da entidade. É também o período de autonomização

da entidade e de estruturação representativa jamais vista ao longo da história da organização. A crer no vigor adquirido pelos patrões, o embate com os seus oponentes e o estado tendem ao acirramento.

3.2 REGIONALIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ – FAEPA

Desde a década de 1950 até meados dos anos de 1990, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA atuou nos municípios de forma pulverizada e pontual. Verificando a espacialização exposta na **Figura 7** e a detalhada descrição da composição das diretorias, é de se supor que o tipo de cobertura espacial pelo patronato seguia a lógica de sindicatos localizados em municípios de referência, com representantes de áreas polarizadas pela sede. Esta estratégia se verificou ineficaz face ao movimento sindical de trabalhadores rurais que se fez representar em praticamente todos os municípios paraenses, com um sindicato em cada município.

A proposta de regionalização da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA surge a partir do VI Encontro Ruralista, realizado em Belém, no período de 07 e 08 de dezembro de 1996, durante o terceiro mandato do produtor rural Carlos Fernandes Xavier, em que as diversas lideranças do setor se manifestaram em prol do fortalecimento da representação do setor produtivo patronal rural, exigindo da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará um Plano de Política Agrícola, pois para essas lideranças, sem um plano, os esforços para valorizar o setor rural corria o risco de se diluir no emaranhado de desencontros e ações isoladas. Desta forma, o plano citado foi utilizado como estratégias deste setor para discutir seus problemas e necessidades e encaminhar para os órgãos competentes suas reivindicações.

De acordo com os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007), o Estado do Pará apresenta seis (6) mesorregiões e vinte e duas (22) microrregiões, compreendendo um total de cento e quarenta e três (143) municípios. A formação das Mesorregiões está ligada principalmente às semelhanças econômicas, sociais e políticas. Enquanto que as Microrregiões geoeconômicas consideram a estrutura produtiva de cada comunidade econômica.

A extensão territorial do Estado do Pará (1.252.164,5 km²), dificultava a locomoção e a comunicação visando o pleno desenvolvimento das ações do Sistema Faepa/Senar. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR criado pela Lei n.º 8.315 de 23 de dezembro de 1991, administrado pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, desenvolve atividades de formação profissional e de promoção social para o público representado pela Federação. Para reduzir essas limitações, criou-se o Projeto de Descentralização das Ações do Sistema Faepa, por meio da criação de Núcleos Regionais a partir da aglutinação de Sindicatos com características e problemas semelhantes. Seguindo o critério de distribuição das Microrregiões geoeconômicas do Estado, objetivando reduzir significativamente os custos operacionais, estimular a participação dos sindicalizados, além de aproximar as ações da Federação dos anseios dos produtores rurais de cada região.

3.2.1 Núcleos Sindicais

De acordo com as reivindicações apresentadas pelas lideranças do setor rural no VI Encontro Ruralista, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA criou dez (10) Núcleos de sindicatos rurais paraenses. Cada núcleo, sob a responsabilidade de um coordenador, passou a englobar uma quantidade de municípios e a congregar os sindicatos da respectiva região. O primeiro núcleo a apresentar estatuto foi o Núcleo Rural de Tapajós, porém, o primeiro núcleo a ser instalado foi o de Marabá, em 1997, durante o Encontro Ruralista Regional. (FAEPA, 2004. p. 58-59). Os Núcleos são os seguintes:

Quadro 14 Núcleos segundo a distribuição das microrregiões geoeconômicas do Estado do Pará utilizado pela FAEPA.

Núcleo	Sede	Municípios
Baixo Amazonas	Santarém	Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Terra Santa.
Região Bragantina	Capanema	Augusto Correa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Timboteua, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Vizeu.
Região da Transamazônica	Altamira	Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajás, Placas, Prainha, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.
Região Guajarina	Castanhal	Bujaru, Castanhal, Colares, Concórdia do Pará, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São Domingos do Capim, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.
Região do Marajó	Belém	Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Bagre, Barcarena, Belém, Benevides, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Marituba, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.
Região do Tocantins	Tucuruí	Baião, Breu Branco, Cametá, Goianésia do Pará, Mocajuba, Moju, Novo Repartimento, Tailândia e Tucuruí.
Nordeste Paraense	Paragominas	Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Rondon do Pará, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Ulianópolis.
Região do Tapajós	Itaituba	Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.
Região de Carajás	Marabá	Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia.
Região Sul do Pará	Redenção	Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Feliz do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

Fonte: FAEPA (2004). Adaptado por AFSJ.

A organização dos Núcleos demonstra a preocupação da Federação em cobrir a área de todo o Estado do Pará com a representação patronal rural através

dos sindicatos por municípios, deixando clara a jurisdição orgânica de cada um destes núcleos.

A totalização dos municípios inseridos nos Núcleos criados pela Federação corresponde ao total de municípios do Estado do Pará (143). Segundo esta forma de organização todos os municípios do Estado possuem vínculo com a Federação, através dos núcleos, diferente da organização via os sindicatos que exclui quinze (15) municípios: Abaetetuba, Bannach, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Curralinho, Curuá, Inhangapi, Marituba, Melgaço, Oeiras do Pará, Salinópolis, Santa Maria do Pará, Santa Luzia do Pará, São João de Pirabas e Vitória do Xingu. Atualmente os Núcleos estão organizados de acordo com o **quadro 15**, que informa a coordenação, sede, número de Municípios e Sindicatos.

Quadro 15 Regionalização em Núcleos segundo a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

Núcleo	Coordenador	Sede	Nº de Municípios	Nº de Sindicatos
Baixo Amazonas	Kedson Assandri Lobo Neves	Santarém	11	10
Tapajós	Clóvis Rodrigues de Carvalho	Itaituba	06	06
Transamazônica	Francisco Alberto de Castro	Altamira	10	09
Sul do Pará	Luciano Guedes	Redenção	17	13
Carajás	Diogo Neves Sobrinho	Marabá	14	14
Tocantins	Jahir Seixas Gonçalves	Tucuruí	09	09
Nordeste Paraense	Luiz Carneiro de Oliveira	Paragominas	11	11
Guajarina	Gilberto Nascimento Brito	Castanhal	19	15
Bragantina	José Nelson de Araújo	Capanema	18	13
Marajó	Paulo Acatauassú Teixeira	Belém	28	28
Total			143	128

Fonte: Faepa (2007a). Adaptado por AFSJ.

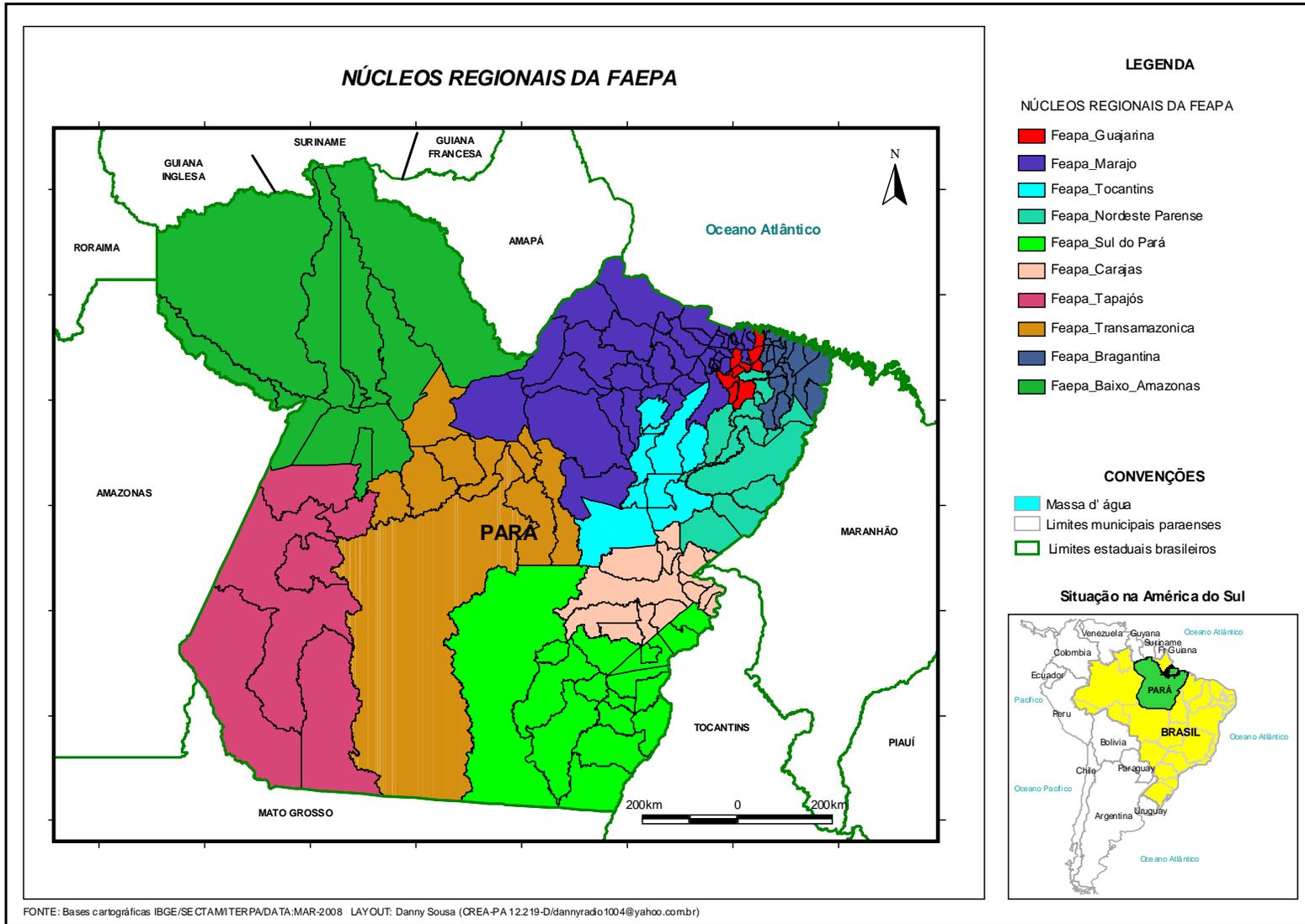


Figura 7 Núcleos Regionais da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará.
Fonte: Faepa, 2007a.

A **Figura 7** mostra a regionalização da Federação e sua cobertura em todo o território estadual, configuração completamente diferente daquela demonstrada em décadas anteriores. O patronato rural ganha uma visibilidade diferenciada, o que se confirma se considerados os aspectos efetivos da organização.

3.2.2 Sindicatos Patronais

A história dos sindicatos patronais antecede a discussão a respeito dos núcleos sindicais (consultar 2 capítulo). A origem destes se dá em função do acréscimo de sindicatos junto a Federação e da necessidade de dar organicidade à entidade, sistematizando os problemas por identidade regional e de proximidade geográfica. Esta regionalização e organicidade ocorrem conforme modelo adotado anteriormente pelos sindicatos de trabalhadores rurais, oponentes dos sindicatos patronais. Para a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, o sindicato patronal rural é uma associação constituída na forma da lei, classificada como associação de primeiro grau, que reúne produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, para estudo, defesa e coordenação dos interesses dos associados, conforme esteja previsto em seu estatuto.

De acordo com os estudos realizados sobre as diretorias desta Federação, até o ano de 1989, apenas dezessete (17) sindicatos de produtores rurais estavam filiados à entidade: Altamira, Ananindeua, Benevides, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açú, Marabá, Muaná, Paragominas, Peixe-Boi, Santarém, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, Tomé-Açú e Vigia (ver a **Figura 6**). A partir da presidência do produtor rural Carlos Fernandes Xavier (1989), houve um acréscimo significativo de sindicatos junto a esta entidade. Vale ressaltar que as organizações e eventos patronais no Estado do Pará tornaram-se cruciais para agregar novos sindicatos, além das diretrizes conduzidas pela nova diretoria, fortalecendo a política de sindicalização entre os municípios, invertendo a situação do início de 1989. Atualmente, a Federação congrega cerca de cento e vinte e oito (128) sindicatos, excluindo quinze (15) municípios já mencionados.

Faz-se necessário lembrar que o Sindicato dos Aquicultores do Estado do Pará - SINAQUIC, Sindicato dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Pará - SINDCCOPA, Sindicato dos Produtores de Palmáceas Econômicas do Estado do Pará - SINDPALMA, Sindicato Paraense da Pecuária de Corte - SINDCORTE e o

Sindicato dos Criadores de Peixes Ornamentais e de Consumo, de Animais Terráneos, de Animais, Ornamentos, Aves, Répteis, Batráquios e Anfíbios para ornamento e consumo de plantas ornamentais, medicinais e ervas do Estado do Pará - SINDIFAUNA, estão associados à Federação e possuem sede na capital do Estado e em Ananindeua, sendo incluídos no Núcleo do Marajó. O Sindicato Rural de Redenção, Pau D'arco e Cumaru do Norte cobre os três (03) municípios, com um único presidente, com sede em Redenção. Os sindicatos de produtores rurais de Santa Izabel e Santo Antonio do Tauá possuem uma única sede em Santa Izabel. Seguindo o modelo anterior, os sindicatos de produtores rurais de Tucumã e Ourilandia do Norte, têm sede em Tucumã. Os sindicatos de produtores rurais que apresentam Comissão Provisória são: Belterra, Floresta do Araguaia, Limoeiro do Ajuru, Marapanim, Moju, Porto de Moz, São João da Ponta, São Sebastião da Boa Vista e Tracuateua (FAEPA, 2007a). Indicando o processo de construção de representação em andamento. De acordo com o contexto acima, a **Figura 8** espacializa a evolução dos sindicatos patronais desde 1989 até 2007.

Diferente da regionalização apresentada pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI, estabeleceu como critério as cidades pólos do Estado e suas proximidades com as demais cidades, criando nove (09) Regionais como forma de congregar o maior número possível de trabalhadores rurais, considerado todo trabalhador rural agro-extrativista assalariado ou não, ou empregador com no máximo dois empregados fixos. (Ver o **Quadro 16**).

Quadro 16 Regionais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI.

Regionais	Coordenador	Sede	Nº de Municípios	Nº de Sindicatos
Guajarina	João da Costa Neves	Barcarena	08	09
Sudeste	Francisco de Assis Solidade das Costa	Marabá	21	21
Salgado	Elza Bernardes de Araújo	Castanhal	19	19
Baixo Amazonas	Maria Rosa Silva de Almeida	Santarém	17	17
Tocantina	Raimundo Ferreira da Silva	Cametá	07	07
Bragantina	Antônio Pedro de Araújo Silva	Capanema	28	28
Ilhas de Marajó	Pedro Paulo Santos da Conceição	Belém	16	16
Transamazônica	Carlindo Lima da Silva	Altamira	11	11
Sul do Pará	Lucileide de Sousa Bezerra	Redenção	15	15
Total			142	143

Fonte: Fetagri (2008). Adaptado por AFSJ.

A Regional do Salgado não engloba o município de Marituba, pois a cidade não possui Sindicato de Trabalhadores Rurais filiado a Federação. A Regional Guajarina possui oito (08) municípios, porém apresenta nove (09) sindicatos devido ao SERMTAB, um sindicato exclusivo de empregados com vínculo empregatício. Comparado com a regionalização da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, as diferenças estão no desmembramento pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI das regionais Sudeste e Sul, e da existência de uma regional Salgado. A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA tem desmembradas as regionais do Baixo Amazonas e Tapajós. O fato é que ambas cobrem todo o estado e tem estrutura de representação territorial semelhantes.

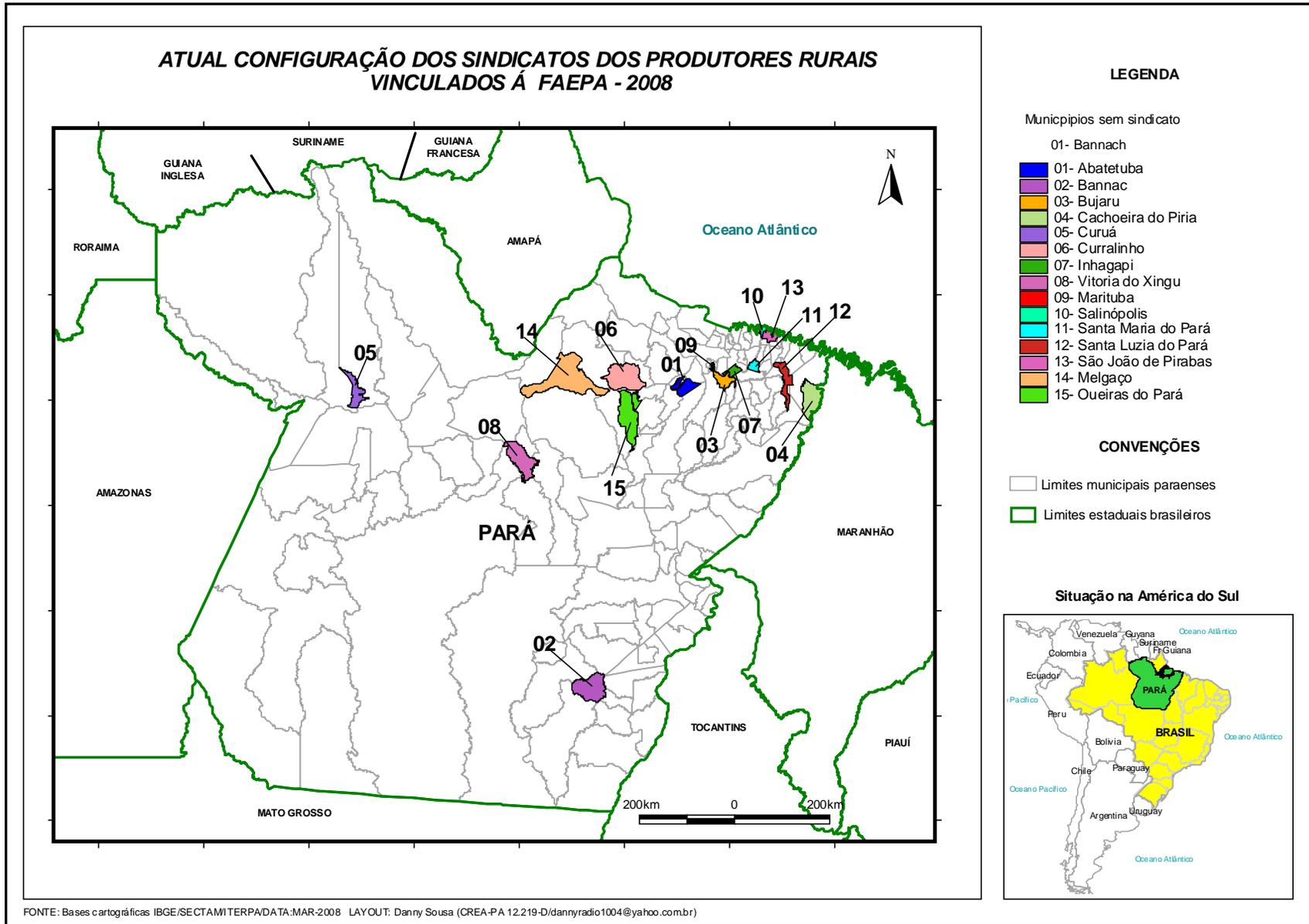


Figura 8 Atual configuração dos sindicatos de produtores rurais vinculados a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.
Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2007), dados FAEPA (2004). Elaborado por AFSJ e DSS.

3.2.3 Organizações e eventos patronais

As organizações e os eventos patronais no Estado do Pará contribuíram e contribuem para o fortalecimento da política sindical, agregando novos sindicatos à Federação, proporcionando uma nova configuração espacial no Estado. O **Quadro 17** indica os principais eventos e suas respectivas entidades ao longo dos anos que ajudaram a estabelecer esta nova configuração espacial dos sindicatos, mencionando os encontros ruralistas que a partir de 1994, aconteceram duas (2) vezes ao ano, geralmente ocorrendo no mês de junho e dezembro, estratégia utilizada pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, para aglutinar os produtores rurais de todo o Estado, dinamizando os sindicatos de produtores rurais. Os encontros contam com a presença de representantes da Confederação Nacional da Agricultura-CNA e autoridades públicas, demonstrando a intenção de ampliar o círculo das articulações da entidade no Estado e no País.

Para a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA (FAEPA, 2007 a) a realização dos encontros está relacionada ao aumento do número de entidades filiadas e à impossibilidade de visitar todas elas para proporcionar apoio e orientação. A solução veio através do que se passou a denominar de Encontros Ruralistas. Estes eventos reúnem as principais lideranças sindicais rurais para trocar informações, discutir problemas, equacionar soluções e, sobretudo, para lhes serem repassadas informações relevantes para o bom andamento e o êxito da produção rural. O espírito de corpo e grau de coesão da categoria tem se fortalecido em função das táticas empregadas nas duas últimas décadas sob a liderança de Carlos Fernandes Xavier, presidente da Federação.

Quadro 17 Quadro Evolutivo das Organizações e Eventos Patronais no Estado do Pará.

Ano	Evento	Entidade
1905	Criação do Sindicato Industrial e Agrícola Paraense	Patronato Paraense
1907	I Congresso de Fazendeiros do Pará	Sindicato Industrial e Agrícola Paraense
1907	Fundação da Estação Experimental de Igarapé-Açu e Criação Secção de Agricultura	Sindicato Industrial e Agrícola Paraense
1907	Criação da Revista A Lavoura Paraense	Sindicato Industrial e Agrícola Paraense
1908 /1909	Aquisição de Tecnologias para o Estado do Pará	Sindicato Industrial e Agrícola Paraense
1913	Criação dos Campos Experimentais Agrícolas do Baixo Amazonas, Marajó e Tocantins.	Senador José Ferreira Teixeira
	Suspensão da Revista A Lavoura Paraense	Governo Enéias Martins (1913-17)
1940 /1954	Criação de Cooperativas Agrícolas e Associações Rurais	Associação Rural de Pecuária do Pará – ARPP
1951	1.ª Reunião Preparatória para criação da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP	Confederação Rural Brasileira - CRB, e o Patronato Paraense.
1951	1.ª Eleição para Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP	Confederação Rural Brasileira - CRB, e o Patronato Paraense.
1963	Criação da Lei nº 4.214, reconhecendo a Federação como Coordenadora das Categorias Econômicas dos Empregadores Rurais.	Ministério do Trabalho e Previdência Social
1964	Intervenção na Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP	Confederação Rural Brasileira - CRB
1965	Expedição da Carta Sindical a Federação da Agricultura do estado do Pará - FAEPA	Ministério do Trabalho e Previdência Social
1974	Modificações no Estatuto da Federação da Agricultura do estado do Pará - FAEPA	FAEPA
1979	Criação do 1.º Quadro de Funcionários da Federação da Agricultura do estado do Pará - FAEPA	FAEPA
1985	Alteração no estatuto da FAEPA	FAEPA
1993	I Encontro Ruralista	Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas e FAEPA 01 e 02/04
1994	II Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 07e 08/12
1995	III e IV Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 17 e 18/04 e 26 e 27/11
1996	V e VI Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 17 e 18/06 e 07 e 08/12
1997	VII e VIII Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 17 e 18/06 e 13 e 14/12
1998	IX e X Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 30/06 e 01/07 e 01e 02/12
1999	XI e XII Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 15 e 16/06 e 21 e 22/12
2000	XIII e XIV Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 06 e 07/06 e 20 e 21/12
2001	XV e XVI Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 18 e 19/06 e 04 e 05/12
2002	XVII e XVIII Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 13 e 14/06 e 12 e 13/12
2003	XIX e XX Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 11 a 13/06 e 28 a 30/12
2004	XXI e XXII Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 19 e 20/06 e 07 e 08/12
2005	XXIII e XXIV Encontro Ruralista	FAEPA -Belém 20 e 21/06 e 06 e 07/12
2006	XXV e XXVI Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 05 e 06/06 21 e 22/12
2006	Cavalgada em Belém	FAEPA - Belém 26/11/2006
2007	XXVII e XXVIII Encontro Ruralista	FAEPA - Belém 21 e 22/06 e 04 e 05/12
2007	I Grito da Produção (Tratoração)	FAEPA - SENAR e FUNDEPEC 11 a 13/06.

Fonte: FAEPA (2007 a). Adaptado por AFSJ.

Os encontros são momentos importantes na estratégia utilizada pelo patronato com o objetivo de mostrar aos órgãos estatais e à sociedade civil, as dificuldades encontradas no setor rural, principalmente no que se refere à reintegração de posse das propriedades ocupadas, encaminhadas aos órgãos públicos responsáveis para atender suas reivindicações e reforçar sua posição ideológica. São momentos privilegiados para dar coesão à categoria, reforçar a elaboração de argumentos e de se contrapor aos oponentes da categoria, quais sejam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI, e organizações de apoio ao movimento social como a Igreja Católica e Partidos Políticos de esquerda.



Foto 12 | Encontro ruralista do Pará, em 01 e 02/04/1993.
Fonte: FAEPA (2004).

Na foto acima é patente a ligação do patronato rural paraense com o Governo do Estado, com a manifestação de apoio do então Governador Jader Barbalho.

Além dos encontros ruralistas, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA todos os anos estabelece um calendário de eventos voltados para o agronegócio paraense, incluindo exposições, leilões, feiras agropecuárias, vaquejadas, festivais, cavalgadas, torneios, provas, cursos de rédea, etc. Esses eventos ocorrem por todo o Estado, promovidos pelos Núcleos Sindicais, Sindicatos de Produtores Rurais ou Gestores Municipais com vínculo com a Federação e o agronegócio, demonstrando a proeminência dos criadores de bovinos na entidade.

Nos últimos anos, dois eventos marcaram a força e a articulação de produtores rurais e o poder de barganha junto ao Governo do Estado do Pará. No

dia 26 de novembro de 2006, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA promoveu uma cavalgada pelas principais vias de Belém. O evento contou com a participação de produtores rurais de diversos municípios, vinculados a esta Federação através dos sindicatos e núcleos sindicais, objetivando demonstrar à população da capital do Estado a importância do setor produtivo rural, ressaltando que o setor é responsável pelo fornecimento indispensável de alimentos, além de ser gerador de emprego, renda e de divisas para o Estado. Pode ser interpretado como demonstração de ruralidade o uso de animais e indumentária característica para simbolizar a ligação com o campo. Feita a manifestação na cidade, verifica-se um grito político de enfrentamento a propostas de socialização assumidas pelo Governo Lula, declarado defensor dos menos favorecidos. O desfile montado é expressão de domínio dos empresários rurais e denotam o estilo agressivo do patronato em demonstrar visibilidade.

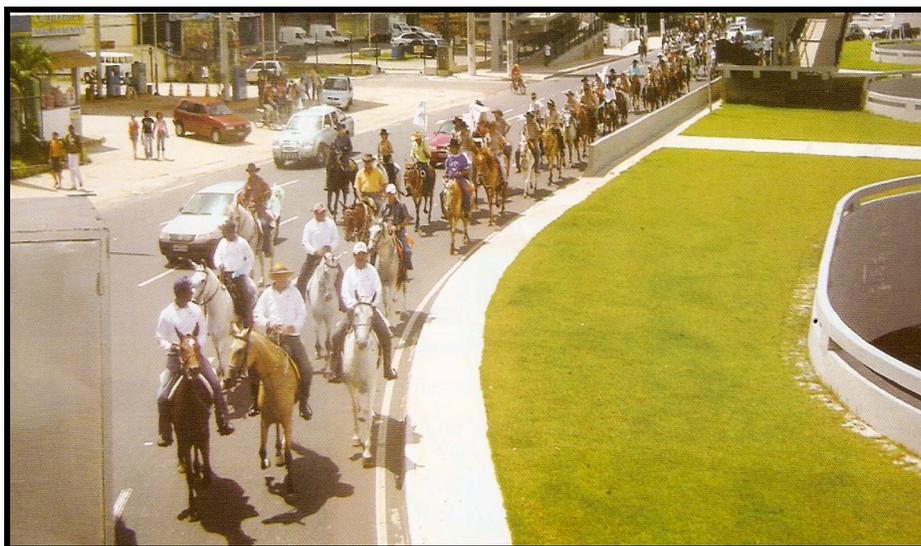


Foto 13 Cavalgada pelas principais vias de Belém, em 26/11/2006.
Fonte: FAEPA (2006).

Durante o período de 11 a 13 de junho de 2007, aconteceu outro evento organizado pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, criado pela Lei nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991, sendo administrado pela Confederação Nacional de Agricultura-CNA e dirigido por um colegiado composto por representantes do Poder Executivo, da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, do Setor da Agroindústria, da Confederação Nacional da Indústria - CNI, da Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e da Confederação Nacional de Agricultura - CNA; e pelo Fundo de Desenvolvimento de Pecuária de Corte - FUNDEPEC.



Foto 14 Concentração dos Produtores Rurais após a carreata no Palácio dos Despachos em Belém, 13/06/2007.

Fonte: FARIAS, Edmar (2007).

Conhecido como I Grito da Produção, o evento foi mencionado anteriormente (ver final do capítulo I), e recebeu a denominação de “Tratoração”, visava mobilizar cerca de sete mil produtores rurais de 126 municípios paraenses, entretanto foram registrados aproximadamente cerca de trezentos (300) representantes, no percurso do Parque de Exposição do Entroncamento até o Palácio dos Despachos, onde apresentaram uma lista de reivindicações da categoria para a governadora e teve como pauta principal a regularização fundiária, ambiental e a reforma agrária. Entretanto, o discurso dos produtores não descarta a parceria dos mesmos com o Governo independente de bandeira política.

Vimos aqui propor o fortalecimento de parcerias, pois é só com elas que vamos conseguir realizar alguma coisa. [(Palavra do Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, para uma platéia de produtores rurais que chegou ao Palácio dos Despachos em carreata) (FAEPA, 2007 b).].

Após a apresentação dos representantes dos produtores rurais, a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa entregou um documento com medidas que respondeu a algumas das demandas apresentadas em outras reuniões entre as partes. Dentre elas o apoio ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) para o cumprimento de quarenta e oito (48) mandatos de seguranças existentes naquele momento.

Na semana seguinte ao ato desencadeado pela categoria patronal em Belém, o Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará, foi transferido para os municípios da Mesorregião do Sudeste Paraense, com a missão de determinar e dar cumprimento imediato das liminares de reintegrações de posses, através da operação Paz no Campo, que segundo a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA aproximavam de oitenta (80) propriedades ocupadas.

Os noticiários divulgados pela mídia impressa e televisionada anunciaram o processo de reintegração de forma pacífica e organizada, ocultando os sucessivos conflitos e a covardia da Polícia Militar e Civil, perante os trabalhadores rurais desta região, como é ilustrado na **Foto 15**. Esta situação gerou a convocação de uma audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, resultado de denúncias feitas pelos trabalhadores rurais.



Foto 15 Reintegração de posse em Santa Maria das Barreiras, Sudeste Paraense, em 11/01/2008.

Fonte: SANTOS, Cláudio (2008).

A situação é gravíssima, pois passados sete (07) meses, os reflexos da missão vieram à tona, ou seja, a imprensa divulgou verdadeiros acontecimentos nesta região, pois as celas das delegacias foram ocupadas por representantes de trabalhadores rurais que defendem sua sobrevivência e a luta pela posse da terra na Região em destaque.

De acordo com o jornal *A Nova Democracia* (2008) os trabalhadores rurais foram surpreendidos na madrugada do dia 19 de novembro de 2007 com uma verdadeira operação de guerra. Muitas famílias ainda dormiam quando as tropas do Exército fecharam à Rodovia BR-158, entre Redenção e Santa Maria das Barreiras, no Sudeste do Estado do Pará. Os efetivos das polícias Militar, Civil e Rodoviária e Exército, fortemente armados, de forma truculenta invadiram a área da Fazenda Forkilha.

Quatrocentos soldados de tropas regulares e especiais da Polícia Militar do Estado do Pará, envolvendo tropas de choque, Comando de Missões Especiais (CME), Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Exército, 40 viaturas, quatro helicópteros e um avião. Prisões de camponeses e posseiros, mulheres e crianças, tortura e ameaças de morte. Esta é a descrição da atual situação do sul do Pará, mais precisamente na área de mais de 20 mil hectares onde em, 22 de setembro último, camponeses pobres tomaram a fazenda Forkilha. Uma verdadeira operação de guerra ordenada pela governadora Ana Júlia Carepa - PT que resultou na prisão de centenas de camponeses e perseguição de lideranças populares (Jornal *A Nova Democracia*, janeiro de 2008).

Diante do exposto, uma comissão de advogados mobilizada pelo Núcleo dos Advogados do Povo - NAP deslocou-se para o Pará (municípios referendados) para apurar as agressões contra os trabalhadores rurais. Os advogados colheram depoimentos que vieram em forma de desabafo e denúncias de torturas aplicadas contra adultos, idosos e crianças.

Outros eventos são realizados e relevantes para a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, como as Exposições, leilões, festivais, Feiras, Vaquejada, torneio, encontros, cursos, etc., realizados em parcerias entre as Prefeituras Municipais e seus respectivos sindicatos de produtores rurais, ou patrocinados pelo Sistema FAEPA/SENAR/FUNDEPEC, porém procurou-se enfatizar os eventos que envolveram negociações entre os atores que estão inseridos na dinâmica fundiária do Estado, realizados de forma estratégicas para tentar frear o movimento dos trabalhadores do campo.

4 TERRITORIALIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL NO ESTADO DO PARÁ

O presente capítulo tem como objetivo abordar a territorialidade patronal e outras territorialidades presentes na dinâmica fundiária no Estado do Pará, identificando as formas de representação da categoria patronal na tentativa de construção de um perfil social do patronato rural paraense.

4.1 TERRITORIALIDADE PATRONAL E OUTRAS TERRITORIALIDADES

De acordo com a abordagem desenvolvida no capítulo I, referente ao território e poder, entendemos a territorialidade como uma categoria que surge a partir do reconhecimento de outros instrumentos de territorialização, seja através de uma instituição, organização ou categoria, estabelecida por meio de relações de poder. Desta forma, o termo territorialidade adiciona expressão referente à ampliação do conceito, destacando diferentes formas de poder e de uso do território.

A dinâmica fundiária envolve grupos ou atores sociais que disputam o mesmo espaço, porém de forma desigual. Em meados de 1970 a disputa pela posse da terra acirrou-se trazendo consigo problemas sociais no Estado do Pará, envolvendo personagens e categorias diferentes.

Os problemas sociais oriundos da problemática fundiária não ocorreram no Estado do Pará de forma homogênea, pois as áreas limítrofes com o Estado do Maranhão (MA) e o norte de Goiás (GO), atualmente Estado do Tocantins (TO), representaram uma área de fronteira em movimento, proporcionando conflitos significativos, diferenciados de outras regiões do Estado, como por exemplo, a Região Nordeste e o Arquipélago de Marajó.

Diante deste contexto, quando se refere a territorialidade patronal, pretende-se enfatizar as relações de poder estabelecidas pela categoria patronal sob outras territorialidades formadas por grupos ou atores sociais, visando o uso e domínio do território, a partir da fundação da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP, denominada de Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

O processo de construção da territorialidade patronal surge bem antes da fundação da federação em estudo, pois as primeiras frentes de expansão no Estado datam do período colonial, cujo objetivo era assegurar a posse da terra e descobrir

possíveis recursos naturais para comercialização com o governo português. Obviamente a categoria utilizada neste período histórico não é a mesma empregada na pesquisa, ou seja, o patronato.

No decorrer dos períodos históricos e fases econômicas presentes na história, percebe-se as territorialidades em marcha, recebendo nomenclaturas diversas, na hegemonia ou na contra hegemonia, acirrando a luta pela posse e uso do território.

Bruno (1997, p. 4-5), menciona que os processos econômicos na agricultura passam por uma despersonalização crescente, enfatizando que a agroindústria aparentemente não tem sujeito. Sendo assim:

É o capitalista coletivo que rege todo o processo. Antes, a figura do patrão era um componente da relação pessoal. Ele era o pai-patrão. Este personagem praticamente sumiu em meio às inúmeras cadeias produtivas e a uma certa dispersão da representação patronal (BRUNO, 1997 p. 4-5).



Foto 16 Equipamentos utilizados na produção de soja em Uruará/PA.

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

A ilustração acima diz respeito às mudanças ocorridas no espaço agrário paraense e, conseqüentemente, na cadeia de produção. Pode-se, ilustrar a pesquisa com outra cultura, entretanto, utiliza-se a soja, por ser uma cultura que além de exigir os meios de produção sofisticados foi introduzida em três (03) pólos no Estado: no Sul (centralizado em Redenção), no Nordeste (centralizado em Paragominas) e no Baixo Amazonas (centralizado em Santarém), modificando o perfil dos empregadores rurais desses pólos, que antes estabelecia uma relação

mais próxima e pessoal, num contexto regional. O grande latifúndio empresarial, que segundo Costa (2000, p. 136-8):

É um estabelecimento rural cujo uso ou não da terra e dos recursos naturais sob sua égide resulta de critérios empresariais e capitalistas. As decisões a ele inerentes são orientadas por rentabilidade média e custo de oportunidade de aplicação do capital equivalente, do que faz parte a análise sistemática entre possibilidades atuais e futuras... resulta de processos de apropriação definidos pelo poder econômico ou político de seus titulares e de estar fundamentado numa relação de propriedade que supõe a terra como fonte de riqueza: ou enquanto um meio de produção a ser acionado na obtenção de lucro operacional gerado no processo produtivo, ou enquanto forma de acesso a rendas, captadas no Brasil também por diversos e peculiares mecanismos manejados pelo Estado, entre os quais se destacam formas de concessão subsidiada de crédito e incentivos fiscais, enfim, o sentido capitalista da propriedade da terra, com as nuances que isso adquire no capitalismo autoritário brasileiro.

Parafraseando Bruno (1997, p. 5), esta tendência da despessoalização presente no modelo de sociedade brasileira, foi construído num emaranhado dos velhos processos e relações personalistas, possibilitando a agroindústria comportamentos disparez relacionados ao processo produtivo no que tange às práticas de dominação e até a suposta racionalidade empresarial conservando o domínio pessoal e recriando os vínculos de dependência nos contratos de integração, no crédito e na comercialização, e por outro lado, presenciaram-se novos padrões emergentes.



Foto 17 Ciclo de produção da soja, vicinal 180 norte, PA 370 (Uruará/Santarém).

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Não se pode descartar os privilégios da era informacional, empregada na sociedade contemporânea através das tecnologias, chegando aos latifúndios em consórcio com o capital financeiro industrial nacional e internacional, entretanto suas práticas reproduzem a improdutividade aliadas à violência e à impunidade contra trabalhadores rurais em suas múltiplas representações. Para Bruno (1997, p. 5):

O próprio desenvolvimento econômico e o aguçamento da concorrência fizeram surgir novas e sofisticadas técnicas de gestão e de controle sobre os trabalhadores rurais, que se transformaram em poderosos meios de exploração e que aprofundaram e ampliam a subordinação.



Foto 18 Corpo da missionária Doroty Stang assassinada em 12/02/2005, Anapú-PA.
Fonte: Refkalefsky *et al* (2006).

As ilustrações evidenciam a supremacia da territorialidade patronal com relação às outras territorialidades presentes no espaço agrário paraense, no que tange ao uso e domínio do território, pois para o agronegócio as maiores dificuldades encontradas giram em torno dos desafios da infra-estrutura, atraso no uso da biotecnologia, sócio-ambiental, questões fundiárias, indígenas, quilombolas, valorização cambial e concentração de mercados de insumos e da agroindústria.

Uso da violência é freqüente contra as lideranças que representam as outras territorialidades, sejam elas católicas, sindicais ou profissionais liberais. Ilustra-se na **foto 18** o assassinato da missionária norte-americana Doraty Stang, assassinada a mando de um consórcio de latifundiários que se autodenominam donos de terras em áreas localizadas em uma região conhecida como terra do meio, no oeste paraense que compreende terras dos municípios de Altamira, Anapú, Senhador José Porfírio,

Pacajá, Vitória do Xingu, Almerim, Porto de Moz e outros municípios localizados na parte centro-oeste do Estado do Pará. A grilagem de terras, a extração de madeiras e os assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais fazem parte do cotidiano das famílias que ocupam estes municípios.

Com base nos pressupostos discutidos por Bruno (1997), o patronato não mede esforços para manter-se hegemônico, através da concentração da propriedade e a utilização da violência. Seus oponentes, os trabalhadores rurais, são vítimas desta concentração. Utilização da monocultura mecanizada pelo patronato rural, representado pelo grande latifundiário empresarial (nacional e internacional) e produtores rurais (regionais e locais), vem ocasionando problemas com relação à permanência do agricultor familiar em seus lotes, conseqüentemente, aumenta a dependência dos mesmos diante dos donos dos meios de produção, pois a monocultura utilizada pela agroindústria necessita de áreas extensas para desenvolver certas culturas.

A rigor, o discurso da Federação que representa essas categorias, volta-se para o desenvolvimento do Estado, aumento do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, políticas que possam resolver os problemas como a reforma agrária, infraestrutura para o campo e capacitação do homem rural. Entende-se que para efetivação deste discurso é preciso, a priori a redistribuição de terras e políticas públicas que possam assistir o trabalhador rural, medidas que não são aceitas pelo patronato, pois reforma agrária para a Federação é a mecanização do campo e não a distribuição de terras com políticas públicas voltadas para quem de fato necessita, o trabalhador rural.

As outras territorialidades representadas pelos trabalhadores rurais em suas diversas representações, os grupos indígenas, os remanescentes quilombolas, e demais atores ou grupos sociais presentes no espaço rural, não se encontram estáticos diante desta situação. Estão mobilizados em associações, sindicatos e outros, lutando para adquirir a posse da terra e diminuir as desigualdades advindas do agronegócio.

A mudança no perfil das classes dominantes, saindo de grupos familiares para empresas cuja representação se caracteriza pela impessoalidade, não altera a natureza de violência praticada para impor a lógica do capital: o lucro.

4.2 REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL NO ESTADO

Os registros deixados por estudiosos que discutiram e discutem o patronato rural paraense como Emmi (1999), Guerra (1999 e 2001), Fernandes (1999), COSTA (2000), Petit (2003) e outros, evidenciam a forte relação dessa categoria com o Governo e empresas particulares (nacionais e internacionais). No início do século XX, em meados de 1907, o patronato rural paraense era representado por categorias profissionais, que visavam os mesmos interesses, o desenvolvimento das culturas e criações através do uso de tecnologias. De acordo com Guerra (1999, p. 3) os colaboradores ou membros do *Boletim Oficial da 4ª Secção de Agricultura, da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viações do Estado do Pará e do Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* recebiam a denominação social de Dr., Dr. Cônego, Senador, Coronel, Freij, Tenente Coronel e Comendador.

As representações sociais associadas ao patronato rural podem ser identificadas nos registros dos textos publicados na revista *A Lavoura Paraense*, que representava uma espécie de síntese dos congressos realizados pelo *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*, em meados de 1909 e era endereçada aos cuidados das seguintes categorias: Capitães, Cônegos, Coronéis, Desembargador, Maestro, Major, Professor, Senadores e Tabelião. Compunham a mesma lista, instituições públicas e privadas como: Bibliotecas, Companhias, Órgãos do Estado, Intendência e Governo Federal, Jornais, Museu, Revistas, Sindicatos e Associações (GUERRA, 2001, p. 4).

No que concerne às décadas de 1920 - 30, temos a ausência de um debate consistente com relação à representação do patronato no Estado do Pará, com poucas referências para a época. Pode-se mencionar que durante a primeira década (1920), a Amazônia tem a primeira grande experiência capitalista, voltada para a esfera da produção. Para Costa (2000, p. 28) o caráter de fronteira tem levado as estruturas produtivas que se fazem alternadamente com base ou no trabalho compulsório ou num campesinato relativamente autônomo, surgido, entretanto no interior, e como parte de processos de acumulação mercantil: do sistema de aldeamentos emergentes.

Em meados de 1920, a patronagem local era representada por comerciantes ou seringalistas que controlavam a produção e comercialização da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss). Portanto, é importante salientar que durante o período de 1910 a 1950 os autores mencionados por Petit (2003, p. 60) como o

professor e economista da Universidade Federal do Pará - UFPA, David Ferreira Carvalho (1920 - 1940), o sociólogo Juan Bardalez Hoyos (1920 - 1950) e o economista e jurista paraense Roberto Santos (1910), apontam como fase de profunda estagnação, de acordo com as datas nos parênteses.

De acordo com Petit (2003, p. 61) desde a segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX, os produtos da Amazônia brasileira mais comercializados foram à borracha (*Hevea brasiliensis Willd. ex Adr. de Juss*), o cacau (*Theobroma cacao L*) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa H. B e K*). Fato que pode-se comprovar na *Revista Comercial do Pará* (1918). O que preocupa é a falta de dados referentes à pecuária neste período (centrada no Marajó) e a organização das oligarquias locais, pois durante o período citado não é recomendável falar em patronato, categoria político-social que se constrói a partir de 1930 por meios das entidades de representação como as cooperativas e associações que mais adiante se transformaram em sindicatos e federações pautados na relação capital/trabalho.

Somente a partir de 1940, período que marca a segunda e última fase da *Hevea* (1943-1945) é que às organizações patronais rurais passam a ser representadas pelas Cooperativas Agrícolas e a Associação dos Seringalistas da Amazônia, dirigidos respectivamente pelo Agrônomo Luiz Fernando Ribeiro e o seringalista José Manoel Ferreira Reis⁸. Conforme Fernandes (1999, p. 112), enquanto expressão política, a entidade patronal se colocava como representante dos donos de seringais, e de outros segmentos das elites regionais.

A política do Governo Federal voltada para a Região, através do Plano de Valorização da Amazônia, estreitou a relação entre o Estado e classe dominante do setor rural. Na Ilha de Marajó, os fazendeiros se organizaram na Sociedade Cooperativa da Pecuária do Pará - SOCIPE, razão social encaminhada para a Junta Comercial do Pará - JUCEPA sob a denominação de Cooperativa Industrial de Pecuária do Pará, com registro em 16 de abril de 1932, endereçada na Avenida Arthur Bernardes s/nº no bairro do Tapanã, visando adquirir benefícios advindos do

⁸ Advogado paraense residente em Belém foi ex-consultor jurídico do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Diretor - Secretário da Cooperativa Central de Crédito, presidiu a Associação de Seringalista da Amazônia na década de 1940. Foi eleito Deputado Estadual por cinco (05) legislaturas, ligado ao grupo político liderado pelo ex- interventor Manoel Barata (1930-1965), foi o primeiro presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP (1951). Ver Fernandes (1999).

poder público. Esta organização deu origem à Associação Rural da Pecuária do Pará - ARPP. A partir de 1960, as normas que regiam as organizações classistas no país sofreram alterações. As Associações Rurais Municipais foram substituídas por Sindicatos e Federação das Associações e assumiram a nomenclatura de Federação da Agricultura do Pará - FAEPA. Neste contexto, a Federação atual fortalece as lideranças locais, proporcionando espraiamento de novos Sindicatos. Em 25 de maio de 1968 é criada a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia - AEA, com sede em São Paulo, vinculadas às empresas agropecuárias paulistas que se estenderam para a Região. Fernandes (1999, p.117), destaca como membros desta entidade os seguintes empresários: Hermínio Ometto (Suiá - Missu, Agropecuária Cachimbo S/A), Manoel Elpídio de Queiroz (Porto Velho Agropecuária S/A), João Lanari do Val (Companhia da Mata Geral S/A), José Augusto de Medeiros e José Aparecido. No final dos anos 1980 esta Associação credenciava aproximadamente 200 empresas.

Apesar de representarem à categoria patronal no Estado, as entidades apresentaram diretrizes diferenciadas, evidenciando contradições em suas estruturas. A Associação Rural da Pecuária do Pará - ARPP agregava os fazendeiros da Ilha de Marajó, oligarcas tradicionais, comerciantes de carne bovina para a capital do Estado. No que concerne a Associação dos Empresários da Amazônia - AEA seu caráter era mais empreendedor, congregava empresários do Centro-Sul que concentraram grandes extensões de terras na Mesorregião do Sudeste Paraense de forma licita e ilícita, receberam incentivos fiscais do Governo Federal e administravam suas propriedades de seus Estados de origem, pois a sede desta Associação localizou-se em São Paulo. A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA tem um caráter de entidade geral, abarcando os sindicatos e associações.

A classe antagônica ao patronato rural, vinculada aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ganha força, exigindo do patronato maior organização principalmente no que se refere à propriedade. O patronato rural cria novos mecanismos políticos capazes de assegurar os interesses dos donos de terras, acrescentando além das empresas agropecuárias, os proprietários de terras ameaçados. Aumenta o número de Sindicatos junto à Federação da Agricultura do Pará - FAEPA, concomitantemente, ocorre o aumento de conflitos com mortes envolvendo lideranças sindicais e trabalhadores rurais. Segundo a Rede Social de

Justiça e Direitos Humanos (2007), atrelada à Comissão Pastoral da Terra - CPT, a partir dos anos de 1980 as mortes no campo ocorreram de forma seletiva, sendo comum a presença de lideranças em listas de ameaças de morte.

Quadro 18 Violência no Sudeste Paraense.

MUNICÍPIO	LOCAL	MÊS/ANO	N.º DE MORTOS
Xinguara	Dois Irmãos	Junho/1985	06
Conceição do Araguaia	Ingá	Maio/1985	03
Xinguara	Surubim	Junho/1985	17
São João do Araguaia	Ubá	Junho/1985	08
Marabá	Fazenda Princesa	Setembro/1985	05
São Geraldo do Araguaia	Paraúnas	Junho/1986	10
Goianésia do Pará	Goianésia	Outubro/1987	03
São João do Araguaia	Fazenda Pastoriza	Agosto/1995	03
Eldorado do Carajás	Curva do S	Abril/1996	19
Eldorado do Carajás	Fazenda São Francisco	Agosto/1996 - janeiro/1997	05
Ourilândia do Norte	Fazenda Santa Clara	Janeiro/1997	03
Marabá	Morada Nova	Julho/2001	03
TOTAL			85

Fonte: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. Elaborado por AFSJ.

A vinda de grandes empreendimentos para a Mesorregião do Sudeste Paraense, aumentou o índice de violência e mortes de lideranças e trabalhadores rurais, fato evidenciado pelo **Quadro 18 e 19**. Durante o período de 1985 a 2001, foram registrados pela Rede Social de Direitos Humanos oitenta e cinco (85) assassinatos de trabalhadores rurais em propriedades patronais distribuídas nos municípios do Sudeste Paraense. A partir de 1980 os assassinatos foram realizados de forma seletiva, trata-se de uma violência política e social, com o objetivo de atingir trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Os mandantes das mortes seletivas são patrões rurais representados por produtores rurais, fazendeiros e comerciantes locais, ainda que não se materializem em provas e processos conseqüentes de punição.

Quadro 19 Assassinato de lideranças no Estado do Pará

Nome	Categoria	Município	Dia/mês/ano
1. Benedito Serra	Presidente da União dos Lavradores da Zona Bragantina	Castanhal	18/05/1964
2. Raimundo Ferreira Lima	Candidato ao STR	Conceição do	29/05/1980
3. Sebastião Souza de Oliveira	Líder Sindical	Vizeu	08/01/1981
4. Avelino Ribeiro da Silva	Delegado Sindical	Santarém	24/03/1982
5. Gabriel Sales Pimenta	Advogado	Marabá	18/07/1982
6. Benedito Alves Bandeira	Presidente STR	Tomé-Açú	04/07/1984
7. Lázaro Pereira Sobrinho	Delegado Sindical	Xinguara	20/01/1985
8. Adelaide Molinari	Religiosa	Curionópolis	02/05/1985
9. Ariston Alves dos Santos	Delegado Sindical	Paragominas	04/07/1985
10. Salvador Alves Santos	Delegado Sindical	Paragominas	16/09/1985
11. Raimundo Maia	Delegado Sindical	Rio Maria	19/09/1985
12. João Canuto Oliveira	Dirigente Sindical	Rio Maria	18/12/1985
13. Paulo Fonteles	Advogado	Ananindeua	11/06/1987
14. João Batista	Político	Belém	06/12/1988
15. Expedito Ribeiro	Dirigente Sindical	Rio Maria	02/02/1991
16. José Canuto	Dirigente Sindical	Rio Maria	22/04/1991
17. Paulo Canuto	Dirigente Sindical	Rio Maria	22/04/1991
18. Arnaldo Delcídio Ferreira	Dirigente Sindical	Eldorado dos Carajás	02/05/1993
19. Antônio Teles	Dirigente Sindical	s/informação	12/10/1994
20. Alcina Gomes	Dirigente Sindical	s/informação	12/10/1994
21. Onalício Araújo Barros	Dirigente do MST	Parauapebas	26/03/1998
22. Valentin Serra	Dirigente MST	Parauapebas	26/03/1998
23. Rosilda Conceição da Silva	Professora	Eldorado dos Carajás	25/03/1999
24. Euclides Francisco de Paula	Dirigente Sindical	Parauapebas	20/05/1999
25. José Dutra da Costa	Dirigente Sindical	Rondon do Pará	22/11/2000
26. José Pinheiro Lima	Dirigente Sindical	s/informação	09/07/2001
27. Ribamar Francisco dos Santos	Presidente STR	Rondon do Pará	06/02/2004
28. Adilson Prestes	Agente Pastoral	Novo Progresso	03/07/2004
29. Ivandro Rodrigues	Presidente STR	Castanhal	09/01/2005
30. Daniel Soares da Costa Filho	Sindicalista	Parauapebas	12/02/2005
31. Dorothy Mae Stang	Religiosa	Anapu	12/02/2005
32. Raimundo Moraes Pinheiro	Liderança Sindical	Santarém	20/05/2005
33. Antônio Matos Filho	Sindicalista	Parauapebas	08/06/2005
34. Domingos Farias dos Santos	Sindicalista	Itupiranga	08/11/2005
35. Pedro Laurindo da Silva	Liderança Sindical	Marabá	17/11/2005
36. Domingos Carneiro	Sindicalista	Bannach	08/01/2006
37. Manoel Coelho dos Santos	Liderança Sindical	Tucuruí/Itupiranga	05/07/2006
38. Francisco Cleves Guimarães de Araújo	Liderança Sindical	Tucuruí	10/07/2006
39. Raimundo Nonato da Silva	Liderança Sindical	Mojú	20/09/2006
40. Gerson Cristo	Político	São Feliz do Xingu	07/10/2006
41. Jorge das Meces Roque	Liderança Sindical	Tucuruí	03/12/2006

Fonte: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007 e MST (1987). Elaborado por AFSJ.

Durante o período de 1964 a 2006 foram registradas quarenta e uma (41) mortes de lideranças no Estado do Pará segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT através da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2007) e do Movimento de Trabalhadores Sem Terra - MST (1987). Os assassinatos estão espacializados por todas as Mesorregiões do Estado, entretanto, existe uma concentração de mortes na Mesorregião do Sudeste Paraense a partir do ano de 1980, porta de entrada de grandes empreendimentos nacionais e internacionais que proporcionou um grande fluxo populacional para a região, acirrando os conflitos agrários entre as personagens que compõem a dinâmica fundiária.

Dos quarenta e um (41) assassinatos apresentados no **Quadro 19**, três (3) não possuem informações a respeito dos municípios onde ocorreram os mesmos. Exemplo dos casos dos dirigentes sindicais: Antonio Teles, Alcinda Gomes, além de José Pinheiro Lima. De acordo com o **Quadro 19**, os assassinatos estão distribuídos nos núcleos regionais da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA na seguinte seqüência: **Baixo Amazonas**, dois (2) assassinatos em Santarém; **Região do Tapajós**, um (1) assassinato em Novo Progresso; **Região do Marajó**, dois (2) assassinatos em Belém; **Região Guajarina**, dois (2) assassinatos em Castanhal; **Região Bragantina**, um (1) assassinato em Vizeu; **Região do Nordeste Paraense**, cinco (5) assassinatos, em Paragominas (2), em Rondon do Pará (2) e em Tomé-Açú (1); **Região do Tocantins**, quatro (4) assassinatos, em Tucuruí (3) e Mojú (1); **Região da Transamazônica**, um (1) assassinato em Anapú; **Região de Carajás**, onze (11) assassinatos, em Curionópolis (1), em Eldorado dos Carajás (2), em Itupiranga (1), em Marabá (2) e em Parauapebas (5); e **Região do Sul do Pará**, nove (9) assassinatos, em Bannach (1), em Conceição do Araguaia (1), em Rio Maria (5), em São Feliz do Xingu (1) e em Xingara (1). Verifica-se, nesta demonstração, que em todas as regiões do estado a violência foi praticada com mortes, em diferentes épocas, cobrindo todo o período da história recente da organização patronal paraense.

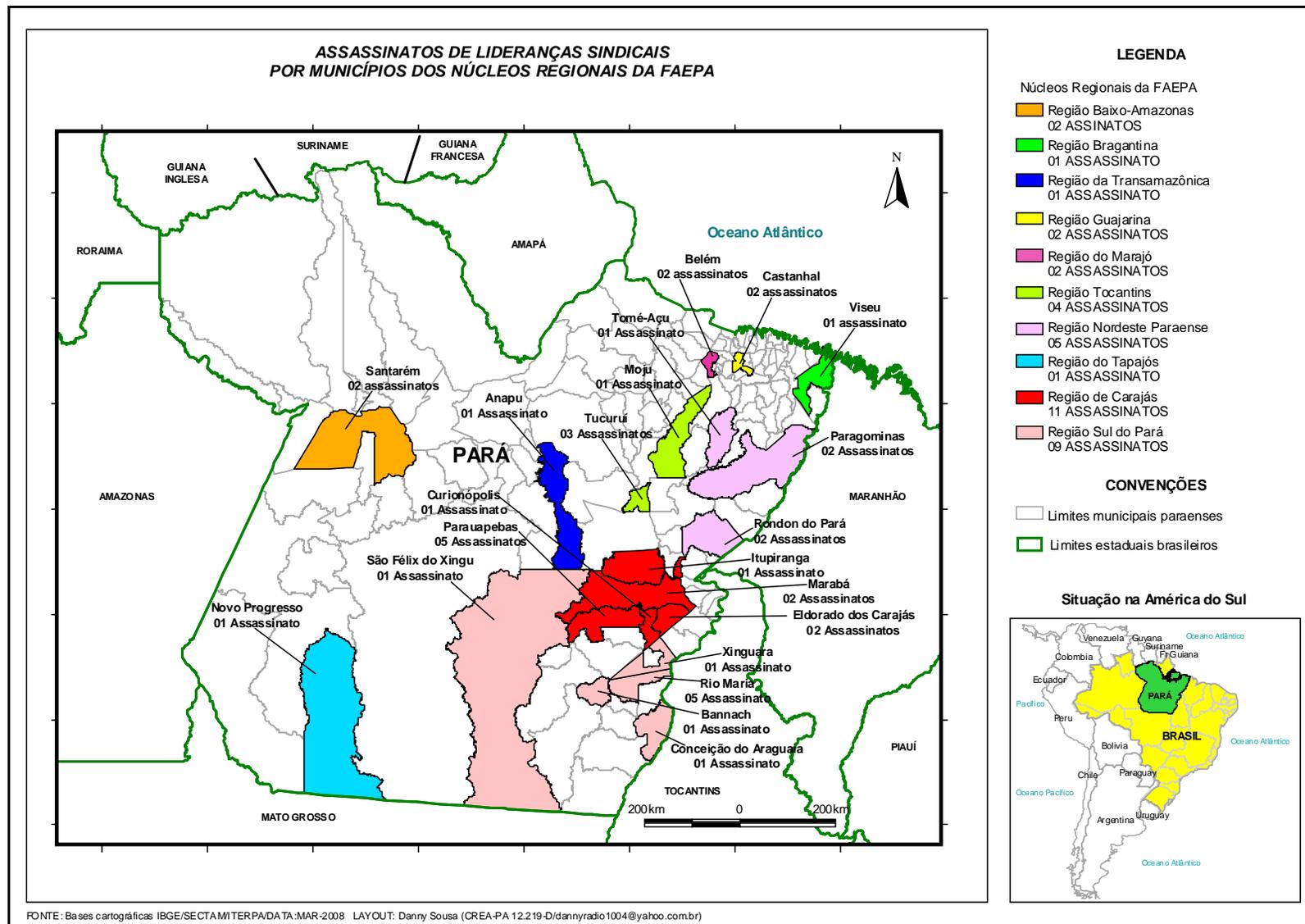


Figura 9 Assassinatos de Lideranças Sindicais por Municípios dos Núcleos Regionais da FAEPA
Fonte: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007 e MST (1987). Elaborado por AFSJ e DSS.

Os sindicatos patronais passaram e continuam sendo dirigidos por lideranças locais, ligadas às grandes propriedades de terras, e vinculados a empresas agropecuárias, como destaca Fernandes (1999, p. 122), quando se reporta ao Sindicato Rural de Redenção, dirigido por Geovanni Correia Queiroz, médico, ex-prefeito de Conceição do Araguaia e proprietário rural, cuja liderança é canalizada para a política partidária, exercendo cargos no executivo municipal e no legislativo estadual e federal; Sindicato Rural de Xinguara, dirigido por Elvirio Arantes, liderança política e gerente das empresas do grupo Quagliato; e do Sindicato Rural de Rio Maria do qual participa o grupo Renor, da Serraria Maginco, através de Darci Luiz C. Renor e o Prefeito da época, Vantuir Gonçalves de Paula.

De acordo com a Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA (2007a), os Sindicatos Patronais Rurais - SPR,s, são entidades que congregam os proprietários rurais, os empresários rurais, fazendeiros, ruralistas ou produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas, proprietária ou não, que desenvolvem, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporários, diretamente ou por intermédio de prepostos). As categorias de contribuintes da previdência social rural são Agroindústria, Confederação, Federação e Sindicato Rural, Cooperativas de produtores rurais, Consórcio simplificado de produtores rurais, Prestador de mão-de-obra rural, Produtor rural pessoa física (contribuinte individual), Produtor rural pessoa física (segurado especial) e Produtor rural pessoa jurídica.

O conceito de empregador rural, pessoa física, proprietária ou não de terra, que explora atividade econômica rural, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados (INSS/SENAR, 2006), pressupõe análise a partir do fortalecimento e generalização da categoria representada pela Federação, podendo ser uns dos motivos que fez com que os sindicatos patronais se multiplicassem nos mandatos de Carlos Fernandes Xavier (1989 - 2010), pois a generalização do empregador rural vai proporcionar um espraiamento dos sindicatos fortalecendo a Federação.

4.3 PERFIL SOCIAL DO PATRONATO RURAL PARAENSE

As diretrizes desencadeadas neste momento da pesquisa foram reflexos da discussão estabelecida por Castro (1992) no que concerne ao *mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. São discutidas as estratégias políticas conservadoras, a relação entre o perfil da elite política e suas alianças e, fundamentalmente, a relação entre a decisão política e a organização do espaço sócio-econômico regional.

Discutir empiricamente a categoria político-social do patronato rural paraense impõe dificuldades, devido à extensão ou restrição que o termo comporta, através de categorias genéricas utilizadas para compreensão por meio de diferentes perspectivas. Desta forma, a reflexão assumiu um caráter espacial, descritivo e exploratório, tendo como base o conceito construído pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

Refletindo acerca do patronato rural paraense, conhecendo o perfil dos representantes, é possível deduzir suas estratégias no que diz respeito à obtenção de recursos de poder, proporcionando a identificação de pistas importantes para inferir seus posicionamentos político-ideológicos. Estabelecendo critérios básicos em nível de Estado, que muitas vezes são extrapolados, com relação à ação desta categoria que não é neutra nem inócua, possuem objetivos e produzem resultados contrapondo com outras personagens envolvidas na dinâmica fundiária. Desta forma, toda ação política proporciona rebatimentos espaciais, devido às relações sociais que são territorializadas.

4.3.1 Critérios ou indicadores utilizados para delinear o perfil do patronato rural paraense

Para construção dos critérios e indicadores a priori foram realizadas entrevistas com alguns funcionários da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA em setores que se consideram estratégicos como a Biblioteca e o Serviço Sindical de responsabilidade dos respectivos funcionários, a Sr^a. Alair Maria Botelho Alves, responsável pelo Serviço Bibliotecário desta entidade desde o ano de 2004 e o Sr. José Maria Santos, responsável pelo Serviço Sindical

com vínculo empregatício na Federação desde o ano de 1997. Os informantes disponibilizaram dados importantes, apesar de atuarem no quadro de funcionário desta entidade a aproximadamente quatro (04) e onze (11) anos, porém, os mesmos são parentes próximos de produtores rurais envolvidos nas diretorias desta Federação. A biblioteca funciona como fonte de informação e divulgação do pensamento patronal materializado em vídeos, folhetos, jornais, revistas e livros. O Serviço Sindical para este momento da pesquisa foi crucial, pois apresenta um banco de dados detalhados sobre os produtores rurais em todo o Estado, porém não foi disponibilizado para a pesquisa, obviamente por se tratar de documentos considerados sigilosos e estratégicos da Federação. A organização dos dados se deu a partir de entrevistas e conversas com o responsável pelo setor.

Como indicadores ou critérios para delinear o perfil social do patronato rural paraense junto a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Para - FAEPA foram selecionados os seguintes aspectos: 1) A atividade profissional principal anterior e/ou paralela às duas últimas diretorias da Federação; 2) Identificação da bancada ruralista na Assembléia Legislativa do Pará e na Câmara Federal; 3) Análise de dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Instituto de Terras do Pará - ITERPA e Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM referente a processos de regularização de grandes propriedades junto a Divisão de Cadastro dessas entidades.

Com relação ao primeiro aspecto as atividades foram agrupadas em duas (02) categorias: produtores rurais (conceito utilizado pela Federação) e profissionais liberais. A organização destas informações possibilitou considerações, que não se constituem novidades, entretanto são importantes para subsidiar a discussão e atingir os objetivos propostos durante a pesquisa.

Tabela 01 Atividade Profissional Principal dos Diretores da FAEPA

Período/Diretoria	Profissionais liberais	Produtores rurais	Sub-total
2004/2007	08	27	35
2007/2010	10	25	35
Total	18	52	70

Fonte: Faepa, 2008. Adaptado por AFSJ.

A análise dos dados com relação à atividade profissional principal das duas últimas diretorias da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA chama a atenção, primeiramente, para o reduzido número de profissionais liberais nas diretorias com os mandatos para 2004-2007/2007-2010. Dentre os membros que se autodenominam profissionais liberais (18) encontram-se as seguintes profissões: Bancário (02), Economista (04), Engenheiro Agrônomo (06), Pedagoga (02), Advogado (02) e Administrador de Empresa (02).

Com relação à categoria de produtores rurais (52), se dedicam a atividades do ramo da agropecuária. Devido à importância numérica como funcional dos produtores rurais na representação da Federação, identificou-se uma generalização de termos atrelados à categoria do patronato rural como os fazendeiros, pecuaristas, empresários rurais e ruralistas. Geralmente, os produtores rurais em suas diferentes representações possuem atividades nas cidades de origem, como grandes empresários ou comerciantes locais.

A análise também evidenciou a renovação existente nos cargos ocupados na Federação, ocorrendo de forma hereditária, através de uma estrutura tradicional, como forma de manter seus interesses e privilégios dentro da entidade. Geralmente, os membros das diretorias estão atrelados aos núcleos sindicais ou a sindicatos representativos com números expressivos de filiados como, por exemplo, de Novo Progresso com aproximadamente cinco mil filiados.

Os profissionais liberais inseridos na composição das diretorias ocuparam e ocupam cargos de chefia junto às secretarias estaduais e em órgão que tem parceria com o governo como: Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará - SAGRI, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Junta Comercial do Pará - JUCEPA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Academia Paraense de Jornalismo - APJ.

Outro fato que chamou a atenção foi à presença de somente duas (02) mulheres nas composições das chapas estudadas, representando os sindicatos de produtores rurais de Curionópolis e o sindicato de produtores rurais de Santa Izabel do Pará/Santo Antônio do Tauá. Somando a participação das mulheres na Federação pode-se mencionar um total de cinco (05). Além dos sindicatos citados acima são dirigidos por mulheres os sindicatos de Anajás, Benevides e Muaná, situação que registra traços de tradicionalismo e verticalização na estrutura organizacional da Federação.

Tabela 02 Identificação de Deputados Estaduais e Federais com Vínculo com a FAEPA

Partido Político	Nº Dep. Estaduais	Nº Dep. Federais	Nº Dep. Estaduais com Vínculo	Nº Dep. Federais com Vínculo
PR	02	–	–	–
PSDB	10	03	04	01
PT	06	03	–	–
PMDB	08	06	04	04
PPS	02	–	–	–
PSB	01	–	–	–
PV	02	–	01	–
PTB	04	–	01	–
PFL/DEM	03	02	01	01
PP	01	01	01	01
PSC	–	01	–	01
PDT	01	01	–	01
PRB	01	–	–	–
Total	41	17	12	09

Fonte: Assembléia Legislativa do Pará (2008). Adaptado por AFSJ.

No que concerne à identificação de Deputados Estaduais e Federais com vínculo com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA dos quarenta e um (41) Deputados Estaduais, doze (12) estão atrelados à Federação. Os dados são comprovados segundo a análise realizada junto a Assembléia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA (2008), no setor de departamento de pessoal, sobre as áreas de atuação e atividades profissionais desempenhadas antes dos mandatos, além do discurso e estudo referente aos históricos dos Deputados, trazendo informações gerais dos mesmos. Os partidos políticos são representados pelo PSDB (04): Cezar Colares, Bosco Gabriel, José Megale e Manoel Pioneiro. PMDB (04): Alessandro Novelino, Antônio Rocha, Domingos Juvenil e Parsifal Pontes. PV (01): Gabriel Guerreiro. PTB (01): Junior Ferrari. PFL/DEM (01): Márcio Miranda e PP (01): José Neto.

No dia 11 de maio do ano de 2007, a Assembléia Legislativa do Pará - ALEPA realizou uma sessão especial para debater a situação da cadeia produtiva da Pecuária no Pará. O autor do requerimento que deu origem à reunião, Deputado

José Megale Filho, Agrônomo, Delegado representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá junto a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará - SAGRI e líder do PMDB, tinha como objetivo analisar o quadro pecuário e sugerir metas e diretrizes para o desenvolvimento e crescimento do setor. Estiveram presentes durante a reunião diversos órgãos e personalidades do setor representando a Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará - SAGRI, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA, Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PA, Agência do Desenvolvimento da Amazônia - ADA, Associação Rural de Pecuária do Pará - ARPP, Banco da Amazônia - BASA, Banco do Brasil e Associação Paraense de Criadores de Búfalo.

Através dos participantes presentes na reunião pode-se verificar o caráter empreendedor deste setor, o nível de organização e articulação dos produtores rurais com a bancada ruralista desta casa, que para o Deputado José Megale:

O desafio maior é fazer o inter relacionamento entre os segmentos fornecedores da cadeia produtiva em nosso Estado, como fornecedores de insumos, bem como ainda, a interface com outros agentes que impactam na formação dessa cadeia como associações de classes, instituições de ensino e pesquisa, extensão rural, sistema financeiro, além de órgãos ligados ao comércio exterior, ao sistema financeiro, aos sistemas de defesa e inspeção sanitária e transporte. (ALEPA, 11/05/2007).

O compromisso com o setor patronal é evidente pelo discurso apresentado pelo parlamentar preocupado em solucionar os problemas da pecuária paraense administrada pelos produtores rurais ligados à Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA responsáveis pela concentração fundiária e o aumento dos conflitos agrários no espaço paraense. Os setores menos privilegiados que compõem a dinâmica fundiária, oponentes do patronato rural, sequer foram convidados para participar da reunião, pois o agricultor familiar participa desta cadeia de produção, porque vende sua força de trabalho ou a sua pequena produção para as grandes empresas do setor, fatos registrados no Nordeste e Sudeste do Estado do Pará.

Em outro momento, o discurso apresentado pelo ex-presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas, o Deputado Estadual Bosco Gabriel (PSDB),

afirma sua relação com a Federação em defesa ao Agronegócio no Estado e na sua área de atuação, ligado ao setor madeireiro, compreendendo os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Tailândia, São Domingos do Capim, Rondon do Pará e Ipixuna do Pará.

No Brasil o Agronegócio sempre sustentou o país nos piores momentos de crises econômicas. Foi do campo com supersafras, investimentos e suor do produtor rural, que vieram as soluções. No Pará, onde a produção se interiorizou e se expandiu muito nos últimos dez anos, desenvolvendo os municípios, o movimento não é diferente. Agora esse capital social que gera emprego e renda está em risco. O que se vê é a falta de regularização fundiária, insegurança jurídica e policial em áreas produtivas, invadidas e pressionadas por grupos que se dizem sociais, mas na verdade servem a propósitos ideológicos e partidários. Há também uma legislação caduca, que fixa a reserva ambiental em 80% até mesmo para áreas 100% desmatadas. Esse conjunto de barreiras afugenta os investimentos e desestimula os produtores, com graves conseqüências à economia estadual, ao combate ao desemprego e à pobreza (Entrevista do Dep. Estadual Bosco Gabriel ao Jornal Pará Rural em novembro de 2007).

Outro discurso apresentado ao jornal *Pará Rural* de responsabilidade da Federação foi do Deputado Estadual Márcio Miranda (PFL/DEM), enfatizando:

A classe política não pode ficar omissa, assistindo o homem matar o homem pela posse da terra, com tanta terra neste Estado. Sou testemunha de que a FAEPA propôs à presidência da Assembléia Legislativa disponibilizar milhares de hectares de terras para fins de reforma agrária no Estado, num grande pacto social pela paz no campo. Isso é louvável. Uma sociedade com justiça social só virá com renda e empregos gerados pela produção urbana e rural. No Pará, o agronegócio precisa ser fortalecido, inclusive coma garantia do Estado de Direito, para que promova benefícios sociais. Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário têm o dever de dialogar e construir esse pacto (Entrevista ao jornal Pará Rural, novembro de 2007)

Com relação aos Deputados Federais, dos dezessete (17) pertencentes à bancada paraense, nove (09) possuem vínculo com a Federação. Dados comprovados através do discurso apresentado pelos mesmos, além da área de atuação e atividades profissionais desenvolvidas antes do mandato. Os partidos políticos são representados pelo PSDB (01): Wandenkolk Gonçalves. PMDB (04): Jader Barbalho, Elcione Barbalho, Bel Mesquita e Asdrúbal Bentes. PFL/DEM (01): Lira Maia. PP (01): Gerson Peres. PDT (01): Giovanni Queiroz e PSC (1): Zequinha Marinho. De acordo com o discurso podemos analisar o compromisso dos Deputados com a Federação.

Já manifestei pessoalmente ao Presidente da FAEPA, Carlos Fernandes Xavier, a minha solidariedade em relação à Nota Oficial de alerta às autoridades e à sociedade paraense em relação ao clima de instabilidade promovido por alguns grupos que, se considerando acima da lei, afrontam o direito de propriedade e chegam à violência física e até o homicídio, como o documento bem denuncia. O Pará que tem vocação para o Agronegócio, isto é, para a geração de empregos e renda no meio rural, objetivando a produção agrícola, não pode ser inviabilizado em seu direito ao desenvolvimento por facções que não têm nenhum compromisso com o presente e futuro do povo paraense. A FAEPA há de merecer, por parte das autoridades federais e estaduais, bem como dos paraenses preocupados com o Pará, integral apoio neste momento. O problema não é da FAEPA. É de todos nós. É do Pará. (Entrevista do Dep. Federal Jader Barbalho (PMDB) ao Jornal Pará Rural em novembro de 2007).

Na mesma linha de pensamento de Jader Barbalho, o Deputado Federal Asdrúbal Bentes (PMDB), com base política no Sudeste do Estado salientou:

A violência no país alcança as raias do absurdo. Não se pode mais tolerar que malfetores continuem a agir impunemente, afrontando as instituições e os direitos constitucionalmente assegurados. Impõe-se uma rápida ação do poder público para coibir as crescentes práticas de tais atos, sob pena de falência do Estado de direito. No Pará, a ausência do Estado é notória, principalmente nas regiões mais distantes da capital, como o Oeste, o Sul e o Sudeste. Daí a justa reclamação dessas populações pela presença do Estado, até mesmo pela criação de novas unidades federativas (Entrevista concedida ao jornal Pará Rural em novembro de 2007).

O Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves (PSDB), ex-diretor da Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará - SAGRI estabeleceu o seguinte comentário:

O setor produtivo chegou ao limite do suportável. Em três oportunidades ocupei a tribuna do Congresso Nacional para denunciar e, ao mesmo tempo, externar preocupação com o descaso dos Poderes Públicos Constituídos, que assistem passivamente a onda de constrangimento, terrorismo, ameaças e intimidações contra o empresário rural. Pseudo-movimentos sociais abrigam bandidos e desordeiros, que a cada momento desrespeitam o Estado de Direito e o direito à propriedade, provocando insegurança e desaceleração do processo de desenvolvimento do nosso Estado. Historicamente, o setor produtivo tem sido parceiro do governo na geração de renda e emprego. Hoje, no entanto, não vem recebendo tratamento condizente com sua importância. Portanto, externamos publicamente nossa indignação e revolta, repudiando esses movimentos que prestam desserviços ao nosso Estado. Solicitei providências ao Congresso Nacional, bem como a inclusão da nota de repúdio da FAEPA nos anais da Casa" (Entrevista ao Jornal Pará Rural em novembro de 2007).

Ao entrevistar o Presidente da Federação Carlos Fernandes Xavier, no dia 13 de fevereiro de 2008, enfatizou:

a importância de estreitar relações com a bancada ruralista no Estado e em Brasília, pois desta forma os produtores rurais serão incentivados a lutar pela sua representatividade. Frisou que tudo se dá em função de questões políticas ou políticas partidárias, sendo assim é de fundamental importância à parceria com os deputados e políticos municipais, estaduais e federais (FAEPA, 2008 a).

A atuação do presidente da Federação Carlos Fernandes Xavier em prol dos interesses dos produtores rurais do Estado tem lhe proporcionado algumas condecorações como a que recebeu no dia 11 de março de 2008 a título de “Mérito Agropecuário do ano de 2007”, concedido pela Associação Rural de Pecuária do Pará - ARPP através do seu presidente Armando Augusto Dacier Lobato, conhecido no meio empresarial rural por Guto Lobato. Ao se pronunciar Carlos Fernandes Xavier disse:

Que o mérito se devia muito mais à atuação à frente da FAEPA na luta pela liberação das exportações do Pará a cento e oitenta (180) países, do que propriamente à sua condição de pecuarista “de final de semana”, como ele se definiu. Tenho estado muito mais à frente dos incentivos à nossa produção como um todo, por sermos o quarto maior rebanho do Brasil e o setor que mais emprega no Pará, com quarenta (40) mil empregos diretos (FAEPA, 2008 b).

Os depoimentos mencionados anteriormente pela bancada ruralista e pelo presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA tem como referência a defesa do agronegócio paraense, através de propostas voltadas para grandes empreendimentos, aceleração da mecanização dos meios de produção utilizados no setor rural, industrialização do setor madeireiro contribuindo para o aumento do processo de concentração fundiária e a desigualdade social no campo.

A categoria patronal assume em seus discursos o princípio da legalidade e uma concepção antropocêntrica. Entretanto, seus atos são contraditórios como mostram as estatísticas apresentadas nos **Quadros 18 e 19**, além da falta de sensibilidade com os trabalhadores rurais em desvantagens na luta contra a concentração fundiária e uso e domínio do território.

No que diz respeito à análise de dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Instituto de Terras do Pará - ITERPA e Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM verificou-se as Autorizações de Uso de Bem Público - ADIP'S, emitidas em 2003/2004 e 2005/2006 ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e 2006 expedidas à Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM, além da distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural a partir de cinquenta (50) imóveis, critério estabelecido para facilitar a organização dos dados que foram adaptados na construção das **Tabelas 03, 04, 05 e 06** de acordo com a regionalização apresentada pela Federação. (Ver **Quadro 14**).

Tabela 03 Autorizações de Uso de Bem Público, emitidas em 2003/2004 pelo IBAMA

Nº da Autorização	Emissão	Interessado	Município	Validade (dias)	Area (há)
00001/2003	10/10/2003	Francisco Cunha da Silva	Porto de Moz	180	2.515,3043
00002/2003	10/10/2003	Reinaldo Lima e Silva	Porto de Moz	180	2.491,4246
00003/2003	10/10/2003	Internacional Madeiras Ltda	Porto de Moz	180	4.286,4551
00004/2003	10/10/2003	André Ribeiro Cordeiro	Juruti	180	2.493,6912
00005/2003	10/10/2003	C.N.I Madeiras Ltda	Porto de Moz	180	4.379,1298
00006/2003	10/10/2003	Wagner Rogério Lazaroni	Porto de Moz	180	1.862,0796
00007/2003	20/10/2003	Sta. Rosa Ind. Com. Benef. Madeiras Ltda	Oeiras do Pará	180	2.416,3643
00008/2003	21/10/2003	Vera Cruz Exp. Ind. Com. S/A II	Portel	180	7.990,1455
00001/2004	05/02/2004	Samuel Lopes Vieira	Portel	180	2.497.8063
00002/2004	16/02/2004	Vera Cruz Exp. Ind. Com. S/A II	Portel	180	2.460,1227
				Total	33.392,5237

Fonte: Instituto de Terras do Pará - ITERPA, 2003/2004. Adaptado por AFSJ.

De acordo com a **Tabela de nº 03** existe uma concentração de pedidos de autorizações de uso de bem público entre o período de 2003/2004 para a região do Baixo Amazonas, representado pelo município de Juruti, seguidos dos municípios de Porto de Moz, Portel e Oeiras do Pará, localizados respectivamente na região do Marajó. A autorização volta-se para atividades extrativas vegetais e minerais muito frequentes nestes Municípios. Vale ressaltar que para a Federação os municípios de Porto de Moz, Portel e Oeiras do Pará estão localizados no Núcleo da Região do Marajó.

Tabela 04 Autorizações de Uso de Bem Público, emitidas em 2005/2006 pelo IBAMA

Nº da Autorização	Emissão	Interessado	Município	Val. (ano)	Área (ha)	Upa (ha)
000001/2005	28/06/2005	Vera Cruz I	Portel	1	7.990,1455	1.990,2479
000002/2005	28/06/2005	Vera Cruz II	Portel	1	2.460,1227	741,9270
000003/2005	06/07/2005	Juruá Florestal	Mojú	1	4.830,0000	1.156,0000
000004/2005	19/07/2005	Tigre Timber	Prainha	1	7.175,8460	2.529,7480
000005/2005	01/08/2005	Wilton Martins Almeida	Paragominas	1	2.419,5760	500,6990
000006/2005	01/09/2005	Global Ind. Com. Nav. Ltda	Portel	1	5.027,0860	709,0420
000007/2005	08/09/2005	Marilei dos Santos de Almeida	Portel	1	1.948,1710	902,1820
000008/2005	09/09/2005	Claudete O. T. Mocellin	Bagre	1	2.416,1760	980,3380
000009/2005	09/09/2005	Pedro da Silva Souza	Mojú	1	2.493,1850	694,0180
000010/2005	21/09/2005	Iracelia Lima Menezes	Melgaço	1	4.886,9050	312,5750
000011/2005	23/09/2005	Madeiras Cunha Ltda	Melgaço	1	2.032,7950	498,3550
000012/2005	03/10/2005	Helton Martinelli	Portel	1	2.323,9570	1.321,4560
000013/2005	31/10/2005	Francisco Rubens L. Castro	Portel	1	2.584,7730	1.640,0630
000014/2005	28/11/2005	Serraria Lima Ind. Com. Ltda	Bagre	1	809,7850	809,7850
000015/2005	28/11/2005	Sérgio Mocelin	Bagre	1	2.498,6310	2.498,6310
000016/2005	02/12/2005	Madeiras Filter Ltda	Bagre	1	2.496,3170	1.324,4390
000017/2005	02/12/2005	Rivaldo Salviano Campos	Porto de Moz	1	2.498,9040	959,3910
000018/2005	07/12/2005	Agro Industrial Bujarú Ltda	Portel	1	2.436,2340	1.593,7550
000019/2005	16/01/2006	Re Sangalli Com. Imp. Exp. De Madeiras	Portel	1	1.045,1570	1.045,1570
000020/2005	25/01/2006	Macasa – Madeiras Acará Ltda	Bagre	1	2.022,6700	1.032,4850
TOTAL					62.396,4362	23.240,2939

Fonte: Instituto de Terras do Pará - ITERPA, 2005/2006.

A partir do ano de 2005/2006, as solicitações das autorizações de uso de bens públicos foram ampliadas (ver a **Tabela 04**) conseqüentemente o número de municípios aumentou, entretanto, os municípios da Região da Ilha de Marajó se destacaram em função da atividade madeireira, principal fonte de renda da região seguida da pecuária e historicamente explorada nestes municípios pelos empresários locais, estabelecendo transações comerciais internacionais, haja vista que a madeira é um dos principais produtos de exportação do Estado do Pará.

A Região Nordeste Paraense é representada pelo município de Paragominas que desenvolve atividades econômicas semelhantes com os municípios citados na Região do Marajó, entretanto, com mais pujança econômica.

Tabela 05 Autorizações de Uso de Bem Público, emitidas em 2006 pela SECTAM

ADIP	Emissão	Interessado	Município	Val. (ano)	Área (ha)	Upa (ha)
000021/2006	10/10/2006	José Ramos de Oliveira	Santarém	1	2.229,3690	980,5100
000022/2006	10/10/2006	Elmo Balbinot	Portel	1	1.701,0250	1.039,1970
000023/2006	06/10/2006	Rejane Guedes de Moura	Prainha	1	2.427,0630	606,7040
000024/2006	11/10/2006	Samuel Lopes Vieira	Portel	1	2.497,8320	646,2750
000025/2006	11/10/2006	Promap – Prod.de Madeiras do Pará Ltda.	Portel	1	2.498,7750	1.038,2830
000026/2006	11/10/2006	Nivaldo Rodrigues de Souza	Prainha	1	2.271,7370	2.463,1730
000027/2006	19/10/2006	Rosenil Vaz de Sousa	Santarém	1	2.514,0830	708,7540
000028/2006	19/10/2006	Alfredo Sippert	Santarém	1	2.460,9040	700,0120
000029/2006	24/10/2006	Erivan Rodrigues Apinagés	Santarém	1	1.598,4770	984,0090
000030/2006	24/10/2006	Wantoil Silvano Pereira	Prainha	1	2.488,0910	2.440,8210
000031/2006	24/10/2006	Paulo César Teófilo	Prainha	1	2.469,8700	2.430,3150
000032/2006	24/10/2006	Ind. Mad. Acaime Trans-Uruará Ltda.	Prainha	1	2.500,7980	623,8630
000033/2006	03/11/2006	Francisco de Sousa	Santarém	1	2.504,7030	499,9600
000034/2006	06/11/2006	Sebastião Gonçalves Lobato	Rondon do Pará	1	2.382,6610	595,8760
000035/2006	08/11/2006	Jéferson Aurélio A. Rodrigues de Araújo	Santarém	1	2.498,5950	700,0760
000036/2006	23/11/2006	Matell Madeireira Aviv Ltda	Portel	1	1.805,0910	169,1480
000037/2006	23/11/2006	Edmar Rufino Borges	Acará	1	1.129,9590	586,2640
000038/2006	24/11/2006	Vera Cruz Exp. Ind. e Com. S/A	Portel	1	2.460,1340	1.189,8980
000039/2006	06/12/2006	Karine Inara Bortolanza	Bagre	1	2.499,4040	480,7630
000040/2006	07/12/2006	Lílian Inedina Teixeira Mainardi.	Portel	1	2.240,9010	506,3520
000041/2006	15/12/2006	Laminadora Boaretto Ltda- EPP	Mojú	1	2.207,6240	806,5540
000042/2006	20/12/2006	José Flávio dos Santos Alves	Prainha	1	2.517,4360	2.503,6740
000043/2006	20/12/2006	Thyciane Mara Bortolanza	Bagre	1	2.485,0290	448,1690
000044/2006	28/12/2006	São Marcos Madeiras Ltda	Mojú	1	1.440,0050	983,0710
000045/2006	28/12/2006	Fernando T.de Araújo da Costa Negraes	Anapú	1	2.495,3120	1.016,8910
TOTAL					56.324,8780	25.148,6120

Fonte: Instituto de Terras do Pará - ITERPA, 2006. Adaptado por AFSJ.

Os dados demonstrados na **Tabela 05** indicam uma retomada do vigor econômico e patronal nestas áreas, reordenando a territorialidade das categorias

abastadas paraenses. A partir do ano de 2006, as autorizações solicitadas junto ao Instituto de Terras do Pará - ITERPA e Secretaria Executiva Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM foram direcionadas para o núcleo da Região do Baixo Amazonas, representado pelo município de Santarém, seguido do núcleo da Região Marajó, representado pelos municípios de Portel, Acará e Bagre e timidamente aparecem os municípios que representam o núcleo da Região da Transamazônica (Anapu e Prainha), da Região do Tocantins (Moju) e do Nordeste Paraense (Rondon do Pará). Algumas modificações ocorreram a partir do ano de 2005 e 2006, pois a validade concedida passou de 180 dias para um (1) ano com o aumento de solicitações via pessoas físicas.

É importante lembrar que a pesquisa adota regionalização utilizada pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA através de núcleos segundo a distribuição das microrregiões geoeconômicas do Estado do Pará (ver **Quadro 14**).

Tabela 06 Distribuição do Número de Imóvel, segundo a Categoria de Imóvel Rural (Grande Propriedade – a partir 50 Imóveis).

MUNICÍPIO	GRANDE PROPRIEDADE		TOTAL	
	IMÓVEIS	ÁREA (ha)	IMÓVEIS	ÁREA (ha)
Acará	109	370.710,8	2.198	476.336,9
Almerim	83	1.427.344,4	1.262	1.583.148,9
Altamira	766	8.312.596,0	2.325	11.592.688,4
Anapú	127	321.856,4	476	368.972,3
Aveiro	326	803.159,3	1.839	970.665,1
Baião	52	111.700,9	1.851	196.975,3
Chaves	74	539.617,4	331	584.663,4
Conceição do Araguaia	110	494.308,4	1.855	727.787,2
Cumarú do Norte	106	1.035.613,9	240	1.057.745,9
Curionópolis	60	198.477,9	180	229.405,0
Dom Eliseu	115	269.604,4	675	404.792,6
Ipixuna do Pará	68	314.174,1	1.017	362.020,7
Itaituba	920	2.263.347,7	2.941	2.988.385,8
Itupiranga	97	1.733.060,6	1.743	1.901.649,4
Jacareacanga	191	406.540,1	461	567.423,9
Juruti	83	226.969,9	1.013	284.222,7
Marabá	502	4.089.015,4	3.290	4.504.755,9
Medicilândia	102	236.315,8	1.800	409.113,6
Moju	322	2.435.239,3	3.119	2.727.833,8
Monte Alegre	97	301.581,4	2.084	451.438,7
Novo Progresso	740	1.753.500,2	1.996	2.191.569,1
Novo Repartimento	69	1.063.738,7	1.543	1.185.971,4
Ourilândia do Norte	59	159.775,0	1.278	270.754,4
Pacajá	373	1.504.235,5	2.139	1.977.350,9
Paragominas	445	1.583.910,6	1.566	1.734.557,4
Portel	587	2.498.313,8	2.335	3.082.772,3
Porto de Moz	202	763.429,8	825	898.727,6
Prainha	92	309.847,8	532	387.632,6
Redenção	59	246.654,8	628	348.608,4
Rio Maria	82	224.915,0	769	331.068,4
Rondon do Pará	178	566.911,8	973	727.309,1
Rurópolis	141	417.744,5	1.247	579.593,7
Santa Maria das Barreiras	122	783.906,7	415	877.506,4
Santana do Araguaia	148	1.267.558,7	435	1.346.020,7
Santarém	314	895.403,5	7.341	1.502.873,6
São Domingos do Capim	144	484.604,5	1.394	696.567,6
São Felix do Xingu	1.094	8.185.931,7	3.210	8.830.484,4
São Geraldo do Araguaia	52	257.535,5	1.357	406.043,3
Senador José Porfírio	90	399.047,0	1.509	684.837,3
Tailândia	92	312.905,8	1.469	412.130,6
Tomé-Açu	144	397.703,4	2.641	559.918,1
Trairão	290	824.806,6	827	949.393,5
Ulianópolis	105	366.899,9	853	450.406,0
Uruará	195	432.731,3	1.425	675.472,9
Viseu	94	382.513,9	1.052	480.052,7
Vitória do Xingu	59	206.032,3	652	287.024,6
Xinguara	105	419.553,3	1.124	545.425,2

Fonte: INCRA/DF/DFC-Apuração Especial n.º 00588-SNCR-Dezembro/2005.Adaptado por AFSJ.

Os dados apresentados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2005) no que concerne a distribuição do número de imóveis e área total segundo a categoria de imóvel rural (Grande Propriedade) nos municípios paraenses a partir de cinquenta (50) imóveis demonstrou uma dinâmica maior em relação às tabelas anteriores, proporcionando uma representatividade dos municípios do Sudeste Paraense. Concomitante a estes dados estatísticos Borges (2001) enfatiza que o efetivo bovino da Mesorregião do Sudeste do Estado do Pará é o maior do estado com 4.891.744 bovinos representando aproximadamente 64,88% do rebanho paraense. Situação que ajuda a compreender tal concentração.

De acordo com a regionalização da Federação e os dados apresentados na **Tabela 06** registrou-se a seguinte distribuição: o **Núcleo da Região do Sul do Pará** representado por dez (10) municípios: Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Feliz do Xingu, São Geraldo do Araguaia e Xinguara, compreende um total de mil e novecentos e trinta e sete (1.937) imóveis, ou seja, grandes propriedades. O **Núcleo da Região da Transamazônica** de acordo com os dados é representado por oito (08) municípios: Altamira, Anapú, Medicilândia, Pacajá, Prainha, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, abrangendo mil e oitocentos e quatro (1.804) grandes propriedades.

O **Núcleo da Região do Tapajós** é representado por seis (06) municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão que compreende cerca de dois mil e seiscentos e oito (2.608) imóveis. O **Núcleo da Região do Nordeste Paraense** apresenta seis (06) municípios: Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açú e Ulianópolis que corresponde a um mil e cinquenta e cinco (1.055) imóveis. O **Núcleo da Região do Baixo Amazonas** destaca quatro (04) municípios: Almerim, Juruti, Monte Alegre e Santarém, compreendendo cerca de quinhentos e setenta e sete (577) grandes propriedades.

O **Núcleo da Região do Marajó** apresenta quatro (04) municípios: Acará, Chaves, Portel e Porto de Moz, cobrindo novecentos e setenta e dois (972) imóveis. O **Núcleo da Região do Tocantins** destaca quatro (04) municípios: Baião, Mojú, Novo Repartimento e Tailândia, abrangendo quinhentos e trinta e cinco (535) grandes propriedades. O **Núcleo da Região de Carajás** é representado por três (03) municípios: Curionópolis, Itupiranga e Marabá, o que corresponde a seiscentos e

cinquenta e nove (659) imóveis rurais. O **Núcleo da Região Bragantina** é representado pelo município de Viseu com noventa e quatro (94) imóveis rurais e o **Núcleo da Região Guajarina** é representado pelo município de São Domingos do Capim com cento e quarenta e quatro (144) grandes propriedades.

No que diz respeito à participação dos municípios a região do Sudeste Paraense obteve maior representação, com dez (10) municípios, entretanto, no que se refere ao número de imóveis rurais, representado pela grande propriedade, houve uma concentração no Núcleo da Região do Tapajós com dois mil e seiscentos e oito (2.608) imóveis.

A leitura estabelecida a partir da análise das tabelas evidenciou que as solicitações de autorizações de uso do bem público concedidas pelo ITERPA e SECTAM são utilizadas por representantes genéricos do patronato rural paraense geralmente ligado ao setor madeireiro, que sobrevivem dos lucros provenientes da exploração de populações ribeirinhas, ou da classe menos favorecida. A rigor utilizam os recursos extrativos para num segundo momento introduzirem a cultura do gado.

Os dados disponibilizados pelo INCRA possibilitaram uma representatividade dos municípios que concentram grandes extensões de terras no Estado do Pará. A região do Sudeste Paraense concentrou maior número de municípios e a região do Sudoeste Paraense maior número de grandes propriedades rurais. A distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural, acima de cinquenta (50) imóveis proporcionou melhor esclarecimento a respeito da concentração fundiária e conseqüentemente dos conflitos rurais nestas regiões do Estado.

Entretanto, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, ao estabelecer o conceito de produtor rural mencionado na pesquisa engloba os atores que desenvolvem essas atividades e congrega em seus sindicatos e núcleos regionais fortalecendo sua representatividade a exemplo do Sindicato dos criadores de peixes ornamentais e de consumo, de animais terráneos de animais silvestres para ornamentos, aves, répteis, batráquios, e anfíbios para ornamento e consumo de plantas ornamentais, medicinais, extratos e ervas do Estado do Para - SINDIFAUNA e do Sindicato dos produtores de palmáceas econômicas do Estado do Pará - SINDPALMA.

Em meados de março de 2008 foi realizado no Estado do Pará a Operação Arco de Fogo, com o objetivo de conter o desmatamento ilegal, compreendendo os órgãos fundiários, ambientais, polícia federal e militar e o exército. A operação foi centralizada no Sudeste do Estado, tendo como alvo o município de Jacundá, que não registra solicitação do uso de bem público nas **Tabelas 03, 04 e 05** apresentadas nesta pesquisa e excluído da **Tabela 06** por apresentar somente dezenove (19) imóveis rurais, ou seja, dezenove (19) grandes propriedades, confirmando a atividade ilícita deste setor. A ministra do Meio Ambiente Marina Silva havia responsabilizado os madeireiros e produtores rurais pelo desmatamento ilegal no Estado em função da pressão para elevar a produção de soja e carne. O comentário gerou a insatisfação dos produtores rurais, que se pronunciaram por meio da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA através do presidente Carlos Fernandes Xavier, que enfatizou:

Não é mais possível aceitar, passivamente, sem o nosso reiterado protesto, que certas autoridades continuem a considerar o agronegócio como o vilão dos problemas ambientais, desfiando raivosas invectivas contra nossas atividades, esquecidas da real importância que temos para economia nacional e, em especial, a do Estado do Pará. Entendemos que medida de tal gravidade, que implica na interrupção da produção de alimentos, meio que sustenta milhares de famílias nos municípios atingidos, não pode ser tomada de forma açodada, com base em suposições despidas de fundamentação científica, sem que o Governo Federal tome para si a responsabilidade de investigar as reais causas do aumento do desmatamento e de combater diretamente os responsáveis pela atividade ilegal, em lugar de escolher o caminho mais curto e fácil, que atinge atividades econômicas consolidadas em áreas que há muito tempo estão destinadas ao cultivo, sem recorrer ao desmatamento de novas áreas para continuar em funcionamento (PARÁ RURAL, JANEIRO 2008).

Além da defesa divulgada no seu boletim informativo oficial, a Federação realizou no dia 17 de março de 2008 um encontro reunindo os produtores rurais do Estado tendo como pauta específica o Meio Ambiente, mobilizando seus pares para enfrentar o Governo Federal e se defender contra as acusações referentes ao desmatamento. Durante o encontro a Federação se pronunciou a favor da legalidade, e defendeu o agronegócio como atividade consolidada e geradora de desenvolvimento para o Estado. A entidade enfatizou que os grandes responsáveis pelo desmatamento na região são a ausência do Estado, a falta de regularização fundiária e o grande número de assentamentos rurais.

Para o Deputado Federal Zequinha Marinho (PSC), política ambiental não se faz sem política agrícola, ao comentar as medidas do governo federal no combate ao desmatamento na região Norte, especificamente no Pará. E comentou:

Se formos analisar a origem do problema, será possível culpar o sistema do governo federal que adota filhos e os deixa à margem sem ações efetivas e inteligentes no que diz respeito à política agrícola. Pois quando se fala em assentamentos é preciso garantir que aqueles assentados tenham capacitação e recebam incentivos para que possam evitar a agricultura itinerante. Esta sim é o maior problema ambiental que temos (PARA RURAL, FEVEREIRO 2008).

O discurso da Federação volta-se para o agronegócio, monocultura e a mecanização do campo. Atividade desenvolvida pelos produtores rurais que concentram áreas de terras acima de três (03) módulos rurais, constituindo uma pequena parcela com grandes extensões de terras, porém em muitos casos sem documentação fundiária da propriedade. A Confederação Nacional de Agricultura - CNA reconhece que diversos produtores rurais na região são ocupantes de terras públicas da União, de forma “mansa e pacífica”, há vários anos. Políticas públicas federais geraram uma série de situações ou títulos precários, tais como processos formalizados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, licença de ocupações, autorizações de ocupações, contratos de promessas de compra e venda de terras públicas federais, entre outros (PARÁ NEGÓCIO, 2008).

A invasão por parte do patronato em áreas da União recebe nomenclaturas e termos técnicos específicos para justificar que eles invadiram de forma “mansa e pacífica”, tentando justificar a ilegalidade, ou mostrar que são diferentes dos trabalhadores rurais, como se fossem os únicos atores sociais responsáveis pela produção de alimento no Estado, ignorando a produção oriunda da agricultura familiar que sustenta grande parte do mercado local. Retratam essa categoria político-social como desordeiros, baderneiros, agitadores e outras atribuições que desqualificam o trabalhador rural, acrescentando a culpa sobre o desmatamento na agricultura itinerante, ou seja, no trabalhador rural.

Diante desse contexto, a territorialidade patronal no Estado extrapola os dados apresentados nas tabelas citadas no decorrer da pesquisa, pois a Federação é representada por cento e vinte e oito (128) sindicatos que estão associados a dez (10) núcleos sindicais, que tem como objetivo integrar os sindicalizados à Federação, tornando-a representativa e sólida, promovendo cursos e capacitando os

produtores rurais. A **Tabela 06** destaca os núcleos representativos por meio da concentração fundiária de grandes propriedades justificando porque os conflitos ocorrem com mais intensidade nestes núcleos.

O curso de empreendedores rurais, cujo objetivo é desenvolver competências empreendedoras e lideranças no agronegócio, apresenta uma carga horária de cento e trinta e seis (136) horas, ministrados em treze (13) encontros anualmente, foi ofertado em nove (09) municípios considerados pólos pela Federação como Castanhal, Capanema, Paragominas, Tucuruí, Marabá, Redenção, Altamira, Itaituba e Santarém. Expressa a necessidade desta entidade em centrar suas atividades em cidades pólos, visando o desenvolvimento do agronegócio. As Câmaras Setoriais foram criadas para melhor identificar as necessidades do agronegócio e prever soluções. O Investe Pará é uma dessas propostas, que tem o objetivo de atrair e promover investimentos diretos, nacionais e internacionais capazes de desenvolver o setor agroindustrial do Estado do Pará. As Câmaras Setoriais e o Investe Pará são de responsabilidade do Conselho Estadual do Agronegócio que funciona como fórum privilegiado no encaminhamento, discussão e proposições para os problemas que afetam o setor produtivo rural.

A territorialidade patronal também é expressa na composição das diretorias identificadas no decorrer da pesquisa, que de acordo com o momento histórico foram representados por um conjunto de municípios de uma dada região. Fato consolidado a partir da composição da primeira chapa para a Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP em 1951, representada na sua maioria por produtores rurais dos municípios do Arquipélago de Marajó, presidida por José Manoel Reis Ferreira. O mandato (1968 - 1971) dirigido Vicente Balby Reale Júnior foi representado por produtores rurais da região Guajarina. Durante o triênio (1980-1983), presidido por Clodomir de Lima Begot prevaleceu os produtores rurais localizados na região Guajarina, com exceção do município de Marabá. Para o período de (1986 - 1989) dirigido por José Maria Pinheiro Conduru e Carlos Barbosa Pereira Lima, a Federação congregou municípios de outras regiões do Estado, com destaque para Altamira, Santarém, Marabá e Tomé-Açú. A partir de 1989 assumiu a presidência da Federação o produtor rural Carlos Fernandes Xavier, representante do Sindicato Rural de Paragominas, que descentralizou a Federação através dos Núcleos Sindicais, formando uma chapa com representantes de todos os núcleos da Federação. As duas (02) últimas diretorias (2004 a 2010) continuam representadas

por membros dos dez (10) núcleos sindicais, proporcionando uma ampla cobertura espacial através dos cento e vinte e oito (128) sindicatos.

Além da representação sindical, os encontros e eventos patronais constituem estratégias importantes do patronato rural para conseguir ampliar os números de sindicatos que é inferior ao da Federação dos trabalhadores de Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI e aumentar sua representatividade no Estado. Outro fator importante e estratégico utilizado pela entidade é o fortalecimento da bancada ruralista, pleiteando cargos de vereadores, deputados (estaduais e federais) para legislar em prol do patronato.

5 CONCLUSÃO

Discutir a territorialidade e representação do patronato rural paraense, não permite realizar uma abordagem simples. As dificuldades apresentadas durante a construção da pesquisa ocorreram em função do difícil acesso a documentos e referências bibliográficas que discutem o tema em voga, aliada ao tradicionalismo e estrutura vertical encontrada na Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA, objeto principal da pesquisa.

O estudo da trajetória das entidades patronais rurais no Brasil demonstrou as diferentes correntes de pensamentos mesclados no seio dos clubes, associações, sociedades, sindicatos, federações e confederações, possibilitando a formação de uma categoria político-social que de acordo com o período e fase da história brasileira receberam nomenclaturas diferentes. Influenciada pelo contexto político-econômico nacional, a patronagem rural paraense apresentou diferentes representações, acompanhada, a rigor, pelas atividades econômicas desencadeadas para a região ao longo dos anos.

As reflexões realizadas sobre as primeiras organizações patronais rurais no Estado, permitem afirmar que a partir do ano de 1825 a criação de milícias privadas comandadas por fazendeiros localizados na Ilha de Marajó, induziram mais tarde (1905) à criação do primeiro sindicato patronal rural paraense. A partir da contextualização histórica demonstrou-se a espacialização dos sindicatos patronais rurais, estabelecendo três (03) momentos de expansão das atividades econômicas, eixos significativos na configuração espacial do Estado, em períodos históricos diferentes, com destaque para Região de Marajó, do Nordeste e Sudeste Paraense.

Existiu uma concentração nos municípios do Arquipélago Marajoara, através do *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* (1905), em função da posição privilegiada desta região, devido o difícil acesso a outras regiões do Estado em função da infra-estrutura precária, pois o meio de transporte mais utilizado para o momento histórico foram as embarcações a vela e a vapor. O processo de descentralização ocorre a partir do uso de tecnologias empregadas pelo *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* entre 1905 a 1909, cobrindo os municípios do Nordeste Paraense e Baixo Amazonas.

A partir de então ocorreu a primeira expansão da pecuária, antes centrada no Arquipélago Marajoara para o Nordeste Paraense devido à construção da Ferrovia

Belém/Bragança e o processo de ocupação ao longo da mesma. O melhoramento de infra-estrutura ao Nordeste Paraense proporcionou o deslocamento de atividades agropecuárias em detrimento do Arquipélago Marajoara, que não estagnou sua produção bovina, porém seus produtores foram incentivados a transferir o gado para o Nordeste Paraense em função do escoamento e comercialização da produção em Belém.

A partir de 1910-1920 a economia da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) liderava o mercado local, nacional e internacional, sendo superada no final da década de 1920 pela produção da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K) em nível local. Durante este período a produção bovina era insignificante se comparada à produção extrativa dos produtos mencionados. Entretanto, os pecuaristas mantiveram suas produções e abasteceram o mercado local, fazendo desta atividade uma fonte segura de recursos, porém com lucros reduzidos quando comparados com as atividades extrativas da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) e da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K).

A falta de incentivos por parte do Estado que estava preocupado em sanar os prejuízos deixados com a decadência da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), fez com que a atividade da pecuária não crescesse com o declínio das atividades extrativas, porém mantiveram suas produções e aumentou suas remessas de lucros especulando o preço do gado, ato feito pelas famílias tradicionais do Arquipélago do Marajó.

Entre 1937 a 1945 iniciou-se um reordenamento econômico e político do país, através de diretrizes desencadeadas pelo Estado Novo, centrado no desenvolvimento urbano-industrial, em detrimento do modelo agrário-exportador. Neste contexto, o Estado prioriza as obras de infraestruturas, possibilitando a integração entre as regiões do país, construindo uma rede de rodovias federais e estaduais que facilitaram a entrada do capital internacional e nacional na Amazônia, situação que gerou desconforto para as oligarquias locais decadentes presentes no Estado.

Atrelado ao contexto acima, o surgimento de cooperativas e associações, incentivadas pela reativação da produção da borracha (*Hevea Brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) na Amazônia, fortalecendo uma nova categoria político-social denominada de patronato rural. Isto não põe fim as famílias tradicionais do Estado, que passaram por dificuldades econômicas e que reivindicaram junto ao governo,

através de um movimento conhecido como *neocabano* exigindo cumprimento de medidas que viessem atender suas necessidades. Estas famílias passaram por certa transição, incorporando traços de um capitalismo moderno, ajustando-se a uma categorial político-social tema de nossa pesquisa. Concomitantemente a esses acontecimentos, a pecuária continuou expandindo do Nordeste para o Sudeste, tendo como pólo a cidade de Marabá.

Entre o período de 1951-1954 temos o surgimento de Associações Rurais no Estado centralizadas no Nordeste Paraense, com exceção da Associação Rural de Marabá, localizada no Sudeste do Estado, anunciando-se como a nova fronteira. Neste contexto, a fundação da Associação Rural de Pecuária do Pará - ARPP em 1951, congregando as associações de três (03) pólos: Nordeste, Baixo Amazonas e Sudeste. No mesmo ano no dia 3 de setembro, ocorreu a primeira reunião para formação da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará - FAREP, ato que se consolida em 8 de setembro do ano corrente.

A partir de 2 de março de 1965 a FAREP foi substituída pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA de acordo com as exigências do Ministério do Trabalho e Previdência Social, através da Lei de n 4.214. Desde sua gênese (1951) até os dias atuais (2008), a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA foi presidida por oito (08) presidentes e uma junta governativa (1964-1965), fator que demonstra sólida estrutura da Federação, pois apresenta três (03) mandatos longos representados por José Manoel Reis Ferreira, treze anos (13), Vicente Balby Reale Júnior, onze anos (11) e Carlos Fernandes Xavier, vinte e um anos (21).

O grande divisor de águas na Federação ocorre a partir do ano de 1989, após a mudança da presidência de Carlos Barbosa Pereira Lima para Carlos Fernandes Xavier, devido o acréscimo de sindicatos junto a Federação, através de política de filiação de sindicatos, iniciando despersonalização do produtor rural em categorias genéricas. A partir do VI Encontro Ruralista realizado nos dias 7 e 8 de dezembro de 2006, em Belém, a Federação estabeleceu uma estratégia de regionalização do espaço paraense em núcleos sindicais, obedecendo critérios das microrregiões do Estado, criando dez (10) núcleos sindicais e ampliando o número de sindicatos junto à Federação. Até 1989 a Federação possuía dezessete (17) sindicatos, atualmente (2008) possui cento e vinte e oito (128).

O grande responsável pelo acréscimo de sindicalizados e sindicatos juntos à Federação são os eventos realizados pelos produtores rurais através do sistema FAEPA/SENAR/FUNDEPEC, responsáveis em representar o patronato rural paraense junto aos seus oponentes.

A regionalização em núcleos sindicais abriu grande ferida em áreas historicamente marcadas por conflitos significativos, em função da luta pela posse e uso da terra aumentando a rivalidade entre produtores rurais e trabalhadores rurais. O saldo desta rivalidade adicionou as estatísticas de impunidades e assassinatos no Estado do Pará. Percebeu-se também que o patronato rural paraense renova suas estratégias, porém utiliza as formas arcaicas de dominação sobre as classes subalternas, como o trabalho escravo, uso da força e violência. A partir dos anos de 1980, as mortes no Sudeste e Sudoeste paraense, assim como nas outras regiões do Estado ocorreram de forma seletiva.

Contudo as outras territorialidades, expressão utilizada nesta pesquisa para lembrar que a dinâmica fundiária compreende diversas personagens, como os índios, remanescentes quilombolas, trabalhadores rurais representados pela FETAGRI, MST e outras formas de organização social oponentes ao patronato rural paraense não estão de braços cruzados, também se articulam na contra hegemonia, organizando estratégias para frear as mazelas deixadas pela concentração fundiária no Estado.

No que concerne à territorialização e a representação do patronato rural paraense, verificou-se através da análise dos dados elaborados para estabelecer o perfil social do patronato que as duas (2) últimas composições de chapas presentes nesta Federação sob a presidência do produtor rural Carlos Fernandes Xavier encontra-se distribuída em todo o Estado através de cidades pólos, representadas pelos núcleos sindicais ou sindicatos patronais. A espacialização das chapas é uma forma estratégica de organização do patronato rural no Estado, via a Federação, fortalecendo sua representação e estabelecendo diálogos com todos os seus filiados, tornando-a política e economicamente mais sólida.

O fortalecimento da bancada ruralista constitui outra estratégia de organização do patronato rural, estabelecendo políticas visando o fortalecimento e o ingresso nas Câmaras Municipais e Federais, bem como na Assembléia Legislativa Estadual como indica a tabela referente à bancada ruralista, apontando que aproximadamente 30% dos deputados estaduais têm vínculo com a Federação,

debatendo e legislando em prol da categoria. Em nível federal esta bancada é representada com aproximadamente 53%, dados estatísticos que demonstram os investimentos nesta categoria profissional. O pleito de vereadores e deputados federais e estaduais no Estado do Pará fortalece a luta da Federação em descentralizar sua representação e fortalecer sua luta contra os trabalhadores rurais.

No que diz respeito aos documentos analisados provenientes dos órgãos públicos fundiários, verificou-se a retomada de áreas que atuam na exploração de recursos minerais e vegetais, existindo um aumento com relação às atividades vegetais, em particular a exploração da madeira. Durante o período de 2003/2004 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA autorizou somente alguns municípios do Oeste paraense e do Marajó. As diretrizes do governo federal em parceria com órgãos estaduais e municipais sobre a exploração dos recursos minerais e vegetais, fizeram com que algumas empresas localizadas nesses municípios representados por pessoas físicas ou jurídicas, atuassem de forma licita por meio da legislação ambiental, situação que não anula as atividades ilícitas no Estado. A ausência dos municípios do Nordeste e Sudeste paraense, regiões que durante a pesquisa sempre estiveram em voga, casou preocupação devido à quantidade de empresas e produtores rurais que desenvolvem atividades extrativas e minerais. Acredita-se que a atividade ilícita no Estado seja desenvolvida em estatísticas alarmantes.

Durante o período de 2005/2006, as autorizações de uso do bem público expedidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA não sofreram alterações. Houve um aumento com relação aos municípios de Marajó e a solicitação de somente um município do Nordeste paraense, no caso, Paragominas. Entretanto, o Sudeste paraense mais uma vez ausente dos pedidos de solicitações.

A partir do ano de 2006 as autorizações de uso de bem público emitidas pela Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM indicaram um espraiamento, descentralizando as atividades extrativas e minerais para outras regiões do Estado. O oeste paraense obteve uma representatividade maior, com destaque para Santarém e Prainha, seguidos de municípios de Marajó, Baixo Tocantins, e por fim o único representante do Nordeste paraense, o Município de Rondon do Pará. Lembrando que a forma de regionalização utilizada na pesquisa obedece aos critérios da Federação (consultar os Núcleos Sindicais da Federação).

Os dados disponibilizados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2005) demonstraram a concentração fundiária na região do Sudeste e do

Sudoeste Paraense, diferente dos dados apresentados nas **Tabelas 03, 04 e 05** que concentraram grandes extensões de terras no Baixo Amazonas e região do Marajó. As grandes propriedades disponibilizadas pelo INCRA compreendem quarenta e sete (47) municípios que correspondem a 33% do total de municípios do Estado do Pará (143) e não foram identificados seus proprietários devido o sigilo fiscal que a entidade vem mantendo sob exigências da Advocacia Geral da União - AGU tornando-se ausente os nomes dos produtores rurais que ocupam as grandes propriedades do Estado do Pará e das regiões em destaque.

De acordo com os levantamentos realizados durante a pesquisa a respeito da impunidade e violência contra trabalhadores e lideranças sindicais, religiosas e profissionais liberais envolvidos com a dinâmica fundiária, verificou-se que a região do Sudeste paraense que compreende os núcleos sindicais do Tocantins, de Carajás e do Sul do Pará adiciona um total de vinte e quatro (24) mortes de lideranças envolvidas com a questão agrária, distribuídos pelos municípios de Parauapebas (5), Rio Maria (5), Tucuruí (3), Marabá (2), Eldorado dos Carajás (2), Curionópolis (1), Moju (1), Itupiranga (1), Bannach (1), Conceição do Araguaia (1), São Felix do Xingu (1) e Xinguara (1). Desta forma, não foi localizado nas tabelas que disponibilizam dados a respeito do uso de bem público no Estado do Pará, fornecidos por órgãos fundiários, os referidos municípios com maiores índices de impunidade e assassinatos.

Isto faz crer, que grande parte das áreas localizadas no Sudeste do Pará não estão legalizadas. São áreas griladas e ocupadas por produtores rurais físicos ou jurídicos que se julgam donos de terras, e que durante anos receberam incentivos por parte do Estado para ocupar a região, acirrando os conflitos fundiários entre produtores rurais e outras categorias.

No Sudoeste paraense esta situação é mais delicada, principalmente em municípios atravessados pela BR - 163 (Cuiabá - Santarém) e BR - 230 (Transamazônica) como os municípios de Novo Progresso, Altamira, Trairão, Itaituba, Santarém, Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Pacajá, Anapú, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. Os estabelecimentos localizados às margens das Rodovias não apresentam documentos comprobatórios por parte dos órgãos fundiários, restando aos supostos donos de terras recibos sem valor jurídico de compra de terra, o recibo tem valor contra quem o emitiu, atestando o repasse da posse e não da propriedade da terra, fato comprovado através de um trabalho de

pesquisa realizado no período de 9 a 28 de junho de 2007, sobre educação patrimonial e prospecção visando à pavimentação das Rodovias citadas, uma parceria entre Universidade Federal do Pará e o Governo Federal. Outro enclave para os produtores rurais filiados a Federação são as áreas de reservas presentes nesta região de posse de populações tradicionais, tribos indígenas, e outras territorialidades sob a responsabilidade do Governo Federal, através dos órgãos ambientais e fundiários.

A falta de políticas públicas para o espaço rural paraense, visando à democratização do campo e direcionada para o camponês em suas diversas representações têm contribuído para o aumento do latifúndio, através da concentração de terras proporcionando conflitos entre as territorialidades que compõem esta dinâmica. A industrialização do campo e a utilização da monocultura divulgada e defendida pelos produtores rurais através da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA são discutidos como prioridades em pautas que tem como tema central a reforma agrária, têm adiado o sonho de uma categoria político-social que em algumas regiões do Estado como a do Sudeste ainda luta pela posse da terra como forma de sobrevivência.

Para realização desta pesquisa utilizaram-se vinte e seis (26) meses de estudos, incluindo os créditos obrigatórios e optativos, consulta em bibliotecas, coleta de dados, entrevistas, depoimentos, visitas aos órgãos fundiários e a Federação que permitiram apresentação deste documento. A experiência adquirida através de subsídios teóricos e práticos contribuiu para entender a complicada malha de relações que envolvem a dinâmica fundiária, além de um crescimento pessoal e acadêmico.

Não foi prioridade nesta pesquisa discutir os órgãos fundiários existentes e extintos, tão pouco aprofundar a discussão a respeito do campesinato através das diversas representações. Preocupou-se em demonstrar a forma de representação territorial apresentada pelo patronato a partir da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará - FAEPA.

O compromisso com a mudança da realidade rural paraense, proporcionou esforços e coloca este documento como uma alternativa aos trabalhadores rurais de conhecer as formas de organizações do patronato rural paraense. Documento que não esgota sua temática, porém fortalece a luta dos trabalhadores rurais em busca

da democratização no campo diferente da concepção patronal, que pensa a reforma agrária através da mecanização e do *agribusiness*.

Confirma-se, nesta reflexão, o caráter concentrador do patronato rural paraense, seja ele expresso pelas oligarquias do passado, seja pelas empresas do presente. A concentração se expressa pela extensão das terras, pela especialização das atividades restritas à exploração extrativa (comércio e indústria de madeiras, seringais e castanhais), à pecuária bovina, e a soja, cada vez menos empregadora de mão-de-obra e dependente de capital intensivo em maquinário, sementes selecionadas e produtos químicos.

O caráter excludente destas atividades favorecem o conflito, tornando o Pará no Estado mais conflitado da federação. Os conflitos se traduzem em ações violentas, das quais os assassinatos de lideranças sindicais camponesas são os indicadores mais evidentes.

Ainda que se alterem o foco de ação territorial do patronato rural paraense, não se modificam o seu caráter excludente e violento, o que requer novos estudos e investimento teórico para a compreensão de sua permanência histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A LAVOURA PARAENSE. Belém: **Secretaria de Obras, Terras e Viação// Oficinas do Instituto Lauro Sodré**, 1907-1912.

A NOVA DEMOCRACIA. Operação de guerra promove saque, tortura e prisão de camponeses no sul do Pará. **Jornal A Nova Democracia**. Ano 06. Nº 32. Rio de Janeiro, janeiro de 2008.

ARENDDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALEPA. Assembléia Legislativa do Pará. **Dados sobre os Deputados Estaduais**. Belém: Alepa, 2008.

ALEPA. Assembléia Legislativa do Pará. **Alepa vai discutir situação da Pecuária no Estado**. Belém, 11 de maio de 2007.

BORGES, Fabrício Quadros. **A cadeia produtiva bovina de corte em Marabá**. Dissertação. (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, 2001.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova fase política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

BRUNET, Roger. et al. **Les mots de la géographie: dictionnaire critique** Montpellier. Reclús: Paris: La Documentation Française, 1993.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1979.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Capítulo III: Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária**. Brasília: Senado Federal: Centro gráfico, 1988.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

COSTA, Rogério Haesbeart da. **O mito da desterritorialização: do “fim do território” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. **53 anos valorizando o homem e a produção rural**. Belém: L & A editora, 2004.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. **Núcleos Sindicais**. Disponível em: <http://www.faeapanet.com.br>. Acessado em 10/05/2006.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. **Sistema Sindical**. Disponível em: <http://www.faepanet.com.br>. Acessado em 08/05/2007a.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. **I Grito da Produção**. Disponível em: <http://www.faepanet.com.br>. Acessado em 13/06/2007b.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. **Entrevista na Biblioteca e no Serviço Sindical**. 11 a 14/02/2008 a.

FAEPA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará. **Mérito Agropecuário de 2007**. 10 de março de 2008 b.

FARIAS, Edmar. Jornal "**O Liberal**". Belém: Pará, 13 de junho de 2007.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terras**: trajetória da união democrática ruralista - UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

_____. **Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terra no Pará**: uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista - UDR. 1993. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, 1993.

FETAGRI, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará. **Dados sobre a regionalização**. Belém: Pará, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

GARCIA, Henry Pease. **El ocaso del poder oligárquico**: lucha política em la escena oficial (1968 - 1975). Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1977.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **A importância de tecnologias no processo de enriquecimento das categorias rurais do Pará**. (Paper) UFPA/NEAF. N 15. 2001.

_____. **Sindicatos rurais versus Sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará**. Novas estratégias de representação política. (Paper) UFPA/NAEA. Nº 124/Agosto, 1999.

HEINZ, Flávio Madureira (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HERÉDIA, Mariângela. **Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Brasil - 50 anos**. Brasília: CNA Brasil, 2001.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental: FIEPA, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mesorregiões e microrregiões paraense**. Belém/Pará: IBGE, 2007.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural, em nível unidade da federação por município**. Distrito Federal/DF/DFC/SNCR, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. **Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural**. Instituto Nacional de Seguro Social / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 4ª edição. Ver. Brasília: INSS/SENAR, 2006.

ITERPA. Instituto de Terras do Pará. **Autorizações de uso de bem público**. Belém:Pará, 2003/2004, 2005/2006 e 2006.

JUCEPA. Junta Comercial do Estado do Pará. **Dados sobre as Cooperativas**. Belém: Pará, 2008. Disponível em: <http://www.jucepa.com>

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l' espace**. Paris: Anthropos, 1984.

LUDOVINO, Rui Manuel Rosário. **Evolução e viabilidade dos sistemas de agricultura familiar na Região Bragantina**. Para/Brasil. Thèse de doctorat. Institut Supérieur d'Agronomie Lisbonne: Portugal, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercados no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ; UNIRISD, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Nacional de Agricultura - SNA. [in: MOTTA, Márcia (Org.)]. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. **Agronomia e poder no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Rio de Janeiro, 1999.

_____. **O ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2003.

MORAES, Plínio Guimarães. "Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira". In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. (ABRA). Ano 17, nº 2, Agosto e novembro, 1987.

MORAIS, Maria Lúcia. Palácio da Agricultura em meio a convidados de todo país, FAEPA inaugura sua nova casa. **Revista Pará Rural**: o veículo do agronegócio paraense. Belém: Pará, ano1, edição1, dez. de 2004.

MOTTA, Márcia (org). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MST. Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra. **Assassinatos no campo**: crime e impunidade de 1964-1986. 2ª edição. São Paulo: Global, 1987.

PAULA, Mário Lúcio de. Operação de guerra promove saque, tortura e prisão de camponeses no sul do Pará. **Jornal A Nova Democracia**, Rio de Janeiro: Ano 6, janeiro de 2008. Movimento Camponês, Caderno 9.

PARÁ NEGÓCIO. CNA rebate acusações de que soja e pecuária teriam aumentado o desmatamento na Amazônia. **Jornal Pará Rural**. Ano XIX. Nº 42. Belém/Pará, Janeiro de 2008.

PARÁ RURAL. Onda de invasões revolta o campo. **Jornal Pará Rural**. Ano 3. Nº 4. Belém/Pará, novembro de 2007.

PARÁ RURAL. Nota oficial sobre o desmatamento. **Jornal Pará Rural**. Ano XIX. Nº 42. Belém/Pará, Janeiro de 2008.

PARÁ RURAL. "Política Ambiental não se faz sem Política Agrícola". **Jornal Pará Rural**. Ano XIX. Nº 43. Belém/Pará, Fevereiro de 2008.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós - 1964. Belém: Paka- Tatu, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS e CARVALHO. Confederação Nacional de Agricultura - CNA. [In: MOTTA, Márcia (org). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REFKALEFSKY, Violeta. e PINTO, J. N. A. **A questão fundiária na Amazônia**. São Paulo Aug. 2005. Disponível em <http://www.cptpa@conectus.com.br>.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório anual de 2003**. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorios2003/relatorio008htm>

RELATÓRIO DE ATIVIDADES FAEPA 2006. **Produtores rurais alertam a população urbana para a problemática rural**. 2006.

REVISTA COMERCIAL DO PARÁ. **Sindicatos Agro-Pecuário Soure-Marajó**. Belém: Pará. Ano IV, Nº 07, de 31 de dez. de 1918.

SACK, Robert. **Human Territoriality**: ist theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 6ª edição. São Paulo: Círculo do livro, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Santos, M. et al (org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994.

SANTOS, Cláudio. **Jornal “A Nova Democracia”**, Rio de Janeiro, ano 6, nº 32, janeiro de 2008.

SANTOS, Luis Carlos. Governo implantará medidas em prol de segmento agropecuário. **Agencia Pará Notícias**, 2007. Disponível em: <http://www.agenciapara.com.br/agpa2007>

SILVA, João Márcio Palheta da. “Novos Municípios, Recursos Financeiros e Gestão Municipal: os municípios de Parauapebas e Curionópolis no Se do Pará”. In: COELHO, Maria Célia Nunes et al (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Pará: Cejup: UFPA/NAEA, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TEIXEIRA, José Ferreira. **O arquipélago de Marajó**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

VEIGA, Jonas Bastos da e *et al.* **Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.